

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**

***“Caracterização da mobilidade dos estudantes  
Erasmus portugueses 2005/2006”***

**Dissertação de Mestrado apresentado por:  
Manuel Joaquim Pinto Catita**

**Orientadora:  
Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Filomena Ferreira Mendes**

**Évora  
2008**

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**

***“Caracterização da mobilidade dos estudantes  
Erasmus portugueses 2005/2006”***

**Dissertação de Mestrado apresentado por:  
Manuel Joaquim Pinto Catita**



168 203

**Orientadora:  
Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Filomena Ferreira Mendes**

**Évora  
2008**

*“Numa residência de estudantes convivem jovens de nacionalidades e experiências diversas, alguns estudantes Erasmus, outros bolsheiros de investigação, ou jovens profissionais no seu primeiro estágio. Não se aproximaram apenas as culturas e as línguas, mas também as especialidades, as artes e as ciências, as técnicas e as humanidades, e começou a construir-se sob os nossos olhos uma nova ideia, mais generosa e mais dinâmica, de Universidade para uma Europa em construção”.*

(GAGO, José Mariano, Comunicação no 20º Aniversário do Programa Erasmus, Lisboa, 2007)

## *Agradecimentos*

Apesar do esforço individual no desenvolvimento desta investigação, considera-se justo enaltecer os diversos contributos daqueles que apesar de múltiplas responsabilidades, académicas, científicas e ou pessoais, se disponibilizaram para partilhar ideias, dúvidas, orientações e incentivos para que esta investigação se tornasse uma realidade.

Assim cumpre-nos expressar algumas palavras de agradecimento:

À Sr<sup>a</sup> Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Filomena Ferreira Mendes, manifesto uma elevada admiração pelo trabalho e experiência científica, pela enorme simpatia e amizade expressada desde longa data, assim como uma enorme gratidão pela sua disponibilidade na orientação, desta investigação.

Ao Sr. Prof. Doutor José Antunes Afonso de Almeida, agradeço toda a experiência pessoal, profissional e todo o *know how* transmitido, enquanto Vice-Reitor para o pelouro da Investigação e Cooperação Internacional na Universidade de Évora com o qual tive o privilégio de trabalhar durante 14 anos, assim como o elevado contributo científico e de amizade, possibilitando de um modo muito informal, troca de opiniões para o desenvolvimento da temática considerada.

À Dr<sup>a</sup> Teresa Vidal e Dr<sup>a</sup> Isabel Joaquim, Técnicas da Equipa Erasmus pela receptividade, disponibilidade, apoio e elevado profissionalismo, demonstrado desde o primeiro contacto exploratório. O sucesso desta investigação, resulta do elevado *know how* das citadas técnicas, que consideraram a presente proposta uma mais valia para todos os *Stakeholders* mais directamente envolvidos no processo de internacionalização, agilizando todos os procedimentos burocráticos, para a institucionalização do, imprescindível, Protocolo de Colaboração e Contrato de Prestação de Serviços (entre a Agência Nacional e a Universidade de Évora).

Por fim expresso um agradecimento muito sentido para com a minha família, em especial para com a minha mulher, pela compreensão, estímulo, e apoio nos momentos mais difíceis, não só ao longo deste trabalho de investigação, como ao longo de 10 anos como trabalhador-estudante.

Aos meus colegas de trabalho desta Universidade, em especial, do Gabinete de Relações Internacionais, pelas trocas de experiências, apoio e amizade.

Manuel Catita

## **RESUMO**

**Título:** Caracterização da mobilidade dos estudantes Erasmus portugueses (2005/06)

A elucidação das motivações, experiências e limitações à mobilidade internacional dos estudantes portugueses interessa a vários *Stakeholders*, particularmente aos agentes políticos e educativos responsáveis pelo apoio aquela mobilidade, bem como a todos os estudantes e respectivas famílias interessadas no processo de mobilidade internacional no espaço europeu.

O objectivo principal do estudo é, tendo como base os inquéritos aplicados a todos os estudantes Erasmus portugueses no ano lectivo 2005/2006, a identificação das principais motivações, experiências e restrições sentidas por aqueles estudantes. A fim de melhor precisar aquelas determinantes o estudo caracterizará, igualmente, aquela mobilidade em termos de áreas científicas e de instituições portuguesas de origem e universidades europeias de destino preferenciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mobilidade; Internacionalização; ERASMUS; *Stakeholders*;  
Cooperação; Relações Internacionais; Sócrates; Educação,  
Aprendizagem

## **Abstract**

**Title:** Characterization of the Portuguese Erasmus students mobility in 2005/2006

The elucidation of the motivations, experiences and the limitations in what concerns the international mobility of the Portuguese students are aspects that interest several “Stakeholders”, specially politics and educational agents responsible for the promotion of this type of mobility, students and there families interested in the international mobility in the “European Space”.

The main aim of this research, based on the surveys submitted, and responded by all Erasmus Portuguese Students that participated in the academic year 2005/2006, is the identification of the main motivations, experiences and limitations felt by the students. To better understand and precise this type of limitations, the research will also consider the scientific fields, the home Portuguese institutions as well as the most desired host European Institutions.

## Índice Geral

Índice de Gráficos.....	iii
Índice de Quadros.....	iv
Índice de Abreviatura e Siglas .....	vi
Capítulo I - INTRODUÇÃO .....	1
Capítulo II - BREVE REVISÃO DA LITERATURA. ....	9
2.1 – Conceitos de Aprendizagem ao Longo da Vida, Mobilidade Estudantil Internacional e Cooperação Internacional.....	9
2.2 - O Programa Erasmus: .....	15
2.3 - Estrutura do Programa Erasmus:.....	32
2.4 - Destinatários do Programa .....	33
Capítulo III- EVOLUÇÃO DO PROGRAMA ERASMUS EM PORTUGAL.....	34
3.1 – Actividades desenvolvidas e Regiões mais representativas. ....	34
3.2 – Evolução da Mobilidade Estudantil e Áreas Científicas de Estudo mais representativas .....	34
Capítulo IV- A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR. ....	38
4.1- A Internacionalização do Ensino Superior, como mecanismo facilitador da Mobilidade Estudantil Internacional.....	38
4.2 - O Papel das Instituições de Ensino Superior na Cooperação Internacional ao nível do Programa ERASMUS.....	40
4.3 – A lógica do Mercado Internacional do Ensino Superior ao nível da Mobilidade Internacional Estudantil.....	46
Capítulo V – CONSTRUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO MODELO DE INVESTIGAÇÃO..	50
5.1 – Metodologia e Dados.....	50
5.2 – Caracterização da Mobilidade dos Estudantes Erasmus Portugueses no Ano Lectivo - 2005/06.....	51
5.2.1 - Caracterização do Estudante.....	51
5.2.1.1 - Enquadramento no Contexto Nacional.....	51
5.3.3 – Os Estudantes Portugueses na Europa .....	56
5.3.3.1 - Duração do Período de Estudos.....	56
5.3.3.2- Países de Destino.....	57
5.3.3.3 - Instituições Anfitriãs .....	59
5.3.4 – Experiência de Estudar no Estrangeiro .....	65
5.3.4.1 – Motivação .....	65
5.3.4.2 – Aquisição de Competências Linguísticas e Capacidade de Comunicação .....	66
5.3.5.1 – Apoio da Instituição Anfitriã .....	72
5.3.5.2 - Integração Social .....	77

5.3.5.4 – Situação Financeira.....	80
5.3.4- Grau de Satisfação do Estudante com o Nível de Apoio da Instituição de Origem .	86
5.3.5– Grau de Satisfação do Estudante com a Experiência de Mobilidade .....	91
5.3.5.1 - Questões Académicas.....	91
5.3.5.2 - Experiência Pessoal .....	98
5.3.5.3 - Expectativas do Estudante.....	101
5.3.5.4- Sugestões por parte do Estudante .....	102
6 - Resultados - Chave.....	105
Capitulo VI - CONCLUSÕES .....	108
Capitulo VII – Sugestões/Recomendações.....	114
Bibliografia.....	123

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Mobilidade Estudantil Erasmus Portuguesa no Período de 1990/91 a 2005/06 .....	36
Gráfico 2 – Percentagem dos Estudantes do Ensino Superior Português que frequentaram o Programa Erasmus por Sexo.....	52
Gráfico 3 - Percentagem de Estudantes inscritos no Ensino Superior que Frequentaram o Programa Erasmus por Tipologia de Ensino .....	53
Gráfico 4 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições de Origem .....	56
Gráfico 5 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelos Países Anfitriões .....	58
Gráfico 6 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições Anfitriãs de Espanha.....	59
Gráfico 7 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições Anfitriãs de Itália .....	60
Gráfico 8 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições Anfitriãs de França.....	61
Gráfico 9 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições Anfitriãs de Holanda.....	61
Gráfico 10 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições Anfitriãs de Bélgica .....	62
Gráfico 11 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições Anfitriãs de Alemanha ...	63
Gráfico 12 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições Anfitriãs de Polónia .....	64
Gráfico 13 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições Anfitriãs de República Checa .....	65
Gráfico 14 – Eventos proporcionados pelas Instituições anfitriãs à chegada dos estudantes Erasmus .....	73
Gráfico 15 – Gastos médios em alojamentos e gastos extra médios dos estudantes Erasmus nos diversos países anfitriões .....	83

## Índice de Quadros

Quadro 1 – Estudantes inscritos no Ensino Superior Português.....	52
Quadro 2 – Estudantes inscritos no Ensino Superior Português e Estudantes.....	52
Quadro 3 – Estudantes inscritos no Ensino Universitário .....	53
Quadro 4 – Estudantes inscritos no Ensino Superior e estudantes .....	54
Quadro 5 – Estudantes Erasmus por Área Científica de Estudo.....	55
Quadro 6 – Duração dos períodos de estudos no estrangeiro por País Anfitrião.....	57
Quadro 7 – "Top 8" de Países Anfitriões dos estudantes Erasmus portugueses.....	58
Quadro 8 – Factores Motivantes da ida para o Estrangeiro dos estudantes Erasmus .....	66
Quadro 9 – Preparação linguística prévia, dos estudantes Erasmus, em função do Sexo.....	67
Quadro 10 – Preparação linguística prévia, dos estudantes Erasmus, em função da Área Científica de Estudo.....	68
Quadro 11 – Organização da Preparação linguística dos estudantes Erasmus .....	69
Quadro 12 – Duração da Preparação linguística dos estudantes Erasmus.....	69
Quadro 13 – Competências linguísticas dos estudantes Erasmus.....	70
Quadro 14 – Evolução das competências linguísticas dos estudantes Erasmus .....	71
Quadro 15 – Línguas utilizadas pelos estudantes Erasmus durante as missões de estudo .....	71
Quadro 16 – Eventos proporcionados pelas Instituições anfitriãs.....	73
Quadro 17 – Classificação atribuída pelos estudantes Erasmus aos apoios prestados durante a estadia no Estrangeiro.....	74
Quadro 18 – Apoios prestados aos estudantes Erasmus na procura de alojamento.....	75
Quadro 19 – Nível/Qualidade do Apoio das Instituições de diversos países ao alojamento dos estudantes Erasmus.....	76
Quadro 20 – Nível/Qualidade dos apoios e acessos a materiais.....	77
Quadro 21 – Classificação atribuída pelos estudantes Erasmus .....	78
Quadro 22 – Tipo de alojamento escolhido no estrangeiro pelos estudantes Erasmus.....	78
Quadro 23 – Tipo de Alojamento escolhido pelos estudantes Erasmus .....	79
Quadro 24 – Classificações atribuídas pelos estudantes Erasmus.....	80
Quadro 25 – Gastos mensais em alojamento dos estudantes Erasmus .....	80
Quadro 26 – Despesas mensais totais tidas pelos estudantes Erasmus.....	81
Quadro 27 – “Gastos Extra” dos estudantes Erasmus .....	82
Quadro 28 – Gastos totais dos estudantes Erasmus relativamente aos tidos em Portugal.....	82
Quadro 29 – Estudantes Erasmus com e sem bolsa.....	84
Quadro 30 – Estudantes Erasmus que receberam atempadamente as bolsas atribuídas.....	84
Quadro 31 – Estudantes Erasmus que recebera a bolsa em um, dois ou mais pagamentos.....	85
Quadro 32 – Classificações atribuídas pelos estudantes Erasmus aos montantes das bolsas .....	85

Quadro 33 – Outras fontes de financiamento dos estudantes Erasmus.....	86
Quadro 34 – Origem do conhecimento da acção Erasmus por parte dos estudantes.....	87
Quadro 35 – Classificação das fontes de informação na realização .....	88
Quadro 36 – Elaboração de um Contrato/Plano de estudos.....	88
Quadro 37 – Reconhecimento académico por parte das instituições de origem das formações obtidas pelos estudantes Erasmus .....	90
Quadro 38 – Tipos de exames realizados pelos estudantes Erasmus.....	91
Quadro 39 – Formas de Ensino a que foram sujeitos os estudantes Erasmus .....	92
Quadro 40 – Relação entre Formas de Ensino e Tipos de Exames.....	93
Quadro 41 – Classificação atribuída pelos estudantes Erasmus .....	94
Quadro 42 – Classificação atribuída pelos estudantes Erasmus .....	95
Quadro 43 – Principais diferenças assinaladas pelos estudantes Erasmus relativamente aos ensinos nas instituições anfitriãs.....	96
Quadro 44 – Classificação da Experiência do ponto de vista académico.....	97
Quadro 45 – Classificação da experiência dos estudantes do ponto de vista académico, em função do país anfitrião .....	98
Quadro 46 – Classificação da experiência Erasmus do ponto de vista pessoal .....	99
Quadro 47 – Questões mais apreciadas pelos estudantes Erasmus na mobilidade.....	100
Quadro 48 – Nível de satisfação dos estudantes Erasmus quanto a todos os aspectos que envolveram a experiência Erasmus.....	101
Quadro 49 – Expectativas iniciais e resultados finais da missão de mobilidade .....	101
Quadro 50 – Opiniões sobre a possibilidade da experiência Erasmus.....	102
Quadro 51 – Classificação da possibilidade da experiência Erasmus .....	102
Quadro 52 – Sugestões deixadas a futuros estudantes Erasmus .....	103
Quadro 53 – Conselhos deixados a futuros estudantes Erasmus do ponto de vista social.....	103
Quadro 54 – Sugestões finais dadas aos futuros estudantes Erasmus.....	104

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**ECTS** - European Credits Transfer System (Sistema Europeu de Transferência de Créditos )

**IP** - Programas Intensivos

**EUC** - European University Charter (Carta Europeia Universitária)

**EPS** - European Policy Statement (Estratégia de Política Europeia)

**PIC's** - Programas Interuniversitários de Cooperação

**ONG** - Organização Não Governamental

**DSL** - Diploma Supplement of Label (Suplemento de Diploma Label)

**UE** - União Europeia

**OM** - Vertente do Programa Erasmus para a Organização da Mobilidade

**SM** - Vertente do Programa Erasmus para a Mobilidade Estudantil

**CE** - Comissão Europeia

## **Capítulo I - INTRODUÇÃO**

O reconhecimento por parte da União Europeia da importância da cooperação internacional ao nível das Vertentes de Formação e Educação, está bem patente no Tratado de Maastricht (1992), no fundamento jurídico, expresso pelos artigos 149º e 150º (ex-artigos 126º e 127º do Tratado Constitutivo da Comunidade Europeia), não tendo essas disposições sofrido grandes alterações com a aprovação do Tratado de Amesterdão (1997). É de salientar, a importância deste Tratado na consolidação do processo das relações internacionais inter-estatais, através das instituições comunitárias, em concertação com as instituições dos diversos Estados-Membros, na medida em que o Tratado de Amesterdão considera de extrema importância: Desenvolver a dimensão europeia da educação, através do fomento da aprendizagem das línguas dos Estados-Membros; Incentivar a mobilidade estudantil e de professores, através da promoção do reconhecimento académico de diplomas e períodos de estudos; Promover a cooperação entre estabelecimentos de ensino superior; Desenvolver o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos diversos sistemas educativos e desenvolver a educação à distância.

Assim, a promoção da Vertente Educação no processo de internacionalização das diversas instituições de ensino superior constitui, desde muito cedo, um objectivo estratégico, destacando-se, a este respeito a Magna Charta Universitatum (1988), subscrita por Reitores de diversas Universidades Europeias que institui a necessidade das Universidades Europeias promoverem a mobilidade internacional de professores e estudantes, sendo as bolsas consideradas como “ferramentas/instrumentos” essenciais, para o garante da realização das missões. O Processo de Bolonha, resultante da Declaração de Sorbone, subscrita em (1999), que veio reforçar a necessidade de se definirem princípios orientadores comuns, com o fim último de aumentar a competitividade do sistema europeu de ensino superior, considerando-se, ainda, a promoção da mobilidade e da empregabilidade dos diplomados no espaço europeu.

É neste contexto que resultou a 1ª Fase do Programa Sócrates, com a sua Acção Erasmus, que visou: o reforço da dimensão europeia da educação a todos os níveis; promoção da melhoria quantitativa e qualitativa do conhecimento das línguas da União Europeia, especialmente das menos utilizadas e ensinadas; a promoção da cooperação e da mobilidade no domínio da educação e o incentivo à inovação através do

desenvolvimento de práticas pedagógicas e de materiais didáticos e a exploração de temas do interesse comum no domínio das políticas de educação.

O nome Erasmus pretende simplesmente, evocar a época de ouro da mobilidade de estudantes e académicos entre os diversos centros de estudo mais conceituados na Europa, tendo sido Desiderius Erasmus, o grande pioneiro deste tipo de iniciativa, dado que viveu e estudou há mais de 500 anos na Europa, tendo lutado contra a intolerância religiosa, política a ignorância e o fanatismo. Por outro lado, a palavra Erasmus é o acrónimo do “European Community Action Scheme for the Mobility of University Students” (Programa Europeu para a Mobilidade de Estudantes Universitários).

Actualmente o Programa Erasmus é considerada uma grande opção estratégica para a União Europeia, tendo-se transformado num Sub-Programa Sectorial do novo Programa Aprendizagem ao Longo da Vida<sup>1</sup>.

Com esta reestruturação pretende a Comissão Europeia promover a eficiência e a racionalidade, por forma a possibilitar aumentar a mobilidade estudantil e docente entre os diversos Estados-Membros e ao nível do Espaço Económico Europeu (Islândia, Liechtenstein e Noruega), sendo, igualmente, uma oportunidade para os novos candidatos a Estados-Membros (ex: Turquia).

De forma a demonstrar a importância dada ao programa em epígrafe, passamos a citar as afirmações proferidas por Barroso (2007), actual Presidente da Comissão Europeia, quando da celebração do Vigésimo Aniversário do Programa Erasmus:

*«O Erasmus tornou-se muito mais do que um mero programa educativo. Oferece a muitos estudantes universitários europeus a oportunidade de ir viver pela primeira vez para um país estrangeiro, tendo granjeado o estatuto de fenómeno social e cultural. É um excelente exemplo do que a acção europeia coordenada no domínio da educação pode conseguir, e é um bom presságio para o êxito do recentemente proposto Instituto Europeu de Tecnologia, que, tal como Erasmus há 20 anos, é um conceito novo que representa uma visão e uma confiança de que a acção europeia concertada representa um maior valor acrescentado do que o somatório de excelentes iniciativas independentes.»<sup>2</sup>*

---

<sup>1</sup> Decisão 2006/1720/CE do Parlamento Europeu e do Conselho

<sup>2</sup> URL: <http://ec.europa.eu/education/erasmus20>, 2007

Ainda nesta sequência Figel (2007), Comissário Europeu da Educação, da Cultura e do Multilinguismo, quando da celebração do Vigésimo Aniversário do Programa Erasmus, declarou, que:

*«O Erasmus tem sido e continua a ser um factor fundamental na internacionalização e, de certo modo, na 'europeização' dos sistemas europeus de ensino superior. Esses meses passados no estrangeiro são também um ponto de viragem na vida de milhares de jovens: 80% dos participantes são os primeiros membros da respectiva família a passar um período de estudos no estrangeiro». Para concluir: «Entre os desafios que ainda resta vencer, importa salientar a bolsa Erasmus, que continua a ser demasiado baixa para permitir aos estudantes oriundos de meios economicamente menos favorecidos aproveitarem as vantagens do programa. A Comissão apela também aos Estados-Membros a aumentarem o seu apoio ao programa Erasmus e a alargá-lo de forma a abranger ainda mais estudantes, em especial os provenientes de meios menos privilegiados.»<sup>3</sup>*

Ainda, ao nível das comemorações do 20º Aniversário, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, nos dias 04 e 05 de Outubro, de 2007, na Conferência Internacional, realizada na Fundação do Centro Cultural de Belém, Lisboa, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Gago (2007), declarou:

*«Milhões de estudantes viveram e estudaram voluntariamente fora do seu País ao abrigo dos acordos entre universidades que o Programa Erasmus estimulou e tornou possível. Tornaram-se pessoas melhores. Também as universidades se tornaram melhores, menos fechadas e ciosas dos seus pequenos hábitos, mais curiosas e abertas. O Processo de Bolonha, primeiro, o actual movimento de reforma e de internacionalização do ensino superior na Europa, depois, vieram mostrar até que ponto a mobilidade de estudantes tinha arejado a Europa e as suas escolas superiores.*  
(...)

*A circulação livre dos estudantes mais jovens abriu portas antes reservadas apenas aos investigadores e estudantes pós-graduados. De certa maneira, tornou mais natural a aproximação entre o ensino e a investigação nas Universidades. Numa residência de estudantes convivem jovens de nacionalidades e experiências diversas, alguns*

---

<sup>3</sup> URL: <http://ec.europa.eu/education/erasmus20>, 2007

*estudantes Erasmus, outros bolseiros de investigação, ou jovens profissionais no seu primeiro estágio. Não se aproximaram apenas as culturas e as línguas, mas também as especialidades, as artes e as ciências, as técnicas e as humanidades, e começou a construir-se sob os nossos olhos uma nova ideias, mais generosa e mais dinâmica, de Universidade para uma Europa em construção.»<sup>4</sup>*

O estudo das motivações e experiências dos estudantes Erasmus portugueses, bem como as dificuldades por eles sentidas nos diversos países de destino surge como tema de estudo cujos resultados interessam a diversos *Stakeholders*: (1) a Agência Nacional para os Programas Sócrates e Leonardo Da Vinci, (2) as diversas Instituições de Ensino Superior, (3) os estudantes portugueses e suas famílias, interessados em investir no processo de mobilidade internacional e, também, (4) os agentes políticos, nacionais e europeus, responsáveis pelas políticas de promoção da mobilidade e interculturalidade dos jovens no espaço europeu. De facto, a elucidação das motivações, das orientações, dos tipos de apoio à integração, das condições de alojamento, dos serviços e custos ao nível internacional, bem como das diversas questões académicas e experiências globais tidas pelos estudantes, poderão responder a um leque considerável e variável de interrogações por parte daqueles *Stakeholders*, atendendo não só às áreas científicas e às instituições de origem dos estudantes, mas também às universidades e países de destino dos mesmos.

O objectivo principal do estudo é o de identificar, ao nível de todos os estudantes portugueses que beneficiaram de um período de estudos no estrangeiro, ao abrigo do Programa Erasmus, no ano lectivo 2005/2006:

- 1- A distribuição daqueles estudantes por área científica e por instituição de origem;
- 2- As instituições europeias de acolhimento, por área científica;
- 3- Os custos de alojamento, em função dos países de acolhimento;
- 4- As orientações e apoios à integração nas instituições de acolhimento;
- 5- As condições de alojamento e de serviços e respectivos custos;
- 6- A qualidade das normas subjacentes ao processo de mobilidade;
- 7- Os tipos de experiências vividas no decurso da sua vivência no estrangeiro.

---

<sup>4</sup> URL: [http://www.mctes.pt/index.php?id\\_categoria=66&id\\_item=3349&action=2](http://www.mctes.pt/index.php?id_categoria=66&id_item=3349&action=2)

O estudo pretende, pois, analisar relações entre as diversas variáveis qualitativas objecto de resposta por parte dos estudantes, que possam informar acerca dos factores limitantes ao desenvolvimento do processo de mobilidade internacional dos estudantes portugueses, por um lado, e das experiências mais positivas resultantes daquela mobilidade por outro.

Apesar do enorme empenho das instituições comunitárias e nacionais na implementação do Erasmus, os estudos sobre os múltiplos aspectos ligados ao cumprimento dos seus objectivos são quase inexistentes, e não foram além da identificação das instituições de ensino superior europeias mais procuradas pelos estudantes Erasmus e de alguns pontos fortes e pontos fracos da mobilidade Erasmus “Planos de Acção Nacionais do Programa Sócrates/Erasmus – dos diversos anos lectivos”; “Relatório Estatístico Anual 2000/2001” da Agência Nacional para os Programas Sócrates e Leonardo da Vinci; Relatório “Os Programas de Educação, Formação e Juventude da União Europeia após 2006”, (2002), da Comissão Europeia; “Relatório de Avaliação Intercalar da 2ª Fase do Programa Sócrates”, da Sociedade Portuguesa de Inovação, SA (2003); “Final Report - The Professional Value of Erasmus Mobility” (2006), da Universidade de Kassel, (Alemanha).

É, assim, patente, a falta de trabalhos de referência, particularmente em termos de estudos de opinião, acerca do que pensam os estudantes envolvidos no processo de mobilidade internacional no que concerne às múltiplas questões - educacionais, económicas, sociais e profissionais – decorrentes daquela mobilidade.

O presente estudo visa colmatar aquela deficiência a nível nacional, assumindo-se como caso paradigmático incentivador de estudos similares nos outros países europeus. Os resultados finais a atingir são de grande relevância para as entidades políticas nacionais (através da Agência Nacional para os Programas Comunitários Sócrates e Leonardo da Vinci, a qual patrocina o projecto de investigação) para a Comissão Europeia (através do Gabinete do Programa), que encontrarão uma base de informação susceptível de sustentar medidas de política, e para os estudantes e respectivas famílias que encontram, pela primeira vez, respostas para uma grande variedade de interrogações que se colocam a todos os que se pretendem envolver no processo de mobilidade Erasmus.

A estrutura da presente dissertação encontra-se dividida em sete capítulos:

- I Capítulo, é dedicado à apresentação da problemática considerada, explicitando a pertinência do tema e a sua importância para a sociedade actual, resultante da consciência colectiva dos interlocutores mais directamente envolvidos na educação e no seu processo de internacionalização. Nesta sequência procedeu-se à identificação de algumas iniciativas internacionais vocacionadas para o dinamismo/promoção da internacionalização do ensino superior, assim com alguns testemunhos que acabam por reforçar a importância do Programas Erasmus nesta dialéctica. Por fim, procedeu-se à descrição dos objectivos estratégicos delineados por forma a ser possível identificar na caracterização da mobilidade dos estudantes Erasmus portugueses, e no período considerado (Ano Lectivo 2005/06), as motivações, experiências vividas e factores inibidores, inerentes a este tipo de missões internacionais;
  
- II Capítulo que se destinou à fundamentação teórica e conceptual, com base numa breve revisão da literatura, vocacionada para a problemática em consideração. Deste modo, procedeu-se à identificação e explanação de alguns conceitos - chave, considerados fundamentais para uma melhor compreensão da importância do Programa Erasmus, no processo de internacionalização de alguns interlocutores mais directamente envolvidos no processo, nomeadamente ao nível dos estudantes e respectivas famílias, e das instituições de ensino superior. Para tal, considerou-se, essencial proceder à análise evolutiva do Programa Erasmus e sua afirmação a nível internacional, dando-se uma especial atenção à componente legislativa, assim como à análise de vários estudos vocacionados para a mobilidade internacional, em especial, ao nível do citado Programa Comunitário, à sua estrutura e aos seus destinatários.
  
- III Capítulo foi dedicado exclusivamente à análise evolutiva do Programa Erasmus em Portugal, por forma a possibilitar um melhor enquadramento nacional. Neste capítulo, considerou-se, imprescindível, a análise dos seguintes itens:
  - As actividades do Programa com maior impacto no território nacional;
  - As regiões portuguesas com maior representatividade no processo de internacionalização, desde o início da participação portuguesa no Programa Erasmus;

- Evolução da Mobilidade Estudantil e áreas científicas de estudo, com maior representatividade.
  
- IV Capítulo, que se caracteriza pela análise da Internacionalização do Ensino Superior como factor, imprescindível, para facilitar e promover a vertente da mobilidade internacional estudantil. Ainda a este respeito, e dada a pertinência, procedeu-se à análise da importância das funções das instituições de ensino superior ao nível da cooperação internacional no âmbito do Programa Erasmus, assim como ao surgimento de uma lógica de mercado internacional de ensino superior, especialmente direccionada para a mobilidade internacional estudantil.
  
- V Capítulo, que se dedicou à construção e descrição do modelo de investigação. A investigação delineada baseou-se na técnica do inquérito por questionário aplicado a todos os estudantes portugueses que efectuaram uma missão de mobilidade internacional Erasmus em 2005/06, questionário, esse da inteira responsabilidade da Comissão Europeia e da Agência Nacional. Com base na metodologia definida procedeu-se à análise da informação contida nos questionários o que possibilitou a identificação de um conjunto de questões centrais que permitiram a caracterização da mobilidade internacional, pretendida, nomeadamente:
  - Caracterização do Estudante:
    - Enquadramento no Contexto Nacional;
  
  - Os Estudantes Portugueses na Europa:
    - Duração do Período de Estudos;
    - Países de Destino;
    - Instituições Anfitriãs;
  
  - Experiência de Estudar no Estrangeiro:
    - Motivação;
    - Aquisição de Competências Linguísticas e Capacidade de Comunicação
  
  - Grau de Satisfação dos Estudantes com a Estadia no Estrangeiro:
    - Aspectos da Estadia;

- Apoio da Instituição Anfitriã;
  - Integração Social;
  - Situação Financeira
- Grau de Satisfação do Estudante com o Nível de Apoio da Instituição de Origem;
- Grau de Satisfação do Estudante com a Experiência de Mobilidade:
- Questões Académicas;
  - Experiência Pessoal;
  - Expectativas do Estudante;
  - Sugestões por parte do Estudante.
- VI Capítulo, que se destina às conclusões, na perspectiva que os resultados da investigação na elucidação das motivações, experiências e limitações à mobilidade venham proporcionar um acréscimo significativo ao nível da eficácia na definição das políticas e estratégias vocacionadas para a vertente da mobilidade estudantil internacional aos *Stakeholders*, mais directamente envolvidos no processo de internacionalização, no âmbito do Programa Erasmus.
- Considera-se que tais resultados poderão contribuir para a definição de políticas que, futuramente, venham a proporcionar o incremento e a qualidade das missões de mobilidade internacional estudantil.
- VII Capítulo, que se dedicou a sugestões/recomendações, com o intuito de possibilitar aos *Stakeholders* mais directamente envolvidos no processo de internacionalização, um maior nível de eficácia das políticas e estratégias vocacionadas para a vertente da mobilidade estudantil internacional. Nesta sequência, considerou-se de crucial importância a apresentação de sugestão para a resolução de anomalias detectadas ao nível dos factores desviantes, no âmbito das políticas e das “ferramentas” (nomeadamente a reestruturação do questionário da Agência Nacional para os Programas Comunitários Sócrates e Leonardo Da Vinci), identificadas através da análise bibliográfica e dos resultados obtidos da caracterização da mobilidade dos estudantes Erasmus em 2005/06.

## **Capítulo II - BREVE REVISÃO DA LITERATURA:**

### **2.1 – Conceitos de Aprendizagem ao Longo da Vida, Mobilidade Estudantil Internacional e Cooperação Internacional**

#### **Aprendizagem ao Longo da Vida**

Hoje em dia, segundo, alguns especialistas a riqueza da União Europeia reside cada vez mais em qualidades que poderão promover a prosperidade e a coesão social e económica, entre os diversos Estados-Membros tais como: a qualidade da educação; da formação, do dinamismo e da criatividade. É com base nestes factores que cada vez mais se fala na Agenda da União Europeia nos Conceitos de Aprendizagem ao Longo da Vida; Mobilidade Internacional e Cooperação Internacional.

O Conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida está muito associado às questões inerentes ao mercado laboral, ao nível dos problemas ligados à formação, em especial, a nível europeu e aos impactos resultantes do fenómeno da globalização, associado às novas tecnologias de informação e comunicação. Estas, últimas acabam por originar novas oportunidades, sendo imperativo aos recursos humanos a aquisição de competências e conhecimentos que possibilitem ultrapassar os novos desafios inerentes à “Aldeia Global”.

É nesta dialéctica que os Estados-Membros apostam cada vez mais no “Capital Humano”, dado ser o meio, por excelência, para a promoção do crescimento económico, através do aumento da competitividade. Não obstante os aspectos positivos resultantes da “Sociedade de Conhecimento”, deverá considerar-se que este factor também é caracterizado por ser gerador de desigualdades, perante as sociedades mais pobres, incapazes de apostar nas novas tecnologias, que poderão proporcionar vantagens comparativas, surgindo, assim o fenómeno da “Exclusão Social”. Ora, é neste contexto que as instituições de ensino superior ocupam uma posição de destaque, em especial através de iniciativas de cooperação com o tecido empresarial, proporcionando às mesmas o desenvolvimentos dos seus recursos humanos, originando vantagens competitivas.

Neste âmbito entende-se por Aprendizagem ao Longo da Vida:

*«Toda a actividade de aprendizagem em qualquer momento da vida, com o objectivo de melhorar os conhecimentos, as aptidões e competências, no quadro de uma perspectiva pessoal, cívica, social e/ou relacionadas com o emprego.»<sup>5</sup>*

Ainda, ao nível desta temática existe um provérbio chinês que reforça a sua importância no contexto europeu:

*«Se quiseres um ano de prosperidade, semeia cereais. Se quiseres dez anos de prosperidade, planta árvores. Se quiseres cem anos de prosperidade, educa os homens.»<sup>6</sup>*

A importância do conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida está bem explícito no Livro Branco que possibilitou, em 1996, a consagração do “Ano Europeu da Educação”.

O objectivo central desta iniciativa foi poder colocar no centro das discussões a necessidade de se apostar numa constante actualização das competências e conhecimentos profissionais como forma de ultrapassar o flagelo do desemprego a nível europeu. Resultante desta consagração (Ano Europeu da Educação), a Comissão Europeia publicou um Memorando sobre a aprendizagem ao longo da vida. Tal documento resultou de um processo de consulta no “Espaço Europeu”, tendo envolvido os diversos Estados-Membros, e os países candidatos. Esta consulta elevou em primeira instância a importância da cooperação e o desenvolvimento de iniciativas de coordenação a nível europeu neste domínio. A título exemplificativo, resultante desta “Consciência Colectiva” destacam-se algumas iniciativas com o fim último de proporcionar as condições ideais para a concretização deste conceito, tais como:

- Relatório sobre os Objectivos Concretos dos Sistemas de Educação e Formação (2001) ;
- Estratégia Europeia para o Emprego (1997);
- Agenda Social Europeia (2005);
- Plano de Acção em Matéria de Competências e Mobilidade (2002);
- Plano de Acção eEuropa (2000);
- Livro Branco sobre a Juventude (2001).

---

<sup>5</sup> Comissão Europeia, (2001), Tornar o Espaço Europeu de Aprendizagem ao Longo da Vida uma Realidade

<sup>6</sup> Guanzi (c.645 a . C .)

Todavia, não obstante as evidências positivas resultantes de tal conceito, existem alguns teóricos como Siteo (2006), que questionam sobre a plena concretização dos objectivos subjacentes ao conceito.

Assim, segundo este autor, para que a Aprendizagem ao Longo da Vida se torne numa realidade e não numa mera miragem, é imprescindível que para além do desejo de aprender, manifestado pelo ser “Humano”, sejam criadas as condições para tal. Assim será desejável que se verifiquem a junção de factores: - Predisposição para aprender; - Existência de um meio envolvente que o permita, nomeadamente através de estabelecimentos de ensino, empresas, etc.; - Existência de pessoas, qualificadas, que facilitem a, respectiva, aprendizagem que considere os paradigmas dos mercados laborais, por forma a evitar o desemprego.

Actualmente existem algumas críticas à forma abusiva como o conceito tem sido utilizado, sendo o mesmo muito direccionado para a Vertente da “Educação de Adultos”, Valente (2005), considera que o mesmo se encontra muitas vezes associado à criação de Instituições de Ensino Superior para a terceira idade. Deste modo, tal perspectiva está meramente associado à concessão de certificados e não ao objectivo central, que se prende com a necessidade de proporcionar melhores meios capazes de dotar os recursos humanos de mais e melhores competências profissionais, em suma proporcionar oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

### **Mobilidade Estudantil Internacional**

No que respeita ao Conceito de “Mobilidade Internacional” este varia de acordo com várias perspectivas.

Segundo os autores do Relatório “Key Issues for the European Higher Education Área – Social Dimension and Mobility”<sup>7</sup> o Conceito de Mobilidade Internacional pode estar relacionado com vários aspectos em termos do Ensino Superior, pode interligar-se com diversas variáveis tais como: Educação; Investigação; Ensino e ou outras formas de trabalho académico. Todavia, deverão ser considerados outros factores, intimamente, ligados a este conceito, tais como: aspectos pessoais; culturais, sociais e linguísticos.

---

<sup>7</sup> Governo da Suíça, (2007), Working Group on Social Dimension and Data on Mobility of Staff and Students in Participating Countries

Para Bode (2006)<sup>8</sup>, a maioria das políticas e documentos analíticos não expressam um conceito pormenorizado de “Mobilidade Internacional”, dado considerarem que este já está bastante convencionado. Assim, a ideia chave associada a este conceito prende-se com o facto dos Estudantes do Ensino Superior ao apostarem numa missão de Mobilidade Internacional ultrapassarem as fronteiras nacionais, institucionalmente definidas, com o objectivo último de estudar no âmbito de actividades académicas noutros países estrangeiros.

Associado a este conceito Graden (2007)<sup>9</sup>, identifica e categoriza vários tipos de actividades/missões realizadas no âmbito de Acções de Mobilidade Internacional ao nível dos membros das Comunidades Académicas, nomeadamente: Visitas; Permutas; Sabáticas; Bolseiros; Emprego precário. Nos Campus “Sócio-Cultural” e “Mercados Laborais”, segundo, ainda, este autor as justificações para a Mobilidade Internacional podem-se enquadrar nas seguintes categorias:

- Mobilidade Académica Clássica;
- Precoce carreira da formação e da experiência;
- Importação de mão de obra académica barata;
- Segmentação do mercado laboral internacional.

Para Carvalho (2005): *«O conceito de mobilidade é extensivo à relação entre formação universitária e saídas profissionais.»*<sup>10</sup>

Para Teichler (2007)<sup>11</sup>, é possível verificar que a mobilidade estudantil internacional não é um fenómeno, exclusivamente, da história recente, atendendo a que alguns historiadores consideram que na Idade Média um décimo dos estudantes do ensino superior eram originários de instituições de ensino superior estrangeiro.

Este autor refere, ainda, cinco objectivos distintos que considera directamente relacionados com a mobilidade estudantil internacional, alguns dos quais existentes à mais de um século:

---

<sup>8</sup> BODE, Christian, (2006), *International Mobility and cooperation: The impact of Bologna*, German Academic Service

<sup>9</sup> GRADDEN, Conor, (2007), *Construction Paths to Staff Mobility in the European Higher Education Area*

<sup>10</sup> Agência Nacional Socrates e Leonardo Da Vinci, (2005, *Guia do Estudante Erasmus*)

<sup>11</sup> TEICHLER, Ulrich, (2007), *The Changing Role of Student Mobility*

- 1º - Instituições de ensino superior de renome internacional, acabam por funcionar como pólos de atracção face a países distintos. Deste modo, os estudantes e académicos procuram adquirir conhecimentos em universidades estrangeiras, que não seria possível obter na sua instituição de origem, permitindo a especialização em áreas específicas. Este tipo de mobilidade, tem vindo a assumir um particular destaque desde o Sec. XIX, persistindo actualmente.
- 2º -Na era colonial ou pós-colonial, os movimentos de mobilidade estudantil ocorriam entre colónias, e países em desenvolvimento, e países com sistemas de ensino superior mais avançados, traduzindo-se esta mobilidade como a primeira forma de movimentos migratórios;
- 3º A mobilidade estudantil internacional, entre países vizinhos, é vista como uma opção com menor grau de risco, predominando essencialmente nos países nórdicos, Alemanha, Irlanda e Reino Unido e ainda noutros continentes, nomeadamente entre países da América Latina. Este tipo de mobilidade é caracterizada por aspectos políticos, já que pretende facilitar a compreensão mutua entre países vizinhos afigurando-se vital para o projecto europeu, por forma a promover a integração;
- 4º A mobilidade estudantil com base em reduzidos períodos de estudos (ex: semestres) entre vários países com características, bastante, similares. Tal mobilidade pretende, essencialmente, a promoção da profissionalização/especialização, fomentando o entendimento mutuo. Esta tipologia de mobilidade teve um período de expansão, logo após a 2ª Guerra Mundial, tendo sido fomentado pelos EUA em direcção à Europa, desempenhando o Conselho Europeu (1950), um papel muito importante, em especial, ao nível do reconhecimento académico. Nesta sequência poderá afirmar-se que tais factores foram fundamentais para o surgimento do Programa Erasmus (1987);
- 5º Mobilidade estudantil internacional resultante dos interesses das instituições de ensino superior, em especial, ao nível da atracção de estudantes estrangeiros, por razões financeiras (considerada como uma fonte de financiamento complementar). Nesta sequência, o aumento da mobilidade estudantil, em termos práticos, traduz-

se no aumento de receitas através de taxas de inscrição/propinas. É neste tipo de mobilidade que se vê a clara actuação de diversas políticas públicas, assim como a acção de alguns actores na atracção da mobilidade internacional estudantil e meios financeiros e tecnológicos que conseqüentemente irão proporcionar uma reputação internacional de excelência ao nível do ensino e investigação.

Em suma, este autor pretende demonstrar que a mobilidade internacional estudantil diverge de acordo com os objectivos estratégicos devidamente delineados pelos actores mais envolvidos neste fenómeno. Assim, através desta tipificação é possível constatar a forma diferenciada como tem evoluído a mobilidade estudantil internacional.

Recentemente tem-se verificado a predominância da mobilidade estudantil internacional com base em períodos curtos académicos, em especial ao nível do Programa Erasmus, estando associados a este Programa Europeu de mobilidade os paradigmas definidos no Processo de Bolonha, tais como a necessidade da criação de um “Espaço Europeu de Ensino Superior” forte, resultante da convergência dos diversos sistemas de ensino superior.

### **Cooperação Internacional**

A essência do Conceito de Cooperação reside na partilha de responsabilidades a fim de se atingir um determinado objectivo de forma solidária.

Poderá dizer-se que é durante o processo da construção europeia, após a II Guerra Mundial, principalmente entre 1952 e 1995 que este conceito assume uma relevância extremamente importante, adquirindo os Estados-Membros a consciência de que só através da Cooperação Internacional se poderá atingir objectivos comuns de forma harmoniosa. A título de exemplo deverá salientar-se o papel da Organização Europeia da Cooperação Económica (1948), o Conselho da Europa (1949), e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (1949).

A cooperação internacional no âmbito da Educação só muito mais tarde assumiu o devido protagonismo.

Segundo Almeida (2000), *«a Universidade, como qualquer outro sector estruturado da sociedade, tem vindo a sentir de forma crescente, as pressões e o*

*reconhecimento das oportunidades da aldeia global. As comunicações electrónicas, os blocos comerciais emergentes, e o incremento da mobilidade dos recursos humanos e dos capitais estão criando novas realidades para a comunidade académica.*

*Não sendo realista pensar que uma instituição, qualquer que seja a sua natureza e dimensão, possa almejar a atingir a excelência em todos os seus domínios de actividade, não o é igualmente pensar que pode sobreviver se não alcançar tal excelência em algum, ou alguns, desses domínios.*

*Por outro lado, as universidades devem oferecer educação superior baseada nos conhecimentos científico, artístico e empírico mais avançados, e as diversas missões da universidade devem ser cumpridas no contexto das realidades nacionais e internacionais. A excelência é cada vez mais avaliada em termos internacionais, tanto para as universidades como para as nações. Assim, as universidades terão de considerar a internacionalização como prioridade institucional.»<sup>12</sup>*

Não obstante as diversas perspectivas ao nível dos diversos conceitos (de Aprendizagem ao Longo da Vida; Mobilidade Estudantil Internacional e Cooperação Internacional), algo de comum subsiste que reside no facto de todos apresentarem vital importância para os indivíduos, instituições, assim como para a sociedade em geral no que concerne à promoção da “Cidadania Europeia”, permitindo o desenvolvimento das sociedades, e a diminuição das assimetrias regionais.

Face ao exposto importa, então, perceber a forma como o Programa Erasmus tem evoluído, como vector estratégico, contribuindo para a criação de um “Grande Espaço Europeu de Conhecimento”. Para melhor compreender esta dialéctica, considera-se imperativo a análise de várias perspectivas, com base em estudos/investigação sobre esta problemática.

## **2.2 - O Programa Erasmus**

No que concerne à mobilidade internacional de estudantes do ensino superior é sabido que a aposta nos Programas Internacionais de mobilidade como o Programa Erasmus, Leonardo Da Vinci e as Bolsas Marie Curie têm possibilitado a abertura de

---

<sup>12</sup> CATITA, Manuel, (2000), Estudo Exploratório, Expectativas/Versus Resultados Obtidos dos Alunos Integrados no âmbito do Programa Sócrates/Erasmus – estudo de um Caso: Universidade de Évora/Universidades Europeias - 1998/99- 1999/00

novas perspectivas à Educação e Investigação, fomentando uma melhoria da proficiência linguística, novas competências pessoais, científicas e profissionais por parte dos jovens que apostam nestes programas internacionais.

Cientes das mais valias proporcionadas pelas oportunidades acima indicadas, algumas entidades com responsabilidades políticas, como a Comissão Europeia, têm apostado na criação de ferramentas que possibilitem uma mobilidade que esteja ao alcance de grande parte dos indivíduos.

Apesar de no início da construção do “Projecto Europeu” os Vectores da Educação e da Formação terem ocupado, na hierarquia das prioridades, uma posição bastante secundária, verifica-se hoje que os mesmos, no decorrer de um processo evolutivo, acabaram por ganhar uma posição de destaque, bastante considerável, dado serem considerados por muitos teóricos, como pilares de desenvolvimento das “Sociedades Modernas”. É nesta sequência que a Comissão Europeia reforça a importância da promoção da Cooperação Internacional entre o diversos Estados-Membros da União Europeia no Campos do Ensino e da Formação, encontrando-se este factor bem patente no “Tratado que instituiu a Comunidade Europeia no seu artigo nº 149”.

Foi na sequência do Programa de Acção de Educação da Comunidade Europeia que em Fevereiro de 1976, foi lançado o Programa Piloto para a Cooperação Inter-universitária. O Citado Programa possibilitou a atribuição de subsídios aos Programas Conjuntos de Estudo, sendo na sequência deste Projecto Piloto que, em 14 de Maio de 1987, os Ministros dos Doze Estados-Membros, reunidos no Conselho em Bruxelas, chegaram a um acordo que permitiu a aprovação do Programa Erasmus.<sup>13</sup>

Poderá afirmar-se que a ideia base na génese do Programa Erasmus foi a constatação da necessidade de bem formar cidadãos integrados numa “Aldeia Global”, fortemente influenciada pelo fenómeno da globalização, caracterizada por originar uma elevada interdependência, económica política, social e cultural. Deste modo, considerou-se que além do domínio linguístico era crucial proporcionar um excelente clima de cooperação.

Assim, poderemos enunciar como objectivos específicos do Programa Erasmus: o aumento significativo da mobilidade estudantil entre instituições do ensino superior, para que possam cumprir um período de estudos num outro Estado-Membro, por forma a permitir que a Comunidade possa dispor de recursos humanos altamente qualificados,

---

<sup>13</sup> Decisão 87/327/CEE do Conselho

com experiência directa dos aspectos económicos e sociais de outros Estados-Membros; a promoção da cooperação entre as instituições de ensino superior de todos os Estados-Membros; a potenciação intelectual dos membros da comunidade académica das instituições de ensino superior, através do fomento da mobilidade de docentes; a promoção do espírito de cidadania no seio do “Espaço Europeu”; a formação de diplomados com experiência intracomunitária e a criação de uma base de dados que permita desenvolver uma maior cooperação ao nível dos sectores económicos e sociais na Comunidade.

Com base nos “Relatórios Anuais sobre a Aplicação do Programa Erasmus em 1987 e 1988”, bem como no “Relatório sobre a experiência obtida pela aplicação do Programa Erasmus em 1987/1989”, da responsabilidade da Comissão Europeia, foi possível à mesma reforçar a sua opção estratégica na aposta do citado Programa Comunitário, dado ter-se considerado um instrumento adequado para fomentar a mobilidade estudantil.

No início do Programa Erasmus (1986), os auxílios financeiros destinavam-se apenas a incentivar as instituições de ensino superior dos diferentes Estados-Membros a estabelecer Programas Interuniversitários de Cooperação, os denominados Programas Interuniversitários de Cooperação (PIC’s), que possibilitavam o desenvolvimento de algumas actividades, nomeadamente:

- Programas destinados à mobilidade estudantil;
- Programas para a mobilidade de membros do corpo docente;
- Desenvolvimento de novos curricula;
- Participação em Programas Intensivos.

Em suma, poderemos afirmar que o Programa Erasmus se subdividiu em duas fases: a primeira que decorreu entre Julho de 1987 a Junho de 1990, e a segunda de Julho de 1990 a Junho de 1995.

Devido ao sucesso do programa Erasmus, a Comissão criou a 1ª fase do Programa Sócrates<sup>14</sup>, com vigência de 1995 a 1999, tendo sido dotado com um orçamento de 850 milhões de euros, aumentando para 993 milhões de euros até 1999.

Este Programa possibilitou o desenvolvimento de novas actividades, que até

---

<sup>14</sup> Decisão 819/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Março de 1995

então não eram possíveis só através do Programa Erasmus, poder – se - à então dizer que o Programa Erasmus acabou por ser absorvido pelo Programa Sócrates.

Por forma a dar-se continuidade ao sucesso da 1ª fase do Programa Sócrates seguiu-se uma 2ª fase<sup>15</sup> do mesmo, que vigorou entre 2000 e 2006. Para esta fase foi atribuído um orçamento de 1,85 mil milhões de euros, tendo-se definido como objectivos:

- reforço da dimensão europeia da educação a todos os níveis, facilitando um amplo acesso transnacional aos recursos educativos na Europa e promovendo simultaneamente a igualdade de oportunidades em todos os sectores da educação;
- promoção da melhoria quantitativa e qualitativa do conhecimento das línguas da União Europeia, especialmente das menos utilizadas e ensinadas;
- promoção da cooperação e da mobilidade no domínio da educação, contribuição para a eliminação dos obstáculos neste domínio;
- incentivo à inovação no desenvolvimento de práticas pedagógicas e de materiais didácticos.

Em Março de 2002, o Conselho Europeu de Barcelona (através do Relatório do Conselho Europeu de Barcelona) aprovou um Programa de Trabalhos que constituiu um quadro de referência estratégica para o desenvolvimento de políticas de educação e formação, de modo a tornar até 2010 os sistemas de educação e formação europeus uma referência de qualidade a nível mundial. Em 2004, o Conselho e a Comissão definiram referências e princípios europeus comuns a vários aspectos da Aprendizagem ao Longo da Vida, dando origem ao Relatório Intercalar Conjunto sobre a implementação do Programa de Trabalho Educação e Formação 2010.<sup>16</sup>

Em Março de 2005, o Conselho Europeu defendeu o desenvolvimento de um espaço europeu da educação, através da promoção da mobilidade geográfica e profissional, tendo solicitado, em 2006, um Quadro Europeu de Referência das

<sup>15</sup> Decisão nº 253/2000/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (JOL 132 de 16.6.1999, pp 8-18)

<sup>16</sup> Jornal Oficial C 79 de 01.04.2006

Qualificações, ano em que foi criado o Programa de Acção no domínio da Aprendizagem ao Longo da Vida, onde o Programa Erasmus foi integrado, como um Subprograma Sectorial.<sup>17</sup>

O Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida visa:

*«como objectivo geral contribuir ao longo da vida, para o desenvolvimento da Comunidade enquanto sociedade avançada baseada no conhecimento, caracterizada por um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e uma maior coesão social, assegurando ao mesmo tempo a protecção adequada do ambiente para as gerações futura. O programa destina-se a promover, em particular, os intercâmbios, a cooperação e a mobilidade entre os sistemas de ensino e formação na Comunidade, a fim de que estes passem a constituir uma referência mundial de Qualidade.»<sup>18</sup>*

É neste contexto que o Programa Erasmus é definido como um dos vários subprogramas sectoriais, prestando uma especial atenção aos participantes no ensino superior, educação e formação profissionais no ensino superior.

O Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida é composto por vários subprogramas sectoriais, nomeadamente: - O Programa Comenius, que se destina aos participantes na educação do ensino pré-escolar e no ensino escolar até ao final do secundário, assim como aos estabelecimentos/organismos que oferecem tal ensino; - O Programa Erasmus, que se destina exclusivamente a todos os participantes no ensino superior formal e na educação e formação profissional a nível superior, assim como aos estabelecimentos/organizações que oferecem tal nível de educação e formação; - O Programa Leonardo Da Vinci, que se destina especificamente às necessidades de ensino e de aprendizagem aos participantes na vertente educação e formação profissional, assim como aos estabelecimentos/organismos que oferecem ou promovem este tipo de ensino; - O Programa Grundtvig, que se destina exclusivamente a todos os intervenientes em todas as formas de educação de adultos, assim como às necessidades dos estabelecimentos/organizações que oferecem e/ou promovem tal educação. Ainda, inserido no Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, encontra-se inserido como sub-programa o Programa Jean Monet, que visa apoiar instituições e actividades no nível da integração europeia.

---

<sup>17</sup> Decisão 2006/1720/CE do Parlamento Europeu e do Conselho

<sup>18</sup> Decisão 2006/1720/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de Novembro de 2006

No que concerne ao Programa Erasmus, igualmente, Subprograma do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, como objectivos específicos, poderemos enunciar: apoiar a criação de um amplo “Espaço de Ensino Europeu”; reforçar o contributo do ensino superior e profissional para a promoção da inovação.

No que respeita ao tipo de acções apoiadas pelo, citado Programa Comunitário, salientam-se: promoção e apoio à mobilidade estudantil internacional, ao nível do ensino superior, assim como ao nível de estágios em empresas, em centros de formação.

Assim, face à evolução das diversas iniciativas implementadas pela Comissão Europeia, verifica-se que a vertente da mobilidade internacional é hoje um factor fundamental para a criação de um “Espaço Europeu de Ensino Superior” de elevada qualidade, devendo tornar-se o mais importante a nível mundial.

Para tal muito têm contribuído os estudos/relatórios técnicos elaborados por alguns especialistas nesta Área que acabam por reforçar o impacto do Programa Erasmus na convergência dos vários sistemas de ensino superior e na prossecução dos paradigmas subjacentes ao Processo de Bolonha.

A associação entre o Processo de Bolonha e a Mobilidade Estudantil Internacional encontra-se bem patente na Declaração de Praga (2001), onde os Ministros afirmaram que: *«o objectivo da promoção da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e pessoal administrativo, tal como foi estabelecido na Declaração de Bolonha, é de uma importância vital.*

*Consequentemente, confirmaram o compromisso de continuar a remover todos os obstáculos à livre circulação de estudantes, docentes, investigadores e pessoal administrativo, salientando a dimensão social da mobilidade. Anotaram a possibilidade de mobilidade oferecida pelos programas da Comunidade Europeia e os progressos alcançados neste campo, como por exemplo o lançamento do Plano de Acção para a Mobilidade aprovado pelo Conselho Europeu em Nice, em 2000».*<sup>19</sup>

O Relatório Trends III (2003)<sup>20</sup>, veio demonstrar que a vertente da mobilidade estudantil internacional é algo bem aceite em termos gerais, no que concerne à promoção e criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior. Este Relatório veio salientar que a promoção da mobilidade estudantil internacional traduz uma das formas de mobilidade que mais concorrem para a concretização dos objectivos do processo de Bolonha.

---

<sup>19</sup> URL: <http://www.utl.pt/docs/ComunicadodePraga.pdf>

<sup>20</sup> Comissão Europeia, (2003), Trends in Learning Structures in European Higher Education III

De acordo com Van Der Wende (2001), é de suma importância para a institucionalização da vertente da mobilidade estudantil internacional que a mesma seja devidamente acompanhada por actores políticos, com vista à promoção da mesma, devendo ser fortemente debatidos as vantagens pedagógicas e os benefícios individuais desta mobilidade.

É neste contexto que o Programa Erasmus acaba por ver a sua acção estratégica, devidamente reforçada.

Segundo a opinião de estudiosos e bolseiros ligados à vertente da mobilidade internacional, a União Europeia tem-se afirmado como o actor político mais activo na promoção e dinamização da mobilidade estudantil internacional, a nível europeu (Smith 1996, Waechter et al., 1999; de Wit, 2002).

De acordo com Altbach e Teichler (2001), e com base em declarações evidenciadas por especialistas na matéria, o Programa Sócrates Erasmus afigurava-se como a componente, em termos individuais, da política da União com maior grau de sucesso.

Já Corbett (2002), vem referir que tal sucesso resultou e reflecte o sentimento consensual relativamente à base que sustenta esta iniciativa comunitária.

Para V. Papatsiba (2005), a racionalidade do Erasmus pode ser traduzida, com base em duas ideias - chave:

### **1ª Numa Perspectiva Económica e Profissional:**

A mobilidade internacional estudantil é vista como um meio para a promoção do mercado laboral europeu, fomentando uma pré-disposição, por parte dos indivíduos, para ultrapassar as limitações tradicionalmente impostas pelas fronteiras, de uma forma mais fácil, via contexto profissional.

Esta é a perspectiva, que reforça a ideia da necessidade dos cidadãos da União estarem cada vez mais preparados para os constantes desafios da economia mundial.

*«Considerando que a competitividade da Comunidade nos mercados mundiais depende da sua capacidade para valorar todos os recursos intelectuais das*

*universidades dos Estados-membros a fim de poder fornecer níveis de formação da máxima qualidade para benefício mútuo da Comunidade no seu conjunto.»<sup>21</sup>*

Deste modo, as instituições de Ensino Superior desempenham um papel primordial para que tal seja possível, dado que poderão desenvolver a potencialidade intelectual dos cidadãos da União Europeia, por forma a assegurar a competitividade a nível do mercado mundial laboral.

## **2ª Numa Perspectiva de Racionalismo Cívico:**

A mobilidade internacional estudantil, acaba por se traduzir, em termos finais, na criação de uma consciência de “Cidadania Europeia”, concorrendo para a compreensão internacional.

Esta perspectiva vem reforçar a ideia de que apesar do aspecto economicista (aposta na economia de mercado mundial), se afigurar dominante ao nível da mobilidade internacional estudantil, os aspectos sociais e culturais não foram desconsiderados. Prova disso, é o facto de que desde 1988, a criação da “Dimensão Europeia”, em termos educacional, e especificamente no que respeita ao ensino superior veio contribuir para cimentar o Conceito de “Cidadania Europeia”, em termos sócio-políticos.

O maior grau de competências individuais proporcionado pela mobilidade internacional, acaba por assumir um papel primordial ao nível da economia e sociedade europeia. Deste modo, a mobilidade internacional veio permitir o surgimento de um conjunto de mais valias, tais como:

- Promoção de espírito de autonomia, aliado a um maior grau de iniciativa;
- Obtenção de competências internacionais, nomeadamente ao nível da proficiência linguística, e ainda de competências interculturais.

Não obstante as diversas perspectivas sobre o impacto do Programa Erasmus, por especialistas nestas matérias, um facto evidente é a elevada satisfação sentida pelos

---

<sup>21</sup> Decisão do Conselho de 15, Junho 1987, 87/327/CEE

beneficiários do “Estatuto Erasmus”, através da realização de uma missão de mobilidade.

Teichler (2002), no seu estudo demonstra os elevados níveis de satisfação para com as experiências proporcionadas pelas missões de mobilidade Erasmus. Deste modo, neste estudo é evidenciada a elevada satisfação com a progressão académica, onde 70 a 80% dos estudantes afirmaram que obtiveram reconhecimento académico no término da missão. Outro facto digno de registo é a progressão na proficiência linguística no país/Instituição anfitriã, assim como o enriquecimento pessoal/cultural.

No estudo “Exchange Students’ Rights” (2006),<sup>22</sup> foi possível identificar que os factores que mais influenciaram, ao nível da motivação, no Programa Erasmus foram por ordem de importância a possibilidade de melhorar a proficiência linguística (cerca de 80% dos respondentes), o acréscimo de conhecimentos académicos e por fim futuras oportunidades no mercado laboral no estrangeiro. Outra questão relevante, verificada neste estudo, que demonstra a elevada satisfação sentida após o termino da missão de mobilidade, foi a questão relacionada com o reconhecimento académico, do trabalho concretizado em que cerca de 52% dos respondentes, consideravam o total reconhecimento, enquanto que cerca de 28% dos respondentes consideravam que a maioria do trabalho académico iria possibilitar o respectivo reconhecimento, enquanto que apenas 7% dos estudantes consideraram que não teriam reconhecimento académico.

Ainda, na componente académica, foi possível verificar a elevada satisfação com a flexibilidade dos sistemas académicos das instituições anfitriãs, em que 79% dos respondentes tiveram a possibilidade de escolher as matérias pretendidas nas citadas instituições. No que concerne à preparação linguística, foi possível constatar que aqueles que se preocuparam com tal aspecto tiveram a oportunidade de o concretizar nas instituições de origem. Relativamente às sugestões para futuros estudantes Erasmus foi possível verificar que 90% dos estudantes recomendavam a experiência neste Programa Comunitário.

O Estudo “The Professional Value of Erasmus Mobility” (2006),<sup>23</sup> vocacionado para a análise do impacto do Programa Erasmus no mercado de trabalho a nível internacional enfatiza a elevada satisfação sentida pelos respondentes que beneficiaram de missões de mobilidade internacional, realizadas no ano lectivo 2000/01. Assim, foi possível constatar que após uma missão Erasmus os estudantes estavam melhor preparados para novos desafios, em especial ao nível da integração no “Mundo

---

<sup>22</sup> KRUNPNIK, Seweryn, Jagiellonian University & KRZAKLEWSKA, Ewa, Erasmus Student Network

<sup>23</sup> University of Kassel, International Centre for Higher Education Research

Laboral”, dado que: 99% dos respondentes melhoraram a proficiência linguística; 97% melhoraram as competências de compreensão ao nível da interculturalidade; 94% possuíam melhores conhecimentos sobre os países anfitriãs; 82% consideravam que estavam melhor preparados para futuras oportunidades de trabalho e empregabilidade e 73% dos respondentes consideraram ter melhorado as competências académicas. Em suma, face aos resultados obtidos nesta investigação, foi possível constatar que os responsáveis concluíram que os estudantes participantes em programas de mobilidade internacional apresentam níveis de preparação superior relativamente aos estudantes que não apostam na internacionalização, nos itens acima considerados, sendo evidente os elevados níveis de satisfação.

Apesar do Programa Erasmus ser considerado, por muitos, um caso de sucesso e talvez o Programa Comunitário que mais promoveu o “Espírito de Cidadania”, dado que desde a sua fundação (1987) tem possibilitado um aumento de mobilidade de 3000 estudantes (1990) para cerca de 15000 (2004), deverá considerar-se que o mesmo enferma de, alguns, aspectos negativos, que acabam afectar a qualidade das missões de mobilidade internacional, considerando-se que nos dias de hoje muito há, ainda, por fazer.

*«Os obstáculos são de vária ordem – linguística, económica, académica, fiscal ou administrativa, podendo a sua combinação aniquilar um projecto de mobilidade.*

*Esses obstáculos apelam a respostas práticas e concertadas por parte de todos os responsáveis a todos os níveis, do local ao Europeu.»<sup>24</sup>*

No Relatório “New Perspectives for Learning – Briefing Paper 2 – Student Mobility in Europe<sup>25</sup> (2001), encontram-se bem evidenciadas algumas limitações/barreiras à mobilidade internacional, considerando os casos concretos de França, Alemanha, Grécia, Suécia e o Reino Unido. Neste estudo identificaram-se três tipos de limitações à mobilidade internacional estudantil, que acabam por influenciar de forma negativa a qualidade das missões, nomeadamente:

- Barreiras linguísticas;

---

<sup>24</sup> REDING, Viviane (2001), Passaporte para a mobilidade - Aprender de outro modo formar-se noutra lugar, Comissão Europeia

<sup>25</sup> Comissão Europeia, (2001), New perspectives for Learning – Briefing Paper 2, Improving Human Research Potential & the Socio-economic Knowledge Base

- Barreiras financeiras;
- Reconhecimento das qualificações e procedimentos de admissão.

No que respeita às barreiras linguísticas o respectivo relatório técnico salienta a necessidade de se reforçarem as competências linguísticas, devendo a União Europeia apreender e adoptar políticas mais compreensivas ao nível das línguas estrangeiras por forma a permitir uma maior aposta neste vector. No que respeita às políticas dos diversos Estados - Membros as mesmas deveriam ter como preocupação o ensino das línguas estrangeiras nos respectivos sistemas de ensino. Outro factor que poderia atenuar tal limitação, permitindo em simultâneo o incremento na mobilidade internacional, poderá ser a criação por parte da União Europeia de Programas Comunitários, especificamente direccionados para o ensino secundário, vocacionados para a aprendizagem de línguas estrangeiras.

Relativamente às limitações financeiras, o grupo de trabalho, recomenda um reforço nos apoios financeiros/bolsas, através da criação de incentivos para que o sector privado possa investir nesta Vertente. Considerando a grande diversidade do “Grande Espaço Europeu” de modo a permitir uma melhor paridade, na Vertente da Mobilidade Estudantil Internacional, deveriam ser criados mecanismos que permitam a diferenciação da concessão dos financiamentos, possibilitando que os Sistemas/Instituições mais fracos economicamente possam aumentar os seus níveis de excelência ao nível do Ensino Superior. Ainda a este respeito, salientou-se a importância na criação de linhas de crédito, especificamente vocacionadas para os estudantes com maiores dificuldades sócio - económicas, permitindo aos mesmos se não a igualdade de oportunidades, pelo menos um ambiente mais propício para o investimento numa missão de mobilidade internacional.

No que respeita às limitações inerentes ao reconhecimento académico e procedimentos de admissão, as recomendações foram no sentido de se criar: sistemas/canais de informação para explicitar a existência do Sistema Europeu de Transferência de Créditos (ECTS); calendários académicos mais flexíveis a nível europeu para que os períodos de estudo no estrangeiro sejam mais consistentes; sistemas menos burocráticos, em todas as instituições de ensino superior com vista à recepção de estudantes estrangeiros; mecanismos/estratégias que facilitem a maior interacção entre os interlocutores mais envolvidos no processo de internacionalização, nomeadamente entre as entidades responsáveis pela elaboração dos planos de estudos e



os responsáveis pela recepção dos estudantes estrangeiros, aumentando o grau de compreensão.

Segundo a National Unions of Students in Europe (ESIB)<sup>26</sup>, existem, efectivamente, factores inibidores da mobilidade internacional estudantil, que afectam de forma considerável a qualidade das missões académicas de mobilidade internacional, dos quais se destacam:

- Fraca preocupação para com os aspectos inerentes à vertente académica, o que acaba por se traduzir em dificuldades no reconhecimento do trabalho académico, efectuado pelos estudantes no termino de uma missão de mobilidade internacional. Para tal é fundamental a elaboração de planos de estudos concertados, entre os interlocutores do processo (Estudantes, Responsáveis das Áreas Científicas das Instituições Superiores de Origem e Responsáveis das Áreas Científicas das Universidades Parceiras);
- Reduzidas subvenções/bolsas de mobilidade que não correspondem a grande parte dos encargos inerentes a uma missão de mobilidade estudantil a nível internacional. Tal factor acaba por ser gerador de situações de injustiça ao penalizar os estudantes com maiores dificuldades sócio-económicas. Outro factor inerente às bolsas prende-se com o sistema burocrático para a concessão das mesmas;
- Desigualdade de oportunidade para os estudantes estrangeiros no que concerne ao acesso a serviços de acção social;
- Fraca oferta de cursos de preparação linguística. Este aspecto é de grande relevância dado que dificulta a integração dos estudantes estrangeiros tanto no meio social envolvente, assim como no seio da comunidade académica das instituições anfitriãs;
- Sistemas de ensino superior pouco flexíveis, que acabam por condicionar os estudantes na elaboração dos planos de estudos. Tal factor impossibilita ao

---

<sup>26</sup> URL: [http://www.ub.es/ub/europa/documents2/3\\_Documents\\_del\\_mon/03\\_DOCM\\_ESIB\\_Bolonya.pdf](http://www.ub.es/ub/europa/documents2/3_Documents_del_mon/03_DOCM_ESIB_Bolonya.pdf)

estudante a possibilidade de apostar na aquisição de novas competências desejadas;

- Inexistência de estudos exploratórios e de monitorização relativamente à vertente da mobilidade estudantil internacional. Tais estudos consideram-se vitais para o sucesso do processo de internacionalização e para as missões de mobilidade internacional.

No âmbito do Relatório “Key issues for the European Higher Education Area – Social Dimension and Mobility” (2007),<sup>27</sup> foram identificadas barreiras à mobilidade internacional estudantil que, ainda, não foram ultrapassadas, podendo afectar de forma considerável a qualidade das missões de mobilidade internacional. Tratam-se de um conjunto de “Acções Estratégicas” que deveriam ser adoptadas pelos diversos Estados-Membros, dado serem consideradas transversais, afectando de forma diferenciada políticas e actores das quais se salientam:

- Informação, transparência e preparação (imprescindíveis para gerar a igualdade de oportunidades na mobilidade estudantil internacional):
  - Criação de condições que facilitem o acesso à informação sobre as diferentes possibilidades para estudar no estrangeiro, ou para leccionar;
  - Criação e desenvolvimento de métodos simples e transparentes de admissão e selecção;
  - Acções/iniciativas para reduzir as barreiras/limitações linguísticas.
- Acções que permitam futuramente aumentar o acesso a oportunidades de mobilidade internacional:

---

<sup>27</sup> Government Offices of Sweden, (2007), Report from the Bologna Process Working Group on Social Dimension and Data on Mobility of Staff and Students in participating Countries

- Informações sobre as normas de admissão e regulamentos em países estrangeiros direccionados para a mobilidade estudantil;
  - Informação/sistemas de informação sobre os programas curriculares e sobre aspectos inerentes às condições de vida (custos académicos e no meio envolvente) para estudantes e professores;
  - Sistemas de reconhecimento académico fiáveis ao nível do ensino superior, e junto das entidades empregadoras;
  - Criação de iniciativas/incentivos para a mobilidade estudantil internacional no ensino superior;
  - Criação de curriculas e estruturas de educação superior flexíveis.
- Informação, administração e serviços nos países anfitriões:
    - Criação de Serviços Académicos e Sociais vocacionados para o processo de internacionalização;
    - Facilitação da emissão de vistos, declarações das missões e comprovativos de residências;
    - Criação de redes de alojamentos, com excelentes qualidades, vocacionadas para a mobilidade internacional.
- Financiar a Mobilidade:
    - Concessão de informações sobre mecanismos de fontes de financiamento, para missões de mobilidade internacional estudantil;

- Concessão de financiamentos diferenciados, dando-se uma especial atenção aos estudantes com piores condições sócio-económicas;
- Concessão de fontes de financiamento complementar para missões de mobilidade internacional.

No Estudo “The Professional Value of Erasmus Mobility”<sup>28</sup> (2006), alguns dos factores identificados que acabam por penalizar a qualidade da mobilidade internacional Erasmus foram: existência de fracos canais/meios informativos sobre as oportunidades do Programa Erasmus; fundos financeiros, insuficientes para satisfazer a grande procura; inexistência de iniciativas de cooperação com os interlocutores do mercado laboral a nível internacional (tecido empresarial); problemas inerentes ao total reconhecimento académico dos períodos de estudo. A nível institucional (nas Instituições de Ensino Superior receptoras de estudantes Erasmus), também foram identificados alguns factores negativos tais como: falta de meios que possibilitem a plena integração dos estudantes, tanto no seio das comunidades académicas como no meio envolvente; insuficientes cursos de preparação linguística e de fraca qualidade; poucas oportunidades de alojamento nas instituições de ensino superior, com grande qualidade, e a custos acessíveis; inexistência de pacotes informativos sobre as instituições e o país anfitrião; fraco acompanhamento para os estudantes, em especial ao nível académico; inexistência de canais informativos sobre os cursos oferecidos; reduzido número de módulos formativos oferecidos em línguas estrangeiras; procedimentos de admissão, demasiadamente regidos e burocráticos.

Para Smith (1979), e Pery (1983), já no Programa Piloto que esteve na génese do Programa Erasmus as barreiras administrativas, financeiras e linguísticas foram evidenciadas pela negatividade.

Outra crítica expressa por alguns teóricos tais como Wiclemans (1991), e que se encontra expressa em algumas publicações da Comissão das Comunidades Europeias, prende-se com a desvalorização das questões sociais, cívicas e culturais, em relação às questões profissionais/académicas, com base numa perspectiva economicista. Tal crítica contrapõe a popularidade do Programa com o impacto limitado ao nível das questões

---

<sup>28</sup> University of Kassel, International Centre for Higher Education Research

acima mencionados, que são consideradas como vitais para a promoção da “Entidade Europeia/Espírito de Cidadania”.

Também Teichler (2002), identificou como factor negativo o reduzido financiamento inerente às bolsas de mobilidade, tendo 20% dos estudantes inquiridos manifestado dificuldades no que respeita à assunção de encargos para a concretização das missões de mobilidade.

No âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia (2007), a quando das comemorações do 20º Aniversário do Programa Erasmus, foram identificados, pelos participantes, alguns obstáculos que deverão ser ultrapassados, para que o Programa possa atingir plenamente os seus objectivos, sendo fulcral aproximar a dimensão Social ao Programa Erasmus<sup>29</sup>, por forma a promover-se uma efectiva mobilidade internacional. Deste modo, para que tal seja uma realidade, considerou-se imperativo a criação de mecanismos complementares, com o apoio da Comissão Europeia; Estados-Membros, responsáveis institucionais dos diversos estabelecimentos de ensino superior, associações estudantis internacionais e/ou inseridos nas comunidades académicas das instituições de ensino superior.

As diversas intervenções efectuadas tiveram como objectivo colmatar alguns obstáculos verificados no âmbito mobilidade Erasmus, de entre os quais se destacam os seguintes:

- Reduzido valor das bolsas de mobilidade (tanto para os estudantes como para os docentes). A alteração deste factor foi considerada de extrema importância, por forma a eliminar a imagem de “Programa Elitista”, onde só os alunos com fortes condições económicas poderiam apostar numa missão de mobilidade internacional;
- Reduzida oferta da preparação linguística, gratuita, facultada aos alunos candidatos a missões Erasmus, o que dificultaria a integração dos mesmos. Este aspecto foi amplamente salientado, dado que poderá influir de forma considerável na qualidade do trabalho académico, e de forma indirecta afectar o reconhecimento académico;

---

<sup>29</sup> URL: <http://ec.europa.eu/education/erasmus20>, 2007

- Reduzida oferta de redes de alojamento, com qualidade, para os alunos Erasmus, devendo as políticas institucionais (das Instituições de Ensino Superior) prever a criação de residências universitárias para o efeito;
- Fraco envolvimento no Erasmus por parte dos movimentos/associações estudantis integrados nas instituições de ensino superior (a nível Internacional e/ou Nacional). Este factor foi frisado ao nível da integração dos alunos estrangeiros;
- Existência de barreiras técnicas ao nível do reconhecimento académico das missões Erasmus (pré - requisito do Programa). Apesar do elevado sucesso, registado, continuam a persistir problemas, pontuais, ao nível de alguns Estados-Membros;
- Reduzidas taxas de reciprocidade nos fluxos da mobilidade estudantil e de docentes a nível internacional. A este respeito foram focados alguns Estados-Membros que não têm conseguido ultrapassar este problema, como é o caso do Reino Unido, que tem recebido mais alunos do que envia. Tal situação foi considerada grave, dado que poderá produzir efeitos nefastos no projecto de criação de um verdadeiro “Espírito de Cidadania Europeia;
- Incapacidade efectiva de resposta da Comissão Europeia ao reduzido número de reclamações, expressas pelos beneficiários do Estatuto Erasmus;
- Reduzida aposta na elaboração de estudos exploratórios sobre o Programa Erasmus. Apesar do número reduzidos, estes foram considerados vitais para a identificação de barreiras à mobilidade internacional. Considerou-se, igualmente, que os estudos/investigações nesta temática revestem-se de grande importância para a verificação do impacto do citado Programa, no seio das comunidades académicas de cada instituição de ensino superior;
- Reduzido investimento na vertente do e-learning, sendo as taxas, bastante baixas. Assim, considerou-se vital o investimento das instituições de ensino superior, neste sector, em especial ao nível do 1º Ciclo de Ensino.

Face ao exposto, por diversos teóricos, conclui-se que o Programa Erasmus é de facto uma opção estratégica delineada pela Comissão Europeia, com vista à concretização do objectivo geral do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida. Tal objectivo visa a criação de um “Grande Espaço Europeu de Conhecimento” que permita o desenvolvimento da economia europeia, sustentável por forma a promover uma coesão económica e social equilibrada, fundamental para a sustentabilidade das gerações vindouras.

No entanto, apesar das elevadas taxas de satisfação registadas pelos beneficiários do Estatuto Erasmus em quase todas as vertentes (mais - valias pessoais, linguísticas, científicas e profissionais), que acabam por tornar o Programa Erasmus com mais sucesso da União Europeia (UE), constata-se que, ainda, existe muito para concretizar, por forma a que o Erasmus possa atingir a sua plenitude. As diversas barreiras identificadas nos diversos estudos científicos acima mencionados que subsistem até à presente data, e que acabam por afectar de forma negativa a qualidade das missões de mobilidade internacional, deverão ser rapidamente eliminadas. Para que tal seja uma realidade torna-se imperativa a implementação de uma acção concertada, através dos interlocutores mais directamente envolvidos no processo de internacionalização, por forma a reforçar, cada vez mais, a componente Social, nomeadamente: Comissão Europeia; Estados-Membros, através dos respectivos governos; Responsáveis Institucionais de Instituições de Ensino Superior; Associações Estudantis Internacionais e Nacionais; Estudantes).

Face ao exposto, e por forma a permitir uma melhor compreensão sobre as potencialidades do Programa Erasmus, importa saber a forma como o mesmo se encontra estruturado e a quem se destina.

### **2.3 - Estrutura do Programa Erasmus**

No que respeita ao tipo de actividades apoiadas pelo Programa Erasmus, salientam-se as seguintes: Mobilidade de estudantes do ensino superior, que pretendem desenvolver missões de ensino e/ou de formação em instituições de ensino superior no espaço europeu, ou ainda, ao nível de estágios em empresas, centros de formação e de investigação ou noutros tipos de organismos; Mobilidade de docentes do ensino superior, com o objectivo de transmitir e ou receber ensino ou formação, numa instituição parceira congénere, na União Europeia; Mobilidade de outro pessoal inserido

em estabelecimentos de ensino superior e de empresas, vocacionada, para efeitos de ensino e/ou formação; Programas intensivos Erasmus no âmbito de redes; Apoio a actividades relacionadas com a organização da mobilidade, com o intuito de promover a qualidade destas vertentes, assim como a promoção e preparação/reciclagem da proficiência linguística; Apoios a projectos multilaterais, vocacionados para a inovação e experimentação e no intercâmbio de “Boas Práticas”; Redes multilaterais no âmbito de consórcios do ensino superior ao nível de redes temáticas, vocacionadas para o desenvolvimento de novas competências e conceitos de aprendizagem; Outras iniciativas que pretendam atingir as Acções do Programa Erasmus.

#### **2.4 - Destinatários do Programa:**

O Programa Erasmus destina-se a: estudantes e formandos no âmbito da aprendizagem, educação, e formação a nível superior; todos as instituições de ensino superior, integrados nos Estados – Membros da União Europeia; professores, formadores e/ou outro pessoal de estabelecimentos de ensino superior; associações e representantes das partes envolvidas no ensino superior, inclusive associações de estudantes e/ou docentes/formadores de universidades; empresas, parceiros sociais e outros membros do mundo laboral; públicos e privados, inclusive ONG’s; responsáveis institucionais de organizações relacionadas com a educação/formação profissional a nível local, regional e nacional; organismos vocacionados para a investigação com vocação para a aprendizagem ao longo da vida; prestadores de serviços de apoio, orientação, aconselhamento e informação relacionados com o Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida.

Na sequência de uma apresentação sumária sobre a forma como o Programa Erasmus se encontra estruturado, assim como o público alvo a que se destina, considerou-se de grande relevância permitir ao leitor uma melhor contextualização sobre a forma como este Programa Comunitário tem evoluído em Portugal.

## **Capítulo III- EVOLUÇÃO DO PROGRAMA ERASMUS EM PORTUGAL**

### **3.1 – Actividades desenvolvidas e Regiões mais representativas:**

No que concerne à participação de Portugal no Programa Erasmus, poderemos afirmar que tal se verificou desde muito cedo, ou seja, logo em 1986, através da manifestação de candidaturas para o desenvolvimento de programas conjuntos de estudos, visitas preparatórias, assim como curtas visitas de estudo, o que se traduziu num a aprovação efectiva de 26 Acções/Actividades.<sup>30</sup>

Outras iniciativas que traduzem de forma clara a grande aposta de Portugal, no Programa Erasmus, através das diversas instituições de ensino superior, são a participação em diversos projectos, em áreas científicas distintas, integradas em Redes Temáticas (TM), que permitem a possibilidade de participar em projectos multilaterais, que consequentemente contribuam para permitir o desenvolvimento do grande espaço europeu de ensino superior, nomeadamente ao nível de projectos de desenvolvimento curricular, cooperação entre as instituições de ensino superior e as empresas, etc.

Desde aquela data, a elevada participação de Portugal no Programa Erasmus, tem-se evidenciado através do significativo e gradual aumento verificado ao nível da participação de diversas Instituições de Ensino Superior. A título exemplificativo refere-se que no lectivo 1987/88 participaram sete (7) universidades no Programa Erasmus, no ano Lectivo 1999/2000, tal participação já se traduzia a setenta e uma (71). Ainda a este respeito, as regiões com maior representatividade na vertente da mobilidade estudantil internacional eram Lisboa, Norte e Centro, segundo estatísticas da Agência Nacional para os Programas Comunitários Sócrates.<sup>31</sup>

### **3.2 – Evolução da Mobilidade Estudantil e Áreas Científicas de Estudo mais representativas**

O Programa Erasmus em Portugal, e nos restantes Estados-Membros Europeus é caracterizado, sem margem para dúvidas pela crescente participação da mobilidade estudantil. Um factor demonstrativo da importância da vertente mobilidade estudantil nas instituições de ensino superior participantes no presente Programa Comunitário é o

---

<sup>30</sup> Ministério da Educação – GAERI (2000), A participação portuguesa no Erasmus 1987-1999

<sup>31</sup> Ministério da Educação – GAERI (2000), A participação portuguesa no Erasmus 1987-1999

facto de em grande parte dos contratos institucionais, actualmente designadas Convenções Financeiras, existir a vertente vocacionado para a organização da mobilidade de estudantes (OM), sendo esta actividade considerada fulcral, para o início do desenvolvimento de intercâmbio da mobilidade estudantil. Nesta sequência, e devido à grande importância atribuída a esta vertente e que possibilita identificar as potencialidades do desenvolvimento de iniciativas de cooperação internacional, inter-universitário, em especial, com as instituições pouco conhecidas, tanto ao nível da componente académica, como ao nível das condições de logística, fundamentais para uma plena integração, numa Comunidade Académica Estrangeira, a Comissão Europeia decidiu, em 1989, apostar na criação e desenvolvimento do Sistema Europeu de Transferência de Créditos Académicos (ECTS). A criação deste sistema tem como objectivo facilitar o reconhecimento académico dos períodos de estudos dos estudantes beneficiários do Estatuto Erasmus.

Assim, é dado grande enfoque pela Comissão Europeia à Vertente Mobilidade Estudantil (nomeadamente no que respeita à massiva implementação do sistema ECTS, nos diversos Estados – Membros Europeus), dado considerar que é através do desenvolvimento desta vertente que se poderá retirar indicadores importantes sobre o êxito do fenómeno da cooperação internacional, essencial para a promoção do verdadeiro espírito de cidadania europeia.

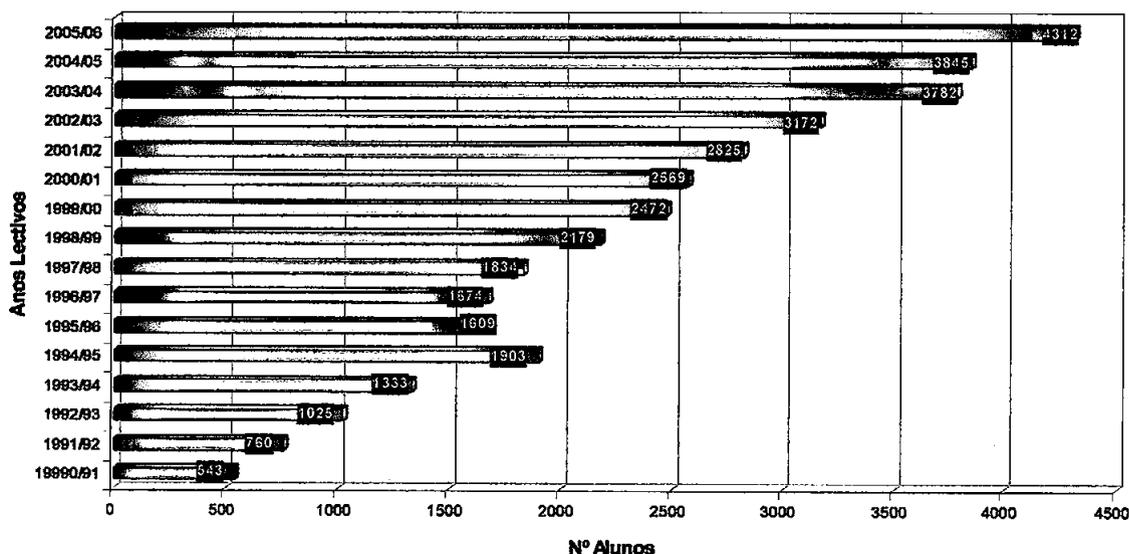
*«Não só o estudante implicado no Programa sabe que a Comunidade é directamente responsável pela oferta de oportunidades e auxílios financeiros mas também a sua família e amigos dão-se conta dos efeitos positivos do Programa.»<sup>32</sup>*

No que se refere à Mobilidade Estudantil Erasmus Portuguesa poderemos afirmar que a mesma tem acompanhado a tendência evolutiva verificada nos restantes Estados-Membros Europeus. No que respeita à 1ª fase do Programa Sócrates, do ano lectivo 1995/96 ao ano lectivo 1999/2000 o acréscimo traduziu-se em 30%. Na 2ª fase do Programa Sócrates entre os anos Lectivos 2000/01 a 2005/06, verificou-se uma evolução na ordem de 68%, conforme demonstra o gráfico nº 1.

---

<sup>32</sup> In SEC(92) 796 final – Relatório Anual 1991 Programa Erasmus, apresentado pela Comissão

**Gráfico 1 – Mobilidade Estudantil Erasmus Portuguesa no Período de 1990/91 a 2005/06**



Fonte: Comissão Europeia, 2007

A evolução da mobilidade internacional, em especial a estudantil foi desde muito cedo um objectivo estratégico da Comissão Europeia, tendo esta vertente, sido inicialmente desenvolvida no âmbito dos Programas Interuniversitários de Cooperação (PIC's), posteriormente enquadrado em Contratos Institucionais, prestando a Comissão Europeia, igualmente, uma atenção à mobilidade estudantil independente, os denominados "Estudantes Freemovers", que nos casos em que as Instituições não apresentassem manifestações de candidatura ao Programa Erasmus, os interessados poderiam formalizar candidaturas a concursos nacionais, a título individual. Apesar desta última figura (Alunos Freemovers) ter terminado, dado a Comissão Europeia ter considerado prejudicial este Estatuto ao impossibilitar o correcto reconhecimento académico dos módulos formativos dos estudantes em mobilidade, o acréscimo da mobilidade internacional estudantil continua a ser prioridade no âmbito do Programa Erasmus, actualmente, integrado no Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida.

Outro facto a considerar ao nível da mobilidade estudantil Erasmus, na realidade Portuguesa, prende-se com o facto da grande maioria dos mesmos terem beneficiado de financiamento comunitário através de bolsas de mobilidade. Para tal, também, têm contribuído os mecanismos definidos pelo Governo Português, através de um financiamento complementar resultante do Ministério da Educação, passando essa competência para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Não obstante

tal preocupação (atribuição de um maior número de bolsas) devido ao impacto do Programa Comunitário Erasmus, muitos são os estudantes que têm optado por realizar uma missão de mobilidade internacional sem qualquer tipo de apoio financeiro, sendo estes designados de “Estudantes de Bolsa 0”, dado que apesar de não receberem qualquer apoio financeiro, beneficiam de todas as regalias inerentes ao estatuto do Programa Erasmus, nomeadamente a isenção do pagamento de propinas, taxas de inscrição e outro tipo de encargos académicos, na instituição de ensino superior parceira.

No que concerne aos destinos mais procurados pelos estudantes portugueses, tem-se verificado uma tendência natural para a procura de países considerados sobre-representados pela Agência Nacional Para os Programas Sócrates e Leonardo Da Vinci, tais como: Espanha, França, Itália, e nesta sequência o Reino Unido, a Alemanha cuja a atracção poderá residir na existência de convergência ao nível dos sistemas de ensino superior, o que associado permitirá um mais fácil reconhecimento académico e questões inerentes à barreira linguística.

No que concerne às diversas áreas científicas de estudo no ano Lectivo 1998/99 com maior representatividade, foi possível identificar as Línguas e Filologia, Ciências Sociais, Economia, Gestão e Engenharia.

Ainda, ao nível da caracterização da mobilidade estudantil portuguesa<sup>33</sup> no que respeita aos sexos, foi possível verificar uma maior representatividade por parte do sexo feminino (no ano Lectivo de 1998/99 correspondia a 60% dos Estudantes Erasmus).

Em termos dos níveis de ensino com maior impacto no Programa Erasmus em 1998/99, foi possível identificar que a esmagadora maioria se situavam ao nível de licenciatura<sup>34</sup> correspondendo a 85% do total das mobilidades, nos últimos anos do curso, e cujas idades se situavam nos 21 e 22 anos.

Concluindo, é perceptível o significativo investimento que Portugal tem efectuado, no âmbito do Programa Erasmus, em especial ao nível da Vertente da Mobilidade Estudantil.

Para tal, importa saber como tem evoluído o Processo de Internacionalização do Ensino Superior e o impacto que este fenómeno tem exercido na mobilidade internacional. Como é obvio, importa, igualmente, verificar o contributo prestado pelas Instituições de Ensino Superior, a este vector, assim como, numa possível lógica de mercado internacional de ensino superior.

<sup>33</sup> Ministério da Educação – GAERI (2000), A participação portuguesa no Erasmus 1987-1999

<sup>34</sup> Ministério da Educação – GAERI (2000), A participação portuguesa no Erasmus 1987-1999

## **Capítulo IV- A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR:**

### **4.1- A Internacionalização do Ensino Superior, como mecanismo facilitador da Mobilidade Estudantil Internacional**

Existem algumas instituições como é o caso da UNESCO, que têm como preocupação enfatizar a importância do fenómeno da Mobilidade aliado ao processo de internacionalização para as Instituições de Ensino Superior, sendo este factor um grande desafio para o desenvolvimentos destas instituições.

Tal facto reside nos novos desafios resultantes do fenómeno da globalização, em especial no que respeita ao impacto das novas tecnologias de informação, nas “Sociedades Modernas”, nomeadamente em particular no que concerne à facilitação da difusão de conhecimento e de actividades inerentes à investigação científica.

Não obstante as vantagens do processo de internacionalização, a UNESCO tem-se preocupado com, alguns efeitos “desviantes”, resultantes do fenómeno da globalização, que conseqüentemente provocam grandes desigualdades entre as diversas instituições de ensino superior, sendo possível, apenas, às instituições mais fortes em termos de capacidade económica, formar e promover investigação com altos níveis de “Excelência”. É neste contexto que a UNESCO reforça a importância no desenvolvimento de actividades de cooperação internacional, entre as diversas instituições de ensino superior, devendo as parcerias estratégicas considerar, igualmente, a integração de instituições menos desenvolvidas, como é o caso das instituições de ensino superior, dos países em vias de desenvolvimento. Nesta dinâmica de cooperação internacional devem ser, devidamente, salvaguardados alguns princípios éticos, como é o caso da “Solidariedade Internacional”, que poderá atenuar e/ou eliminar o fosso entre as instituições menos desenvolvidas e as mais desenvolvidas. Só assim, será possível dissipar as disparidades regionais, fomentando-se um desenvolvimento sustentável, factor fulcral para a preservação da paz no mundo. É neste contexto que a UNESCO considera o Vector da Mobilidade Internacional da População Académica (estudantes e docentes do ensino superior), fundamental para o desenvolvimento de ciência com altos níveis de excelência. Tal perspectiva é igualmente, salientada no Processo de Bolonha, com a Declaração de Sorbonne (1998), que traduz um compromisso para a criação/estabelecimento de um “Espaço de Ensino Superior Europeu”, que promova o “Espírito de Cidadania”, mobilidade e

empregabilidade internacional. A este respeito deverá considerar-se que se trata de algo complexo devido à grande heterogeneidade, existente no “Grande Espaço Europeu”, dividido geograficamente por questões históricas, linguísticas, religiosas, acrescentando, ainda, o facto de cada país ter o seu sistema de ensino superior, o qual têm evoluído de forma independente, dificultando a concretização deste “Grande Objectivo”.

Não obstante as dificuldades subjacentes à concretização dos paradigmas definidos no Processo de Bolonha a associação entre este e a mobilidade internacional estudantil encontram-se bem patente na Comunicação de Praga (2001).

Esta perspectiva encontra-se, igualmente, bem evidenciado no Relatório Trends III, (2003)<sup>35</sup>, o qual demonstra a importância do incremento da mobilidade internacional académica, em especial da estudantil, sendo uma das formas mais concretas na concretização de alguns objectivos de base à criação de um “Grande Espaço Europeu de Ensino Superior de Excelência”.

Para tal, incentiva-se o sentimento de competitividade internacional dos diversos sistemas de ensino superior europeu.

Deste modo, o Processo de Bolonha para a promoção da mobilidade internacional define como acções estratégicas:

- A adaptação de um sistema simples de readaptação e de comparação de cursos superiores;
- Introdução de um sistema de níveis de planos de estudos e cursos;
- Estabelecimento de um sistema de créditos;
- Promoção da mobilidade estudantil, através da redução de barreiras técnicas e administrativas;
- Promoção da cooperação em matérias de qualidade;
- Promoção de uma dimensão europeia em Educação e Ensino Superior.

---

<sup>35</sup> Comissão Europeia, (2003), Trends in Learning Structures in European Higher Education III

A maioria dos especialistas consideram que os grandes objectivos do Processo de Bolonha são a concretização de uma estrutura convergente de planos de estudos e cursos, e nesta sequência a concretização de um Espaço Europeu de Ensino Superior atractivo para estudantes de todas as partes do mundo.

Todavia, alguns teóricos como Reichert (2005), consideram que na senda dos objectivos traçados para 2010 na Estratégia de Lisboa, no que respeita à promoção e criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior, entre os diversos Estados-Membros, imperam duas velocidades, verificando-se, ainda, diferenças consideráveis entre diversos sistemas de ensino superior europeu.

Ainda a respeito dos paradigmas do processo de Bolonha, com o fim último de se criar “Um Grande Espaço Europeu de Ensino Superior de Elevada Qualidade”, existem alguns autores como Scott (2005) que consideram que a grande aposta da Europa na atracção da mobilidade internacional deverá centrar uma especial atenção nos seus factores endógenos, tais como o multiculturalismo e a sua diversidade. A competitividade como uma norma poderá provocar problemas negativos tais como a tendência imitadora das diversas instituições do ensino superior, assim como os seus bolseiros, o que poderá levar a uma quebra de criatividade/inação, e de esforço na tentativa de se atingir elevados níveis de qualidade no Ensino Superior.

Não obstante algumas críticas relativamente ao Processo Bolonha, verifica-se actualmente uma forte preocupação na convergência dos vários sistemas de ensino superior europeus, sendo possível constatar a preocupação de instituições de ensino superior na criação de novos programas de ensino/módulos formativos ministrados em línguas estrangeiras, a criação de programas conjuntos formativos por forma a fomentar a mobilidade internacional dos estudantes e dos académicos. Ainda, a este respeito destacam-se algumas preocupações expressas por alguns governos de Estados-Membros da União Europeia com vista à criação de mecanismos que possam atenuar e ou eliminar barreiras tais como a criação de um sistema internacional de atribuição de bolsas para tal efeito.

#### 4.2 - O Papel das Instituições de Ensino Superior na Cooperação Internacional ao nível do Programa ERASMUS

A Declaração de Bolonha (1999), de entre vários objectivos, pretendeu chamar à atenção para o aumento da competitividade entre os diversos sistemas de ensino

superior, com base nos paradigmas da Declaração de Lisboa (2000), e com vista a tornar a economia europeia a mais competitiva até 2010. É com base neste argumento que alguns especialistas consideram que a grande preocupação dos actores políticos europeus é a criação do aumento da competitividade, através de um melhor sistema de ensino superior, que possa ser considerado o melhor a nível mundial. Deste modo, a competitividade é visto como um factor que proporciona a ascensão ao topo da pirâmide, ao nível da excelência. Todavia, existem estudiosos como Scott (2005), que consideram que a diferenciação entre os diferentes sistemas de ensino superior deverá ter por base alguns aspectos “endógenos” europeus que fazem a diferença, pela positiva, tais como a questão cultural e o multilinguismo, e a respectiva heterogeneidade europeia. Outra crítica em relação ao factor da competitividade, prende-se com a tendência imitadora efectuada por algumas instituições de ensino superior, com o objectivo de atrair o maior número de estudantes estrangeiros. Ora tal tendência é considerada por muitos como um factor inibidor da criatividade dos estudantes, podendo este factor produzir o efeito contrário no que respeita à atracção de estudantes.

Para se melhor compreender o impacto do processo de internacionalização nas instituições de ensino superior torna-se imperativo compreender qual é, efectivamente, a missão das mesmas, mais especificamente das universidades.

Humbolt, por sua vez, com a criação da Universidade de Berlim (1809), focava uma especial atenção às formações científicas (em especial ao nível da filosofia) e profissionais, na investigação na formação pós-graduada, considerando a liberdade dos professores e dos alunos como algo intrínseco ao Ser Humano. Ao longo dos anos, tanto em Portugal como no resto da Europa, o Conceito de Ensino Superior encontra-se associado ao conceito de Universidade. Segundo Gago (1993):

*«uma Universidade de superioridade (...) é pois natural que a Universidade, como instituição, se sinta superior por natureza, e superior a outras instituições de índole diversa. Em nome da superioridade, aliás, acolhe e exclui, sem nunca estarmos totalmente certos da verdade actual de qualquer desses estados a não ser na realidade infável das ilusões, afectivas ou formais. Assim, a apropriação confiante e fundadora da ideia da superioridade confere à Universidade uma superioridade inegável».*

Para Habermas (1993), « a função da universidade está ligada “não apenas com o desenvolvimento técnico e a preparação para profissões académicas, mas também com a educação em geral, a tradição cultural e o esclarecimento crítico».

Deste modo, poderemos afirmar que às universidades compete a transmissão e difusão de cultura, ciência e tecnologia, não se dirigindo apenas a um grupo de pessoas restritas, com qualidades específicas. A Universidade deve ser concebida numa lógica democrática, permitindo a participação de qualquer ser humano no âmbito das suas interacções sociais. Deve ser um espaço privilegiado para a produção de conhecimento, instigando à criação de uma capacidade crítica no estudante. Todavia, esta concepção deverá, cada vez mais, estar associada ao fenómeno da globalização, e em especial, neste contexto concreto, à criação de um “Espaço Europeu de Aprendizagem ao Longo da Vida.

Assim e na sequência do exposto, poderá afirmar-se que quaisquer instituição, inserida na “Grande Aldeia Global” acaba por estar sujeita às pressões inerentes ao fenómeno da globalização, em especial, no que respeita ao contágio das novas tecnologias de informação e comunicação electrónica. Os blocos comerciais emergentes, o incremento da livre circulação de bens, capitais e recursos humanos, estão a criar novas realidades para uma comunidade académica, cada vez mais esclarecida.

Hoje é totalmente impensável que uma instituição, em especial de ensino superior, possa atingir a altos níveis de excelência, nalguns ou em todos os seus domínios de actividades, sem o efeito da cooperação internacional, dado que o “Saber/Conhecimento” é universal, transpondo qualquer tipo de fronteira.

Outro factor a considerar na senda da excelência é a importância da internacionalização das instituições, neste caso concreto das universidades ou instituições de ensino superior. Assim, as instituições de ensino superior deverão considerar a internacionalização como um vector prioritário.

*Para Almeida (2000), «as universidades não se internacionalizam, elas devem ser consideradas internacionais. O conhecimento é internacional, a disseminação do conhecimento é internacional, a procura de novo conhecimento é internacional. As funções das universidade não conhecem fronteiras. No entanto, a internacionalização constitui um processo de desenvolvimento. Para efeitos do desenvolvimento de uma estratégia para a cooperação internacional, adoptamos uma definição que enfatiza a incorporação de uma dimensão internacional nos sistemas académico, organizacional e estruturas da universidade. Consideramos a internacionalização como o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural, global, em cada uma das*

*funções da universidade. Um processo, pois, mais do que um produto, é um processo que engloba uma larga gama de funções. Neste contexto, considera-se conducente à internacionalização qualquer esforço sistemático, durável, destinado a tornar o ensino, a investigação e os serviços da Universidade mais correspondentes às necessidades e desafios relacionados com a globalização das sociedades, das economias e dos mercados».*

No que respeita à Internacionalização Almeida (2000), defende ainda que:

*«o enorme desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, a cada vez maior facilidade de deslocação no espaço mundial e de circulação na “infosfera”, o papel que o inglês tem vindo a assumir como língua franca da ciência e da tecnologia, entre outros factores, têm contribuído para uma aproximação entre povos e suas culturas e para que o conhecimento seja cada vez mais património da humanidade, na medida em que os estudos internacionais e a cooperação internacional não só estão a desafiar as possibilidades oferecidas aos académicos, mas também fazendo parte da estratégia institucional para o seu desenvolvimento, a estrutura orgânica e funcional da universidade deverá adaptar-se a tal situação. Se uma universidade quiser entrar no “campus virtual” de uma universidade internacional à escala global, não o pode fazer sozinha. Sem alianças estratégicas terá de competir com os que poderiam ser os seus colaboradores. Mas alianças representam desistência de alguma da tradicional autonomia e independência de cada aliado, seja a nível nacional, seja a nível institucional. Tal atitude é importante se quiser evitar o isolamento e o não reconhecimento da academia a nível internacional».<sup>36</sup>*

Nesta sequência, as instituições de ensino superior para responder de uma forma mais eficiente às exigências de uma comunidade académica e científica, mais esclarecida, criaram estruturas/unidades orgânicas com o objectivo de apoiar os esforços de internacionalização. Das diversas missões atribuídas a tais estruturas destacam-se as estratégias que vão ao encontro do apoio à integração e cooperação interculturais; facilitar e fomentar a mobilidade dos estudantes e docentes e a cooperação

---

<sup>36</sup> CATITA, Manuel, (2000), Estudo Exploratório, Expectativas/Versus Resultados Obtidos dos Alunos Integrados no âmbito do Programa Sócrates/Erasmus – estudo de um Caso: Universidade de Évora/Universidades Europeias - 1998/99- 1999/00

internacional; proporcionar serviços especializados de apoio a todas as vertentes que definem as relações internacionais, destacando-se por ordem de importância, neste contexto, o apoio à gestão de Programas Internacionais, tais como o Programa Erasmus, Programa Leonardo Da Vinci, Alban, Redes Temáticas, etc.

Ao nível das instituições de ensino superior, existem alguns mecanismos essenciais para a promoção da cooperação internacional inter-institucional, dos quais se destacam:

- A inserção em redes e parcerias internacionais a fim de se desenvolver projectos no âmbito das mesmas;
- Acordos bilaterais ou multilaterais com instituições parceiras, consideradas estratégicas. Na sua maioria criam oportunidades ao nível da mobilidade estudantil e de docentes, iniciativas de investigação conjunta, cursos conjuntos, etc. A este respeito, deverá destacar-se a celebração de Protocolos/Convénios de Cooperação Internacional, considerados como excelentes oportunidades para a dinamização da componente Internacional de qualquer instituição de ensino superior. Estas possibilitam às mesmas uma cooperação mais estruturada entre realidades bastante diferenciadas (Europa e Países Terceiros), potenciando, de igual modo, o reforço da qualidade do ensino superior e da investigação.

Ao nível das actividades consideradas importantes para a internacionalização das universidades deverá referir-se :

- Criação e desenvolvimento de módulos de ensino e formação a nível internacional;
- Mobilidade de docentes no cumprimento de projectos pedagógicos conjuntos;
- Internacionalização dos currículos, os quais deverão reflectir as perspectivas internacionais (deverá considerar-se a importância do Processo de Bolonha);

- **Captação de estudantes e académicos (docentes/investigadores) estrangeiros;**
- **Desenvolvimento de cursos ou módulos de formação pós-graduada de âmbito internacional ;**
- **Cursos e seminários de curta duração para audiências internacionais;**
- **Cursos internacionais de verão visando a formação linguística e cultural;**
- **Desenvolvimento e aplicação de novas metodologias de ensino e formação, inicial e, ao longo da vida, visando públicos internacionais;**
- **Projectos de investigação conjuntos com parcerias internacionais;**
- **Participação em Programas Internacionais de mobilidade e investigação;**
- **Participação em eventos científicos internacionais;**
- **Internacionalização de actividades extracurriculares e de serviços institucionais;**

**Actualmente o Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, através do Sub-Programa Erasmus tem uma enorme importância para as instituições de ensino superior, em especial no que respeita ao nível da mobilidade estudantil, permitindo o reforço da qualidade do ensino superior europeu, fomentando políticas e estratégias que possam potenciar a mobilidade internacional dos membros da Comunidade Académica, com elevados níveis de excelência.**

**É neste contexto que as instituições de ensino superior têm investido na definição e aprovação das Estratégias de Política Europeias (European Policy Statments), onde se definem os objectivos estratégicos vocacionados para o processo de internacionalização, prestando uma especial atenção à vertente da mobilidade internacional estudantil e de docentes.**

Esta, surgiu pela primeira vez no ano de 1996, a pedido da Comissão Europeia.

Nesse ano foram submetidas à aprovação da Comissão Europeia cerca de 1583 EPS's, considerando um período de vigência de três (3) anos. Na sequência do sucesso deste iniciativa, todas as instituições interessadas em participar no Programa Erasmus tiveram que apresentar e obter a aprovação das respectivas EPS's. Resultante da aprovação das EPS's pela Comissão Europeia, as instituições de ensino superior passaram a ter o reconhecimento de qualidade para participar no Programa Erasmus, sendo-lhes conferida a Carta Erasmus Universitária (Erasmus University Charter), uma espécie de carta deontológica de "Boas Práticas", especificamente vocacionada para a mobilidade internacional, com o fim último de promover níveis de excelência nesta vertente.

Nesta sequência, deverá salientar-se a importância das EUC's, no incremento e na promoção de boas práticas nas missões de mobilidade internacional, por parte das instituições de ensino superior, estando estas sujeitas a pré - requisitos mínimos para poder participar no Erasmus, devendo as EUC's considerar: - Estrutura da Carta; - Prioridades; - Objectivos estratégicos. Pretende-se desta forma que as Instituições considerem a eficácia, os impactos, a utilidade, a sustentabilidade e recomendações futuras para a dinamização do processo de internacionalização.

#### 4.3 – A lógica do Mercado Internacional do Ensino Superior ao nível da Mobilidade Internacional Estudantil

Será legítimo questionar se o Ensino Superior já faz parte de um mercado internacional?

Segundo alguns estudiosos, a resposta é afirmativa, tendo já este mercado uma expressão bastante significativa a nível internacional. Para tal muito têm contribuído os debates internacionais, sobre o estado do Ensino Superior ao nível global, através de algumas entidades vocacionadas para este fim, tais como a Associação Europeia para a Educação Internacional (European Association for International Education (EAIE)), a Comissão Europeia através de algumas DG's assim como algumas redes universitárias estratégicas. Como resultado, de diversas iniciativas, promovidas pelas entidades supracitadas, podem retirar-se as seguintes conclusões:

1º Grande parte das instituições de ensino superior europeias, desde há alguns anos, já aderiram ao Processo de Bolonha, procedendo-se actualmente, apenas, a alguns ajustamentos, em especial no que concerne ao ECTS (European Credit Transfer System), assim como a plena adopção do Suplemento de Diploma Label (DSL);

2º Existem países que, já algum tempo, estão a empenhar-se fortemente na criação de estratégias políticas por forma a criar um “Ensino Superior de Excelência”, como é o caso dos EUA, Japão, Reino Unido, Canadá, Austrália, etc.

A competição pela atracção de públicos específicos (através da mobilidade estudantil), nomeadamente os chamados “Cérebros Internacionais” de modo a potenciar um ensino ou investigação de “Excelência” é um facto demasiado evidente. Os EUA através da Comissão Fulbright, tentam captar os melhores académicos, em contraposição a Europa, através da Comissão Europeia, conscientes da fuga para os EUA, criaram o Programas Internacionais como o Programa Erasmus; Erasmus Mundus, este último destinado aos melhores alunos oriundos de países terceiros, ao nível do ensino pós-graduado (para a frequência de Euro Masters), com o objectivo de os fixar na Europa, promovendo uma investigação de alta qualidade.

Na sequência do exposto, salienta-se que hoje em dia existe uma forte concorrência entre universidades, quer ao nível do mercado (no próprio país) quer a nível externo (a nível internacional), recorrendo as diversas universidades, ou instituições de ensino superior, a múltiplas estratégias de marketing.

É neste contexto que a UNESCO alerta para o facto de se estar a promover a mobilidade internacional de académicos com base numa lógica “Mercantilista”, sendo por vezes os estudantes estrangeiros conotados como “Formas Complementares de Financiamento Externo”, para as instituições de ensino superior. Para tal muito tem contribuído o Banco Mundial, que defende a necessidade de qualificação dos “Recursos Humanos”, sendo os programas internacionais, vocacionados para promover a mobilidade internacional, fundamentais para a especialização dos mesmos.

É óbvio que para tal, muito têm contribuído algumas organizações financeiras, caracterizadas por deter uma forte influência sobre os países mais subdesenvolvidos. É nesta “dialéctica” que a UNESCO vê com grande apreensão a criação de um “Mercado Internacional de Ensino Superior”, devido aos novos paradigmas da “Globalização

Neoliberal”, vigente nos nossos dias, emergindo, cada vez mais, um novo Conceito, denominado “Universidade Empresarial”. A necessidade de se formarem Recursos Humanos, altamente qualificados, com capacidade de inovação e espírito empreendedor para enfrentar novos e exigentes desafios, só será possível através de um, profundo, investimento no desenvolvimento de uma formação contínua, onde o Estado perde cada vez mais, capacidade decisória e interventiva na criação de políticas e modelos para o Ensino Superior.

Face ao exposto, conclui-se que a internacionalização do Ensino Superior é, actualmente, uma opção estratégica da União Europeia, estando este facto bem patente nos paradigmas do Processo de Bolonha. Outro factor que acaba por acelerar esta realidade é o fenómeno da globalização através do impacto das novas tecnologias de informação na difusão de conhecimento. Não obstante as vantagens resultantes do fenómeno da globalização, existem teóricos e entidades, como a UNESCO, que conscientes da inexistência da igualdade de oportunidades para todas as Sociedades, alertam para a defesa de valores/princípios éticos como a “Solidariedade Internacional”.

Sugere-se, deste modo, que as instituições de ensino superior mais fortes cooperem com as mais fracas, inseridas em sociedades em vias de desenvolvimento, por forma a eliminar as disparidades regionais. No entanto, deverá considerar-se alguma controvérsia no que concerne às formas de cooperação internacional a institucionalizar entre as diversas instituições de ensino superior, dada a grande heterogeneidade de sistemas, existentes no “Grande Espaço Europeu”, que acabam por gerar alguma competitividade, que poderá ser positiva e ou negativa, de acordo com diversas perspectivas.

Como é óbvio, as instituições de ensino superior são fundamentais para o dinamismo da cooperação internacional, por forma a responder aos paradigmas da Comissão Europeia (como instituído na Estratégia de Lisboa), com o fim último de se criar um “Grande Espaço Europeu de Conhecimento”, fundamental para a criação da maior economia mundial.

Ora, compete às instituições de ensino superior a promoção e difusão de conhecimento de elevada qualidade, sendo imperativo o estabelecimento de alianças estratégicas com instituições congéneres, por forma a responder a uma Comunidade Académica cada vez mais exigente e esclarecida sobre as potencialidades do vector da internacionalização. Para tal, muito têm contribuído os Programas Internacionais de Mobilidade, que acabam por proporcionar a disseminação de conhecimento, permitindo

melhorar os diversos sistemas de ensino superior. Todavia, devido às restrições financeiras, resultantes das limitações dos orçamentos estatais, esta mobilidade poderá acabar por se traduzir noutras formas de captação de financiamento, levando a uma maior competição entre as diversas sociedades, e as instituições de ensino superior. Tal situação poderá ser vista como um mercado internacional de ensino superior. Deverá, ainda, considerar-se subjacente à criação de instituições de ensino superior de elevado prestígio a captação de Recursos Humanos, altamente qualificados, os denominados “Cérebros”, que acabam por reforçar a existência de um mercado sustentável para este fim, tornando a competição pelo domínio do mesmo, mais acérrimo, reforçando a necessidade do estabelecimento de parcerias estratégicas e o desenvolvimento de iniciativas/acções de cooperação internacional, entre as instituições de ensino superior.

Nesta sequência, resta apresentar ao leitor a forma como se procedeu à construção do modelo de investigação, assim como os dados resultantes da caracterização efectuada à mobilidade dos estudantes Erasmus portugueses em 2005/2006.

## **Capítulo V – CONSTRUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO MODELO DE INVESTIGAÇÃO:**

### **5.1 – Metodologia e Dados**

O trabalho realizado foi desenvolvido com base no inquérito por questionário aplicado aos estudantes portugueses que efectuaram mobilidade Erasmus no ano lectivo de 2005/06. Os questionários foram distribuídos a todos os estudantes e preenchidos pelos próprios, enquanto parte integrante do seu contrato de estudos, o que permitiu analisar o total da população de estudantes em mobilidade no referido ano.

Este questionário, respondido por todos os estudantes Erasmus em toda a União Europeia, é constituído por 53 questões agregadas em 6 secções (I - Informação Geral; II - Motivação e Preparação; III - Orientação, Apoio e Integração; IV- Alojamento, Serviços e Custos; V- Questões Académicas e VI - Experiência Global). As respostas a todas estas questões permitem caracterizar, para além da avaliação da missão, as motivações, experiências e sugestões para o futuro dos estudantes.

Foram analisadas todas as variáveis inquiridas, e foram ainda “criadas” novas variáveis a partir das iniciais, de modo a permitir uma maior clareza ao nível da sua interpretação. No geral, cada questão originou uma variável, mas em caso de “escolha múltipla”, de “atribuição de valores” ou “questões abertas”, cada resposta foi considerada uma variável que a posteriori foi analisada separadamente e no conjunto das respostas dadas. Na elaboração do livro de código foi seguida uma lógica de atribuição de códigos sequenciais que permitem, por exemplo, que todos os códigos atribuídos às instituições anfitriãs se iniciem sempre com o correspondente do próprio país. Esta metodologia facilitou a pesquisa na base de dados e a análise da relação entre as variáveis. Não menos importante, foi a criação de variáveis consideradas pertinentes e elucidativas para a realização deste relatório, como é o caso da variável que corresponde à média de gastos totais dos estudantes enquanto estudantes Erasmus, ou mesmo, uma variável que permitiu observar a progressão ao nível da comunicação e das competências linguísticas adquiridas.

Construíram-se tabelas de frequências para todas as variáveis, tabelas de

contingência, quadros de dupla entrada, que permitiram cruzamentos de duas ou mais variáveis de modo a explorar o comportamento em função do Sexo e, nalguns casos, por Universidade de Origem, Área Científica, e Instituição Anfitriã. Elaboraram-se ordenações para classificação das respostas por ordem de preferência ou em função de determinadas classificações atribuídas pelos estudantes (Fraco, Insuficiente, Razoável, Bom e Excelente). Foram ainda elaborados gráficos de modo a possibilitar uma visão mais clara e intuitiva dos resultados obtidos, nomeadamente gráficos de dispersão, para a distribuição das variáveis com maior número de categorias. Procedeu-se também ao tratamento das questões abertas utilizando, para tal a análise de conteúdo. Finalmente, do total de questionários recebidos, 4215 foram considerados válidos para análise, correspondendo a uma distribuição dos estudantes portugueses por 28 países da União Europeia e novos Estados aderentes.

## 5.2 – Caracterização da Mobilidade dos Estudantes Erasmus Portugueses no Ano Lectivo - 2005/06

### 5.2.1 - Caracterização do Estudante

#### 5.2.1.1 - Enquadramento no Contexto Nacional:

A única caracterização possível do estudante Erasmus é em função do sexo, das características da instituição de origem, das áreas científicas de estudo, dos países e instituições anfitriãs.

Considerando, na sua totalidade, os estudantes do Ensino Superior que no ano lectivo de 2005/06 optaram pela realização de uma mobilidade Erasmus, verifica-se que estes correspondem apenas a uma pequena minoria. Com efeito, ao ser considerado o número de estudantes respondentes ao inquérito, em comparação com o total de estudantes inscritos no Ensino Superior Português, verifica-se que os 4215 estudantes Erasmus correspondem apenas a 1,15% dos 367312 inscritos (Quadro nº1).

Do total de estudantes inscritos observa-se que estes são maioritariamente do sexo feminino, o que obviamente se reflecte também na representação dos estudantes que realizaram uma mobilidade Erasmus (Quadro nº2).

**Quadro 1 – Estudantes inscritos no Ensino Superior Português**

Tipo	Estudantes Inscritos	%
Ensino Superior	367312	100,0
Erasmus	4215	1,15

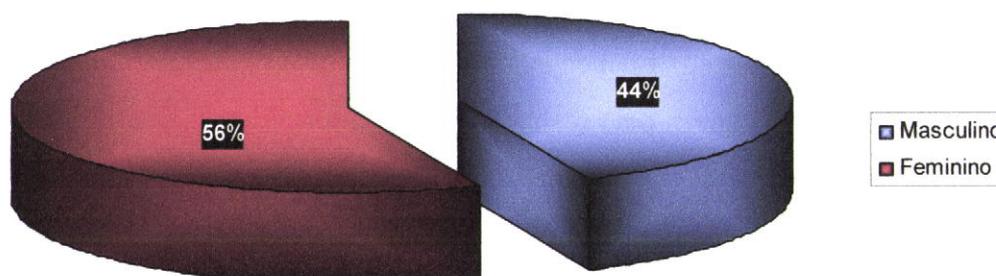
**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) 5

**Quadro 2 – Estudantes inscritos no Ensino Superior Português e Estudantes Erasmus**

Sexo	Estudantes		
	Ensino Superior	Erasmus	
	N	N	%
Masculino	164520	1834	1,11
Feminino	202792	2381	1,17
Total	367312	4215	1,15

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

**Gráfico 2 – Percentagem dos Estudantes do Ensino Superior Português que frequentaram o Programa Erasmus por Sexo**



**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Dos 367312 estudantes inscritos no ensino superior português 63,52% encontravam-se inscritos no Ensino Universitário, dos quais apenas 1,36% realizaram mobilidade Erasmus. No que concerne ao Ensino Politécnico verifica-se que este

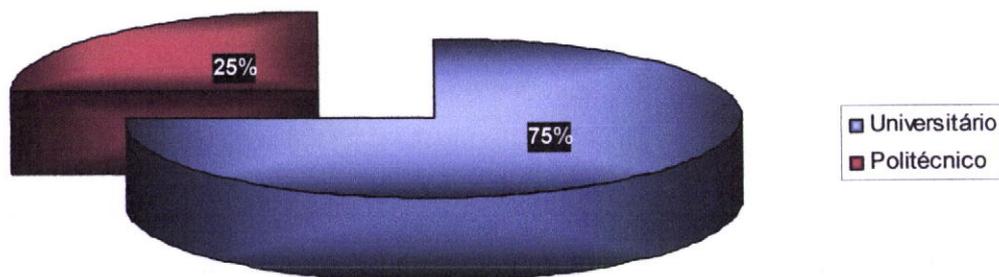
representa apenas 36,48% dos estudantes inscritos no Ensino Superior e destes unicamente 0,78% efectuaram mobilidade Erasmus (Quadro nº3).

**Quadro 3 – Estudantes inscritos no Ensino Universitário**

Tipo	Estudantes		
	Ensino Superior	Erasmus	
	N	N	%
Universitário	233315	3171	1,36
Politécnico	133997	1044	0,78
Total	367312	4215	-

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

**Gráfico 3 - Percentagem de Estudantes que Frequentaram o Programa Erasmus por Tipologia de Ensino**



**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

No que respeita à distribuição geográfica (NUTS II) dos estudantes inscritos no ensino superior, verifica-se que é nas regiões de Lisboa e do Norte que se concentram mais estudantes, com uma representação de 37,85% e 30,96% respectivamente, seguidos do Centro com uma representatividade de 21,59%, relegando para um segundo plano as regiões do Alentejo, Algarve, Açores e Madeira. Desta forma, houve mais acções de mobilidade nas regiões do Norte (1,22%) e Lisboa (1,21%),

seguidas do Centro (1,12%). Ainda em termos de mobilidade, as regiões que apresentaram níveis mais baixos foram o Algarve (0,71%) e a Madeira (0,34%). Destaca-se a região dos Açores que, apesar de ter a menor proporção de inscritos no ensino superior, apresenta um valor de mobilidade relativamente elevado (0,95%) (Quadro nº4).

**Quadro 4 – Estudantes inscritos no Ensino Superior e Estudantes Erasmus**

Regiões	Estudantes			
	Ensino Superior		Erasmus	
	N	%	N	%
Norte	113707	30,96	1386	1,22
Centro	79297	21,55	885	1,1
Lisboa	139042	37,85	1685	1,2
Alentejo	18407	5,01	144	0,78
Algarve	10571	2,88	75	0,71
Açores	3041	0,83	29	0,95
Madeira	3247	0,88	1	0,34
Total	367312	100,0	4215	1,1

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

A análise seguinte centra-se apenas nos dados do Inquérito.

No que respeita à distribuição dos estudantes em função das Áreas Científicas de Estudo, (Quadro nº5) podemos constatar que aquelas com maior representatividade foram as Ciências Médicas com 14,7% (correspondente a 599 estudantes), logo seguidas pelas áreas de Engenharia e Tecnologia (14,0% - 571 estudantes), Estudos Comerciais e Ciências de Gestão (13,1% - 536 estudantes), e Ciências Sociais (13,1%- 534 estudantes). Numa situação intermédia situam-se as áreas de Arquitectura, Planeamento Urbanístico e Regional com uma representatividade de 6,3% (255 estudantes), Arte e Design (5,4% - 220 estudantes), Comunicação e Ciências da Informação (5,1% - 206 estudantes) e Direito (4,9% -198 estudantes). Todas as restantes áreas científicas estão menos representadas, particularmente as áreas de Educação, Formação de Professores (3,6% - 148 estudantes), Línguas e Filologias (3,3%-141 estudantes), Matemática e Informática (3,3%-138 estudantes), Geografia e Geologia (1,7%-71 estudantes); Humanística (1,7%-70 estudantes) e, por último, as Ciências Agrárias (1,2 % - 50 estudantes).

**Quadro 5 – Estudantes Erasmus por Área Científica de Estudo**

Áreas	N	%
Ciências Agrárias	50	1,2
Arquitectura, Planeamento Urbanístico e Regional	255	6,3
Arte e Design	220	5,4
Estudos Comerciais, Ciências de Gestão	536	13,1
Educação, Formação de Professores	148	3,6
Engenharia, Tecnologia	571	14
Geografia, Geologia	71	1,7
Humanística	70	1,7
Línguas e Filologias	141	3,5
Direito	198	4,9
Matemática, Informática	138	3,4
Ciências Médicas	599	14,7
Ciências Naturais	195	4,8
Ciências Sociais	534	13,1
Comunicação e Ciências da Informação	206	5,1
Outras Áreas de Estudo	145	3,6
Total	4077	100

**Fonte:**

Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06);  
dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Estes dados devem ser lidos com alguma reserva, já que as percentagens se reportam ao número total de estudantes Erasmus e não ao número de estudantes inscritos nas referidas Áreas.

Para uma melhor compreensão dos estudantes Erasmus no contexto português, considerou-se ainda importante identificar quais as Instituições Nacionais que mais se destacaram em termos de representatividade.

Existem três Instituições que reúnem a maioria dos estudantes que realizaram acções de mobilidade Erasmus: Universidade do Porto (524), a Universidade Nova de Lisboa (409) e Universidade de Coimbra (400).

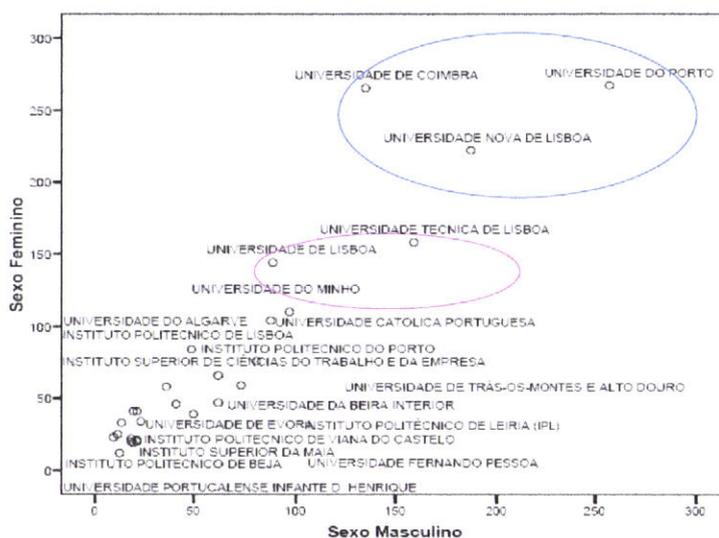
A Universidade do Porto foi aquela que teve mais estudantes do sexo masculino em mobilidade. No caso do sexo feminino destacou-se a Universidade de Coimbra.

No entanto há, também, a realçar a posição ocupada pela Universidade Técnica

de Lisboa (317) e Universidade de Lisboa (233), que se encontram numa posição central, ou seja, apesar de não serem aquelas que apresentam mais estudantes, também não têm uma fraca representatividade.

A situação acima descrita pode ser observada no Gráfico nº4, que apresenta a distribuição dos estudantes de acordo com o sexo e instituição de origem.

**Gráfico 4 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições de Origem**



Fonte: Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Mais uma vez, chama-se a atenção para o facto destes resultados traduzirem mais a dimensão das populações estudantis nas diferentes Instituições do que a proporção relativa daquelas dimensões.

### 5.3.3 – Os Estudantes Portugueses na Europa

#### 5.3.3.1 - Duração do Período de Estudos

Quando considerada a “duração do período de estudos” no estrangeiro, verificou-se que a maior representatividade se situou num período de 5 meses, indicado por 1205 dos estudantes, (Quadro nº6).

**Quadro 6 – Duração dos períodos de estudos no estrangeiro por País Anfitrião**

Países	Meses de duração												Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Espanha	1	0	146	114	318	137	3	21	120	129	34	1	1034
França	0	0	57	46	69	39	3	3	41	46	6	4	314
Itália	0	0	43	69	232	114	12	12	80	157	21	5	745
Bélgica	0	0	55	24	57	25	0	0	5	27	4	1	198
Alemanha	1	0	9	14	63	25	3	2	13	37	15	7	189
Áustria	0	0	5	7	17	6	0	1	4	1	0	0	41
Holanda	0	0	38	14	75	40	8	6	10	23	18	5	237
Reino Unido	0	1	33	26	41	19	1	4	22	4	1	1	153

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06);  
dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

### 5.3.3.2- Países de Destino

Analisando a preferência dos estudantes Erasmus em termos de países de destino, observa-se que os mais escolhidos foram a Espanha e a Itália, que no seu conjunto, receberam cerca de 43,5% (1794 estudantes) dos fluxos de mobilidade. Todavia, e apesar destes dois países englobarem quase metade dos estudantes Erasmus portugueses, há ainda que destacar países como França, Holanda, Bélgica, Alemanha, Polónia e República Checa, que exerceram uma acentuada força de atracção na vertente da mobilidade estudantil (Gráfico nº5).

O “Top 8” de países acolhedores de estudantes nacionais está representado no Quadro nº7.

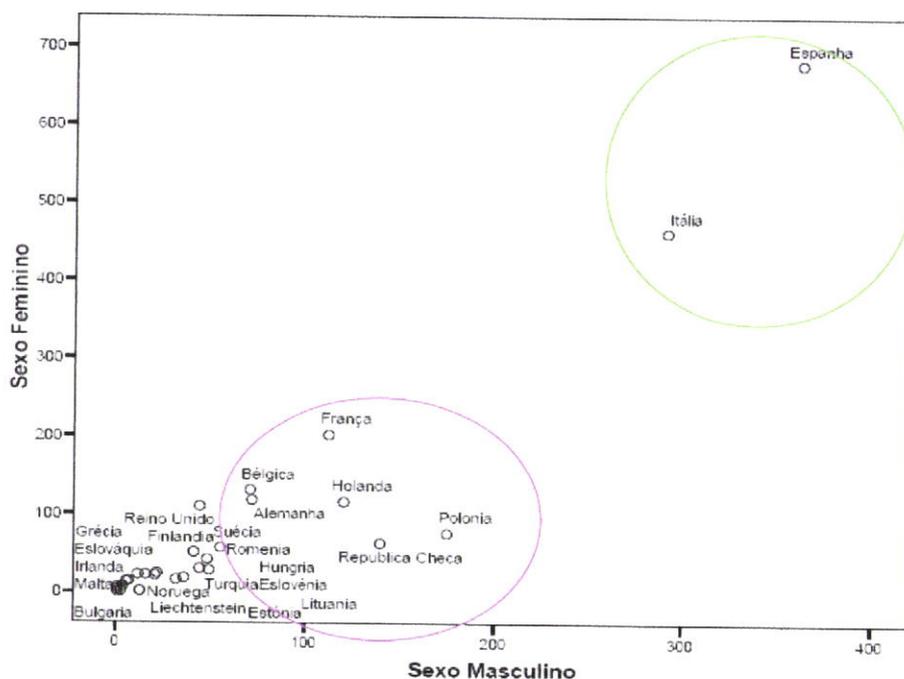
**Quadro 7 – "Top 8" de Países Anfitriões dos estudantes Erasmus portugueses**

Países	N	%
Espanha	1042	25,2
Itália	754	18,2
França	315	7,6
Polónia	251	6,1
Holanda	232	5,7
República Checa	203	4,9
Bélgica	202	4,9
Alemanha	190	4,0
Total	3189	-

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

No que respeita à atractividade por sexos, constata-se que Espanha, Itália e França, foram os países que acolheram um maior número de estudantes do sexo feminino, enquanto que a República Checa e a Polónia acolheram predominantemente estudantes do sexo masculino.

**Gráfico 5 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelos Países Anfitriões**



**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Tendo em conta o facto destes serem os oito (8) países mais representados ao nível da mobilidade estudantil, considerou-se importante efectuar uma análise através

da correlação com as universidades de destino, com o objectivo de identificar as mais representativas neste ano lectivo (2005/06).

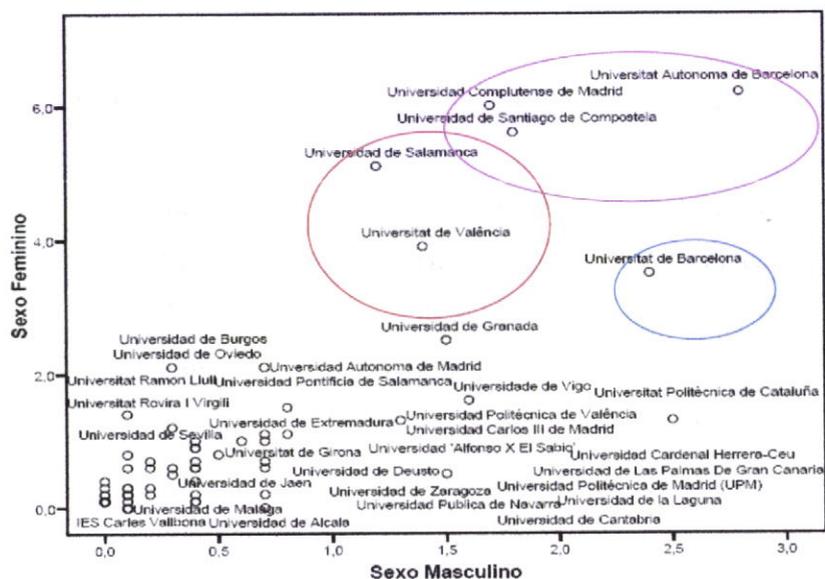
### 5.3.3.3 - Instituições Anfitriãs

Analisando em primeiro lugar o caso de Espanha (Gráfico nº6), destacam-se, por ordem de representatividade, a Universitat Autònoma de Barcelona, a Universidad Complutense de Madrid, e a Universidad de Santiago de Compostela. No entanto, há ainda que referir outras Instituições, pois apesar de terem sido escolhidas por um número inferior de estudantes, encontram-se com uma boa representação: Universidad de Salamanca, Universitat de València e Universitat de Barcelona.

Evidencia-se, ainda, a preferência demonstrada pelos estudantes por universidades das cidades espanholas de maior dimensão, como é o caso de Barcelona e de Madrid.

De um modo geral, as universidades que atraem um maior número de estudantes para Espanha, atraem mais estudantes do sexo feminino do que do masculino, verificando-se tendência semelhante na Itália.

**Gráfico 6 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições Anfitriãs de Espanha**



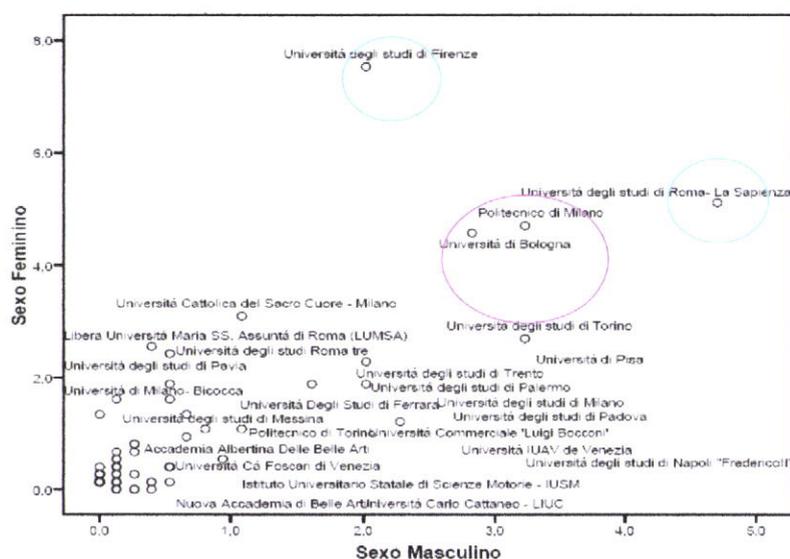
**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

A Itália surge como o segundo país mais procurado pelos estudantes Erasmus. Destacaram-se, quatro Universidades (Gráfico nº7), em que duas delas concentram a

maioria de estudantes: Università degli Studi di Firenze e a Università degli Studi di Roma – La Sapienza. Estas universidades diferenciam-se pelo facto da primeira apresentar uma percentagem mais elevada de estudantes do sexo feminino, enquanto que a segunda atrai um grande número de estudantes do sexo masculino.

De salientar a Università de Bologna e o Politécnico di Milano que, apesar de se enquadrarem num segundo plano, ocupam um lugar de destaque, quer para o sexo feminino quer, sobretudo, para o sexo masculino.

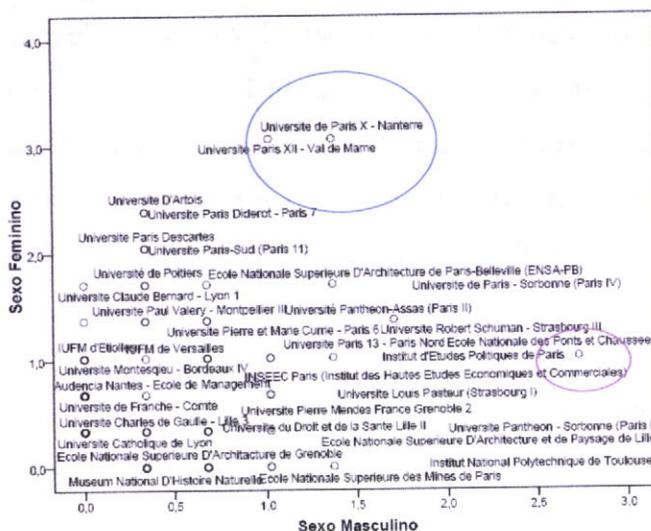
**Gráfico 7 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições Anfitriãs de Itália**



**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

A escolha de instituições francesas variou bastante em função do Sexo, facto que pode ser explicado por uma grande distribuição dos estudantes de ambos os sexos pelas diversas Instituições constituintes (Gráfico nº8). Assim, ordenadas pela preferência dos estudantes do sexo feminino encontra-se a Université de Paris X – Nanterre, conjuntamente com a Université Paris XII – Val de Marne, que acolherem a maioria dos estudantes Erasmus portugueses em França. Uma outra situação de destaque é a Ecole Nationale des Ponts et Chaussées que, contrariamente às duas Instituições anteriores, tem uma maior representatividade de estudantes do sexo masculino relativamente aos do sexo feminino.

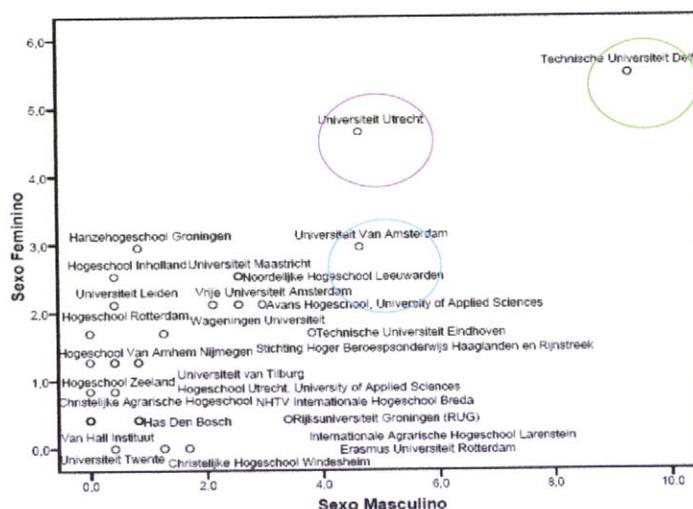
**Gráfico 8 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições Anfitriãs de França**



**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Em relação à Holanda (Gráfico nº 9), verifica-se que, apesar de se destacarem também três Instituições, a Technische Universiteit Delft concentra essencialmente a maioria dos estudantes, em especial ao nível do sexo masculino. As outras duas instituições que merecem destaque são a Universiteit Utrecht e a Universiteit Van Amsterdam. A Universiteit Utrecht destaca-se, também, pelo facto de concentrar um número equilibrado de estudantes de ambos os sexos, enquanto que no caso da Universiteit Van Amsterdam se volta a verificar uma predominância de estudantes do sexo masculino.

**Gráfico 9 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições Anfitriãs de Holanda**

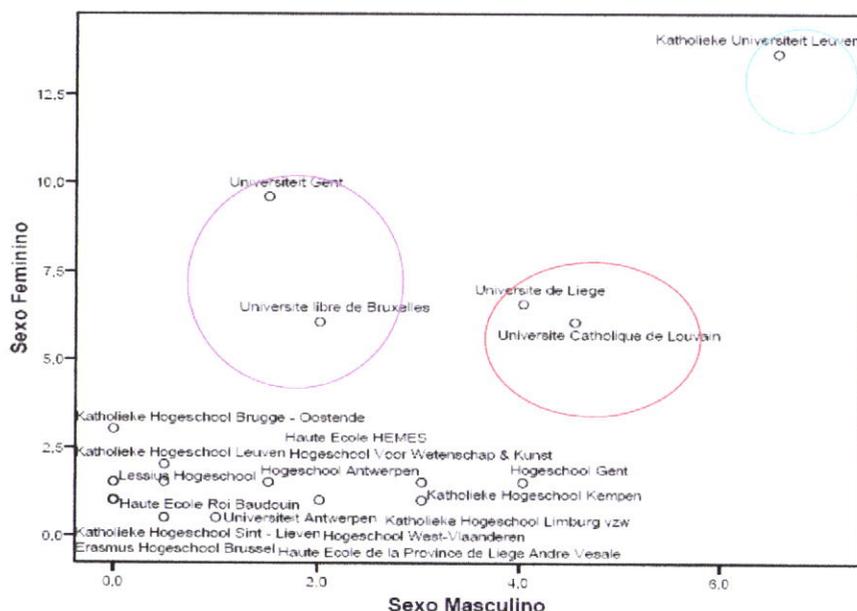


**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Na Bélgica também se destaca uma Instituição (Gráfico nº10), a Katholieke Universiteit Leuven, que cativa o maior número de estudantes de ambos os sexos.

No entanto, importa destacar outras quatro Instituições, a Universiteit Gent e a Université Libre de Bruxelles, a Université de Liège e a Université Catholique de Louvain, em que as duas primeiras são representadas essencialmente pelo sexo feminino, enquanto as duas últimas conseguem atrair um maior número de estudantes do sexo masculino.

**Gráfico 10 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições Anfitriãs de Bélgica**



**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

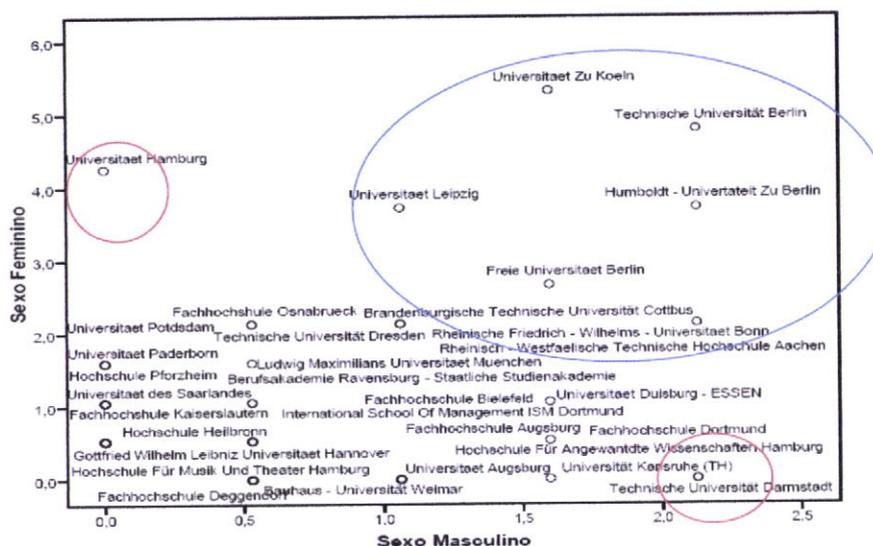
Contrariamente às tendências anteriormente descritas, na Alemanha os estudantes Erasmus estiveram mais distribuídos, não se destacando apenas uma Instituição, mas várias com representação significativa (Gráfico nº11). Um facto interessante é a existência de Instituições que só receberam estudantes do mesmo sexo: a Universitaet Hamburg e a Technische Universitaet Darmstadt, em que a primeira recebeu unicamente estudantes do sexo feminino e a segunda do sexo masculino.

Apesar das instituições referidas serem das mais representadas, existem outras com um número significativo de estudantes Erasmus portugueses: Technische Universitaet Berlin, Universitaet Zu Koeln, Humboldt - Universitaet Zu Berlin, Frei Universitaet Berlin, Universitaet Leipzig, e por último a Universitaet Bonn.

Mais uma vez, aqui se denota uma grande atracção pelas Instituições situadas nas grandes cidades, como é o caso de Berlim.

Por fim, relativamente aos países analisados, a Alemanha apresenta um maior desequilíbrio entre os sexos em termos de atractividade, com uma clara predominância do sexo feminino.

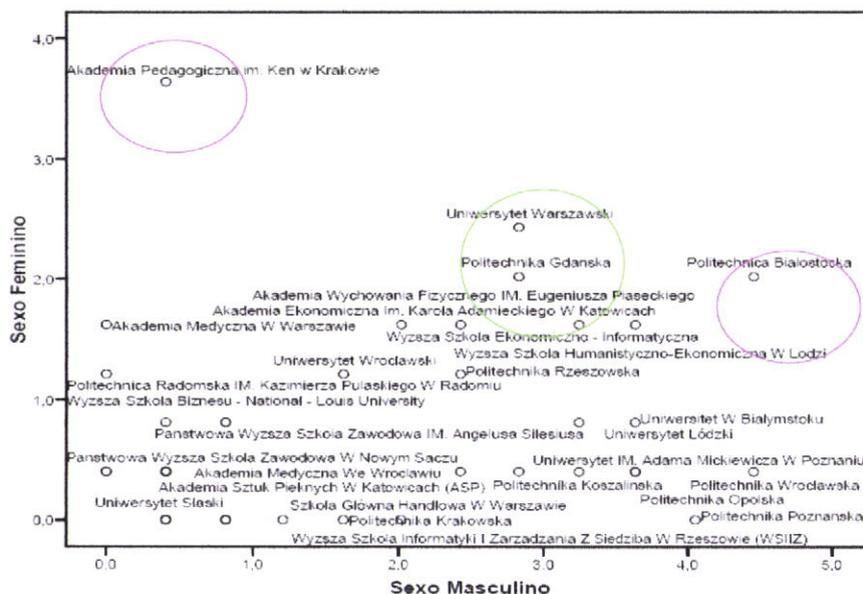
**Gráfico 11 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições Anfitriãs de Alemanha**



**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Na Polónia destacam-se quatro Instituições de Ensino (Gráfico nº12): Akademia Pedagogiczna Im. Ken W Krakowie, Politechnica Bialostocka, Uniwersytet Warszawski, e Politechnika Gdanka. Enquanto que ao nível da primeira Instituição se verificou uma maior atractividade do sexo feminino, nas restantes Instituições verifica-se o contrário. Instituições como a Politechnika Poznanska e a Politechnika Opolska atraem uma grande proporção de estudantes apenas do sexo masculino.

**Gráfico 12 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições Anfitriãs de Polónia**

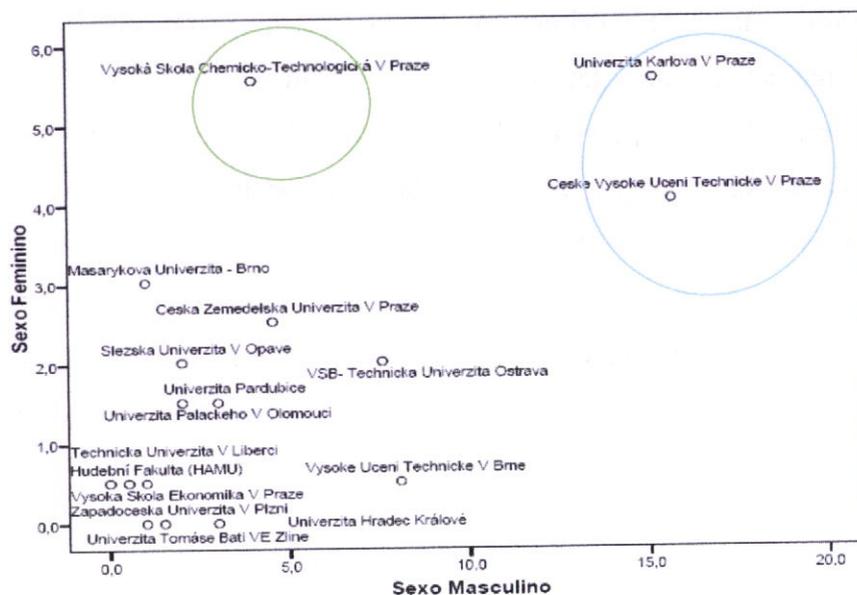


**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Por último, na República Checa, as Instituições que se situam em Praga são aquelas que concentram mais estudantes, podendo também verificar-se uma diferenciação clara entre sexos (Gráfico nº13). Assim, as Instituições mais representadas são: Univerzita Karlova V Praze, Ceske Vysoke Ucení Technické V Praze, e Vysoká Skola Chemico – Technologická V Praze. As duas primeiras foram preferidas principalmente pelo sexo masculino, enquanto que a última apresenta uma participação relativamente equilibrada entre os sexos.

Ao nível deste país, e em comparação com os restantes, verificou-se uma situação atípica, dado ser a única onde as percentagens de estudantes do sexo masculino são indiscutivelmente superiores.

**Gráfico 13 – Distribuição dos Estudantes Erasmus pelas Instituições Anfitriãs de República Checa**



**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Em suma, e tendo em conta o que atrás ficou descrito, importa novamente salientar o facto de que as instituições de ensino superior que revelaram maior atractividade nos estudantes Erasmus portugueses, foram essencialmente as situadas nas capitais e cidades de maiores dimensões dos países anfitriões. Por outro lado, é de destacar o relevo de alguns países da Europa de Leste, (República Checa e Polónia), que se encontram entre os mais representativos na captação de estudantes Erasmus portugueses. Esta situação poder – se - à explicar pelo facto destes países serem considerados como mais acessíveis em termos económicos, de apresentarem elevados padrões de qualidade científica e apostarem no processo de internacionalização.

Apesar da decisão dos estudantes ser em função da área científica de estudo, existem diferenças substanciais, quer ao nível dos países de destino, quer das instituições, em cada país, em função do sexo.

### 5.3.4 – Experiência de Estudar no Estrangeiro

#### 5.3.4.1 – Motivação

No que se refere aos factores que mais motivaram os respondentes na sua decisão de optar pela realização de uma missão de mobilidade Erasmus, salientam-se por ordem de importância: “Experiência Cultural”, “Carreira Profissional”, “Melhorar os

Conhecimentos Linguísticos” e, por último, “Mudança de Ambiente” (Quadro nº8). Pelo contrário, o facto de existirem “Amigos a viver no Estrangeiro” e os “Contactos através de Internet” foram os factores que menos influenciaram a tomada de decisão. Como se trata de uma pergunta de resposta múltipla foi utilizada uma medida estatística (Friedman Test) para ordenação das frequências<sup>37</sup>.

A análise de cada uma das questões de per si permitiu verificar que foi o factor “Experiência Cultural”, que mais motivou os respondentes a decidir por uma mobilidade Erasmus, na medida em que 70,9% (2925 estudantes), classificaram-na de "Excelente" e 20,6% de "Bom". No caso de "Carreira Profissional", observa-se que mais de 80% dos estudantes a classificaram como factor muito decisivo para a mobilidade.

**Quadro 8 – Factores Motivantes da ida para o Estrangeiro dos estudantes Erasmus**

Factores	Fraco		Insuficiente		Suficiente		Bom		Excelente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Qualidade Académica	165	4,1	306	7,5	1064	26,1	1548	38	988	24,3	4071	100,0
Disciplinas não disponíveis na Universidade Origem	1440	36,8	687	17,6	768	19,6	614	15,7	402	10,3	3911	100,0
Carreira profissional	107	2,6	143	3,5	556	13,7	1265	31,1	2001	49,1	4072	100,0
Conhecimento prévio da língua	1581	40,4	651	16,6	799	20,4	562	14,4	321	8,2	3914	100,0
Melhorar os conhecimentos linguísticos	162	4,0	253	6,2	626	15,4	1342	32,9	1693	41,5	4076	100,0
Experiência Cultural	63	1,5	66	1,6	221	5,4	849	20,6	2925	70,9	4124	100,0
Amigos a viver no estrangeiro	2178	56,3	592	15,3	460	11,9	307	7,9	329	8,5	3866	100,0
Mudança de Ambiente	196	4,9	297	7,4	757	18,8	1286	31,9	1501	37,2	4037	100,0
Contactos através da Internet	2140	56,2	648	17,0	527	13,8	309	8,1	186	4,9	3810	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

#### 5.3.4.2 – Aquisição de Competências Linguísticas e Capacidade de Comunicação

Relativamente à frequência de cursos de preparação linguística com vista à realização das missões de mobilidade Erasmus, foi possível verificar que apenas 42,8% (1791) dos respondentes frequentaram tais cursos, sendo a sua maioria do sexo feminino (1073 - 59,9%).

<sup>37</sup> As respostas dadas foram categorizadas de acordo com as escalas de avaliação previamente definidas pela Agência Nacional: 1-Fraco, 5 – Excelente.

Em termos gerais, foram mais os estudantes que não tiveram qualquer preparação, em particular os estudantes do sexo masculino (Quadro nº9).

**Quadro 9 – Preparação linguística prévia, dos estudantes Erasmus, em função do Sexo**

		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Sim	N	718	1073	1791
	% Preparação Linguística	40,1	59,9	100
	% Sexo	39,5	45,4	42,8
Não	N	1101	1288	2389
	% Preparação Linguística	46,1	53,9	100
	% Sexo	60,5	54,6	57,2
Total	N	1819	2361	4180
	% Preparação Linguística	43,5	56,5	100,0
	% Sexo	100,0	100,0	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Quando consideradas as Áreas Científicas de Estudo (Quadro nº10), verificou-se uma maior preocupação (ou exigência) de preparação linguística nas áreas da “Comunicação e Ciências da Informação” com uma representatividade de 56,4% (114 estudantes), “Arquitectura, Planeamento Urbanístico e Regional” com 56,3% (144 estudantes) e “Direito”, com 55,9% (109 estudantes). Por outro lado, é em “Outras Áreas de Estudo” com uma representação de 73,8% (104 estudantes), nas “Línguas e Filologias” com 73,0% (103 estudantes) e nas “Ciências Naturais” com 70,3% (137 estudantes) que os estudantes menos frequentaram cursos de preparação linguística.

**Quadro 10 – Preparação linguística prévia, dos estudantes Erasmus, em função da Área Científica de Estudo**

Áreas Científicas	Descrição	Preparação Linguística		Total
		Sim	Não	
Ciências Agrárias	N	17	32	49
	% Área de Estudo	34,7	65,3	100,0
Arquitectura, Planeamento Urbanístico e Regional	N	143	111	254
	% Área de Estudo	56,3	43,7	100,0
Arte e Design	N	100,0	120	220
	% Área de Estudo	45,5	54,5	100,0
Estudos Comerciais, Ciências de Gestão	N	241	289	530
	% Área de Estudo	45,5	54,5	100,0
Educação, Formação de Professores	N	55	90	145
	% Área de Estudo	37,9	62,1	100,0
Engenharia, Tecnologia	N	230	340	570
	% Área de Estudo	40,4	59,6	100,0
Geografia, Geologia	N	27	41	68
	% Área de Estudo	39,7	60,3	100,0
Humanística	N	30	40	70
	% Área de Estudo	42,9	57,1	100,0
Línguas e Filologias	N	38	103	141
	% Área de Estudo	27,0	73,0	100,0
Direito	N	109	86	195
	% Área de Estudo	55,9	44,1	100,0
Matemática, Informática	N	49	87	136
	% Área de Estudo	36,0	64,0	100,0
Ciências Médicas	N	205	391	596
	% Área de Estudo	34,4	65,6	100,0
Ciências Naturais	N	58	137	195
	% Área de Estudo	29,7	70,3	100,0
Ciências Sociais	N	269	261	530
	% Área de Estudo	50,8	49,2	100,0
Comunicação e Ciências da Informação	N	114	88	202
	% Área de Estudo	56,4	43,6	100,0
Outras Áreas de Estudo	N	37	104	141
	% Área de Estudo	26,2	73,8	100,0
Total	N	1722	2320	4042
	% Área de Estudo	42,6	57,4	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Relativamente às entidades que disponibilizaram maior apoio na oferta de preparação linguística (Quadro nº11), foram as “Instituições de Ensino Superior Anfitriãs”, aquelas que mais cursos de preparação linguística ofereceram (71,9%). Não obstante, os estudantes puderam ainda contar com cursos de apoio à preparação linguística ministrados por “Outras Entidades”, com uma representatividade de 20,2%, assim como pelas “Universidades de Origem” com 8,0%.

**Quadro 11 – Organização da Preparação linguística dos estudantes Erasmus**

Instituição	N	%
Universidade Origem	141	8,0
Universidade Anfitriã	1272	71,9
Outros	357	20,2
Total	1770	100,0

Fonte: Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Quando inquiridos sobre o tempo dedicado à preparação linguística mais de metade dos estudantes responderam não terem tido qualquer semana de preparação, correspondendo a 54,0% (1424 estudantes), distribuindo-se os mesmos por 54,8% (780 estudantes) do Sexo Feminino e 45,2% (644 estudantes) do Sexo Masculino (Quadro nº12).

Dos estudantes que se prepararam em termos linguísticos, salienta-se que a maior representatividade situa-se numa preparação com a duração até ou inferior a cinco semanas, correspondendo a 34,8% (916 estudantes).

**Quadro 12 – Duração da Preparação linguística dos estudantes Erasmus**

Duração	Sexos Reunidos		Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	N	%	N	%	N	%
Nenhuma	1424	54,0	644	57,4	780	51,6
<5 Semanas	916	34,8	381	34,0	535	35,4
6-10 Semanas	147	5,6	56	5,0	91	6,0
11-15 Semanas	71	2,7	24	2,1	47	3,1
>15 Semanas	77	2,9	17	1,5	60	4,0
Total	2635	100,0	1122	100,0	1513	100,0

Fonte: Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

No que concerne às competências linguísticas, verificou-se que os estudantes que beneficiaram de uma missão de mobilidade Erasmus melhoraram a sua capacidade linguística, sendo possível verificar tal evolução antes e depois da missão de mobilidade (Quadro nº13). Com efeito, salienta-se que antes da missão Erasmus a maior parte dos estudantes concentrava a sua classificação de competências linguísticas no nível “Fraco” (44,4%). Após a conclusão da missão, tal concentração de respostas passou a situar-se no nível de “Bom” (45,0%).

**Quadro 13 – Competências linguísticas dos estudantes Erasmus**

Competências Linguísticas antes		Competências Linguísticas depois					Total
		Fraco	Mediano	Razoável	Bom	Excelente	
Fraco	N	174	506	579	473	86	1818
	% Competências Linguísticas antes	9,6	27,8	31,8	26,0	4,7	100,0
	% Competências Linguísticas depois	92,6	94,4	76,7	25,7	11,1	44,4
Mediano	N	3	14	134	632	131	914
	% Competências Linguísticas antes	0,3	1,5	14,7	69,1	14,3	100,0
	% Competências Linguísticas depois	1,6	2,6	17,7	34,3	16,9	22,3
Razoável	N	0	7	29	609	199	844
	% Competências Linguísticas antes	0,0	0,8	3,4	72,2	23,6	100,0
	% Competências Linguísticas depois	0,0	1,3	3,8	33,0	25,7	20,6
Bom	N	6	8	8	126	248	396
	% Competências Linguísticas antes	1,5	2,0	2,0	31,8	62,6	100,0
	% Competências Linguísticas depois	3,2	1,5	1,1	6,8	32	9,7
Excelente	N	5	1	5	3	111	125
	% Competências Linguísticas antes	4,0	0,8	4,0	2,4	88,8	100,0
	% Competências Linguísticas depois	2,7	0,2	0,7	0,2	14,3	3,1
Total	N	188	536	755	1843	775	4097
	% Competências Linguísticas antes	4,6	13,1	18,4	45,0	18,9	100,0
	% Competências Linguísticas depois	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Uma análise mais objectiva (Quadro nº14), revela que, na evolução identificada anteriormente, 87,8% dos estudantes progrediu em relação ao seu nível inicial, e que apenas uma pequena minoria regrediu (1,1%), enquanto 11,1% dos estudantes afirma ter mantido a mesma competência.

**Quadro 14 – Evolução das competências linguísticas dos estudantes Erasmus**

Nível	N	%
Regrediu	46	1,1
Manteve	454	11,1
Progrediu	3597	87,8
Total	4097	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Quando consideradas as línguas de ensino utilizadas nos vários países de destino, verificou-se que a língua com maior expressão foi a inglesa, dado ser comum a grande parte dos países, sendo as línguas nacionais de cada país apenas representativas nos próprios países (Quadro nº15).

**Quadro 15 – Línguas utilizadas pelos estudantes Erasmus durante as missões de estudo**

Línguas	Respostas	
	N	%
Espanhol	1098	22,5
Francês	413	8,5
Italiano	738	15,1
Inglês	2259	46,4
Alemão	170	3,5
Polaco	38	0,8
Português	3	0,1
Húngaro	11	0,2
Dinamarquês	2	0,0
Holandês	31	0,6
Sueco	9	0,2
Norueguês	6	0,1
Checo	16	0,3
Esloveno	14	0,3
Finlandês	17	0,3
Eslovaco	5	0,1
Búlgaro	7	0,1
Grego	2	0,0
Turco	2	0,0
Romeno	32	0,7
Total	4873	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Concluindo, a análise das respostas aponta em primeiro lugar para uma grande preocupação dos estudantes relativamente ao seu futuro, na medida em que as questões mais valorizadas no início das missões Erasmus foram: "Experiência Cultural, "Carreira Profissional" e "Melhorar o conhecimento Linguístico". A "Mudança de Ambiente" surge em segundo lugar, e só na terceira posição, surge a preocupação com a "Qualidade Académica" e as "Disciplinas não Disponíveis na Instituição de Origem". Ter "Amigos a viver no Estrangeiro" e "Falar bem a língua do País Anfitrião" não parece cativar os estudantes. Finalmente, relativamente ao item "Contacto através da internet" parece-nos ser uma pergunta não compreendida pelos respondentes.

No que respeita à proficiência linguística salienta-se a pouca preocupação por parte dos estudantes em termos de preparação prévia, factor que poderá ter influência negativa na qualidade do trabalho científico inerente às missões de mobilidade. Acresce a este facto a falta de atenção das instituições de origem na não preparação linguística dos estudantes que enviam para o estrangeiro. Neste aspecto, são as instituições anfitriãs as que mais se preocupam com garantias de oferta de preparação linguística.

Após as conclusões das missões, na generalidade dos casos, os ganhos em termos de competências linguísticas são francamente positivos.

### 5.3.5 - Grau de Satisfação dos Estudantes com a Estadia no Estrangeiro

#### 5.3.5.1 – Apoio da Instituição Anfitriã

À chegada às instituições anfitriãs, foi proporcionado aos estudantes Erasmus apoio sob diversas formas, essencialmente através da organização de diferentes tipos de eventos: "Recepção, Ajuda à Chegada", "Sessão de Esclarecimento", "Programa de Orientação", e também "Outros Eventos" (Quadro nº16).

**Quadro 16 – Eventos proporcionados pelas Instituições anfitriãs**

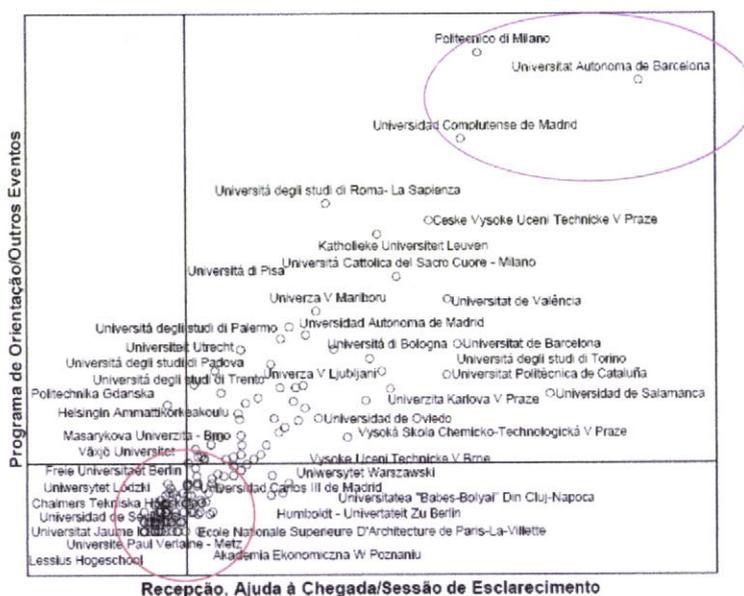
	Respostas	
	N <sup>12</sup>	%
Recepção/Ajuda	2804	38,4
Sessão de esclarecimento	2116	29,0
Programa de orientação	1599	21,9
Outros Eventos	789	10,8
Total	7308	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Comparando graficamente (Gráfico nº14) a proporção de eventos à chegada dos estudantes Erasmus às instituições anfitriãs (Recepção, Ajuda à chegada/Sessão de Esclarecimento Vs Programa de Orientação/Outros Eventos), distinguem-se três Instituições, das quais duas se situam em Espanha: a Universitat Autònoma de Barcelona, o Politecnico di Milano, e a Universidad Complutense de Madrid.

Todavia, há a destacar a grande aglomeração de instituições que prestaram maior apoio ao nível da "Recepção, Ajuda à Chegada/Sessão de Esclarecimento" do que ao nível do "Programa de Orientação/Outros Eventos". Pode-se então depreender que é prestado um maior apoio ao nível do primeiro grupo de eventos do que relativamente ao segundo.

**Gráfico 14 – Eventos proporcionados pelas Instituições anfitriãs à chegada dos estudantes Erasmus**



**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Ainda dentro do apoio prestado aos estudantes, os respondentes atribuíram uma determinada classificação aos apoios prestados, antes e durante a estadia, tendo estes classificados como mais importante “O apoio prestado por outros estudantes Erasmus/Estrangeiros na Universidade Anfitriã”, “Apoio Prestado pela Instituição Anfitriã” e “Professores da Instituição Anfitriã”, enquanto que a opção menos valorizada foi o “Serviço para estudantes deficientes na instituição de acolhimento” (Quadro nº17).

**Quadro 17 – Classificação atribuída pelos estudantes Erasmus aos apoios prestados durante a estadia no estrangeiro**

Tipo	Fraco		Insuficiente		Suficiente		Bom		Excelente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Instituição Anfitriã	275	6,7	439	10,6	1034	25	1398	33,8	985	23,8	4131	100,0
Professores da Instituição Anfitriã	346	8,4	521	12,7	903	22,6	1298	31,6	1045	25,4	4113	100,0
Tutores Erasmus	820	21,5	415	10,9	778	20,4	921	24,2	874	23,0	3808	100,0
Organização de estudantes da Instituição Anfitriã	1176	29,8	531	13,4	738	18,7	822	20,8	681	17,2	3948	100,0
Estudantes da Universidade Anfitriã	492	12,1	567	14,0	1058	26,1	1191	29,3	751	18,5	4059	100,0
Outros Estudantes Erasmus/Estrangeiros	247	6,1	215	5,3	621	15,3	1214	30,0	1756	43,3	4053	100,0
Serviço para Estudantes Deficientes na Instituição Anfitriã	1256	48,8	270	10,5	474	18,4	346	13,4	228	8,9	2574	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Inerente à realização de uma missão de mobilidade, encontra-se a necessidade de procurar alojamento no estrangeiro. A esta procura foi prestado algum apoio, quer por parte das instituições anfitriãs, quer através de familiares e amigos. Para a maioria dos estudantes (2067) (Quadro nº18), o apoio surgiu através dos “Serviços de Alojamento da Universidade”, seguido do apoio de “Família/Amigos” (1212) e, por último de “Outras Ajudas” (716). Os “Serviços de Alojamento da Universidade” foram os mais importantes no apoio prestado a este nível, podendo estar relacionado com o facto de os estudantes terem ainda poucos conhecimentos no país de destino.

**Quadro 18 – Apoios prestados aos estudantes Erasmus na procura de alojamento**

Tipo	Respostas	
	N	%
Apoio dos Serviços de Alojamento da Universidade	2067	44,0
Apoio dos Amigos/Família	1212	25,8
Apoio do mercado privado	470	10,0
Apoio da organização de estudantes	234	5,0
Outros Apoios	716	15,2
Total	4699	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Além do tipo de apoio prestado aos estudantes na procura de alojamento, importa analisar a classificação atribuída ao nível/qualidade do apoio prestado (Quadro nº19).

Verifica-se que as respostas se dividem entre duas classificações: enquanto que 25,1% dos estudantes classificaram o apoio na procura de alojamento como “Fraco”, 31,7% consideraram o apoio “Excelente”.

Os países que, perante os estudantes, tiveram um nível/qualidade de apoio mais "Fraco" foram: Itália (42,9%), Espanha (41,7%) e França (30,2%). Os países que considerados com o apoio de "Excelente" foram: Suécia (72,2%), a República Checa (59,5%) e a Polónia (55,7%).

**Quadro 19 – Nível/Qualidade do Apoio das Instituições de diversos países ao alojamento dos estudantes Erasmus**

		Nível/Qualidade do apoio da universidade no sentido de garantir alojamento					Total
		Fraco	Insuficiente	Razoável	Bom	Excelente	
Espanha	N	402	176	194	100	92	964
	% País Anfitrião	41,7	18,3	20,1	10,4	9,5	100,0
França	N	90	41	44	47	76	298
	% País Anfitrião	30,2	13,8	14,8	15,8	25,5	100,0
Itália	N	298	91	105	101	100	695
	% País Anfitrião	42,9	13,1	15,1	14,5	14,4	100,0
Bélgica	N	46	19	32	35	60	192
	% País Anfitrião	24,0	9,9	16,7	18,2	31,3	100,0
Alemanha	N	34	19	24	24	78	179
	% País Anfitrião	19,0	10,6	13,4	13,4	43,6	100,0
Áustria	N	2	2	9	7	17	37
	% País Anfitrião	5,4	5,4	24,3	18,9	45,9	100,0
Holanda	N	12	14	31	63	102	222
	% País Anfitrião	5,4	6,3	14,0	28,4	45,9	100,0
Reino Unido	N	23	9	27	32	55	146
	% País Anfitrião	15,8	6,2	18,5	21,9	37,7	100,0
Irlanda	N	2	1	5	3	10	21
	% País Anfitrião	9,5	4,8	23,8	14,3	47,6	100,0
Grécia	N	10	8	8	9	7	42
	% País Anfitrião	23,8	19,0	19,0	21,4	16,7	100,0
Chipre	N	0	0	1	1	2	4
	% País Anfitrião	0,0	0,0	25,0	25,0	50,0	100,0
Turquia	N	3	4	4	1	7	19
	% País Anfitrião	15,8	21,1	21,1	5,3	36,8	100,0
Bulgária	N	0	0	2	4	7	13
	% País Anfitrião	0,0	0,0	15,4	30,8	53,8	100,0
Roménia	N	16	9	16	14	32	87
	% País Anfitrião	18,4	10,3	18,4	16,1	36,8	100,0
Polónia	N	7	13	24	60	131	235
	% País Anfitrião	3,0	5,5	10,2	25,5	55,7	100,0
Letónia	N	0	0	3	2	5	10
	% País Anfitrião	0,0	0,0	30,0	20,0	50,0	100,0
Hungria	N	9	6	10	7	41	73
	% País Anfitrião	12,3	8,2	13,7	9,6	56,2	100,0
Lituânia	N	2	2	3	11	28	46
	% País Anfitrião	4,3	4,3	6,5	23,9	60,9	100,0
Malta	N	0	0	0	2	2	4
	% País Anfitrião	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0	100,0
Eslováquia	N	0	0	3	7	26	36
	% País Anfitrião	0,0	0,0	8,3	19,4	72,2	100,0
Eslovénia	N	6	7	13	9	16	51
	% País Anfitrião	11,8	13,7	25,5	17,6	31,4	100,0
Suécia	N	1	2	3	24	78	108
	% País Anfitrião	0,9	1,9	2,8	22,2	72,2	100,0
Noruega	N	2	4	2	6	20	34
	% País Anfitrião	5,9	11,8	5,9	17,6	58,8	100,0
Liechtenstein	N	0	0	0	0	1	1
	% País Anfitrião	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Finlândia	N	3	3	4	13	55	78
	% País Anfitrião	3,8	3,8	5,1	16,7	70,5	100,0
Estónia	N	0	0	0	0	7	7
	% País Anfitrião	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Dinamarca	N	1	3	9	13	42	68
	% País Anfitrião	1,5	4,4	13,2	19,1	61,8	100,0
República Checa	N	9	7	13	50	116	195
	% País Anfitrião	4,6	3,6	6,7	25,6	59,5	100,0
Total	N	978	440	589	645	1213	3865
	% País Anfitrião	25,3	11,4	15,2	16,7	31,4	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

No que respeita ao "Acesso/disponibilidade dos materiais de estudo" e ao "Acesso/disponibilidade dos recursos informáticos" verifica-se que a maioria dos estudantes classificaram estes acessos de “Excelente” (43,2% e 45,3%, respectivamente) (Quadro nº20).

**Quadro 20 – Nível/Qualidade dos apoios e acessos a materiais**

Tipo	Fraco		Insuficiente		Suficiente		Bom		Excelente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nível/Qualidade do apoio da Instituição no sentido de garantir alojamento	989	25,1	443	15,2	660	16,8	1249	16,8	1249	31,7	3938	100,0
Classificar o acesso/disponibilidade aos materiais de estudo na Instituição Anfitriã	125	3,0	213	5,1	634	15,2	1393	33,5	1798	43,2	4163	100,0
Classificar o acesso/qualidade dos recursos informáticos e correio electrónico na Instituição Anfitriã	183	4,4	365	7,3	616	14,8	1176	28,2	1892	45,3	4172	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

### 5.3.5.2 - Integração Social

Com a sua deslocação para outro país diferente do seu, todos os estudantes, de uma ou de outra forma, têm de se integrar na nova sociedade onde irão passar algum tempo.

Neste contexto, os estudantes consideraram que são os “Outros estudantes estrangeiros na universidade anfitriã” que lhes proporcionaram mais e melhores facilidades do ponto de vista social, seguidos da “Cultura local/sociedade em geral”, e por último os “Estudantes nacionais na universidade Anfitriã” (Quadro nº21).

Conclui-se daqui que os estudantes Erasmus sentiram pouco apoio por parte dos estudantes do país anfitrião.

**Quadro 21 – Classificação atribuída pelos estudantes Erasmus**

Tipo	Fraco		Insuficiente		Suficiente		Bom		Excelente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Cultura local/Sociedade em geral	35	0,8	113	2,7	683	16,4	1888	45,2	1457	34,9	4176	100,0
Estudantes Nacionais na Instituição Anfitriã	226	5,5	450	11,0	959	23,4	1275	31,1	1195	29,1	4105	100,0
Outros Estudantes Estrangeiros na Instituição Anfitriã	77	1,9	109	2,6	407	9,9	1307	31,6	2230	54,0	4130	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Relativamente ao tipo de alojamento (Quadro nº22), verifica-se que o preferido pelos estudantes foi o “Apartamento ou casa privada, partilhada com outros estudantes” (46,0%), seguido da “Residência universitária” (39,6%). Contudo, analisando as preferências em função do sexo, verifica-se que os estudantes do sexo masculino escolheram como alojamento preferencial a “Residência universitária” (45,5%), enquanto que no caso feminino o tipo de alojamento predominante foi o “Apartamento ou casa privada, partilhada com outros estudantes” (50,7%). O facto dos estudantes do sexo masculino terem preferido países da Europa de Leste, onde o aluguer de apartamentos/casas privadas não possui a mesma dimensão da verificada nos países mais ocidentais, poderá constituir explicação para este facto.

**Quadro 22 – Tipo de alojamento escolhido no estrangeiro pelos estudantes Erasmus**

		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Residência Universitária	N	829	828	1657
	% Tipo de alojamento	50,0	50,0	100,0
	% Sexo	45,5	35,0	39,6
Apartamento ou casa privada, partilhada com outros estudantes	N	728	1200	1928
	% Tipo de alojamento	37,8	62,2	100,0
	% Sexo	40,0	50,7	46,0
Apartamento individual	N	158	178	336
	% Tipo de alojamento	47,0	53,0	100,0
	% Sexo	8,7	7,5	8,0
Outro	N	107	160	267
	% Tipo de alojamento	40,1	59,9	100,0
	% Sexo	5,9	6,8	6,4
Total	N	1822	2366	4188
	% Tipo de alojamento	43,5	56,5	100,0
	% Sexo	100,0	100,0	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Os países onde os estudantes escolheram preferencialmente as residências universitárias foram República Checa (87,5%), Polónia (77,5%), Alemanha (60,0%) e Holanda (53,2%). Os países onde os estudantes optaram mais pelos "Apartamentos ou casa privada, partilhada por estudantes" foram, Espanha (76,8%) e Itália (66,3%) (Quadro nº23).

**Quadro 23 – Tipo de Alojamento escolhido pelos estudantes Erasmus**

		Tipo de alojamento				Total
		Residência	Apartamento ou casa	Apartamento	Outro	
Espanha	N	97	797	89	55	1038
	% País	9,3	76,8	8,6	5,3	100,0
França	N	160	71	39	44	314
	% País	51,0	22,6	12,4	14,0	100,0
Itália	N	141	498	88	24	751
	% País	18,8	66,3	11,7	3,2	100,0
Bélgica	N	71	91	22	17	201
	% País	35,3	45,3	10,9	8,5	100,0
Alemanha	N	114	47	13	16	190
	% País	60,0	24,7	6,8	8,4	100,0
Holanda	N	123	64	31	13	231
	% País	53,2	27,7	13,4	5,6	100,0
Reino Unido	N	79	51	6	16	152
	% País	52,0	33,6	3,9	10,5	100,0
Polónia	N	193	44	1	11	249
	% País	77,5	17,7	0,4	4,4	100,0
Suécia	N	84	16	1	11	112
	% País	75,0	14,3	0,9	9,8	100,0
Republica Checa	N	175	18	1	6	200
	% País	87,5	9,0	0,5	3,0	100,0
Total	N	1627	1897	328	258	4110
	% País	39,6	46,2	8,0	6,3	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Quanto ao nível de classificação da habitação, 38,7% dos estudantes classificaram as habitações de “Bom”, e apenas uma 9,6% atribuiu nota negativa (Fraco/Insuficiente), tendo 26,2% considerado o alojamento “Razoável”.

Pode-se então afirmar que as habitações onde os estudantes viveram receberam uma apreciação positiva pela grande maioria dos mesmos (Quadro nº 24).

**Quadro 24 – Classificações atribuídas pelos Estudantes Erasmus ao Alojamento**

	N	%
Fraco	106	2,6
Insuficiente	291	7,0
Razoável	1083	26,2
Bom	1597	38,7
Excelente	1052	25,5
Total	4129	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

#### 5.3.5.4 – Situação Financeira

Associados à deslocação dos estudantes pelos diversos países, encontram-se diversos custos, distribuídos entre necessidades do quotidiano e de ensino.

Tendo em conta os gastos mensais em alojamento (Quadro nº25), verificou-se que na sua maioria (85,9%) os estudantes gastaram até 350€; destes, 26,4% (1089 estudantes) gastaram até 150€; 33,4% (1378 estudantes) gastaram entre 151 e 250€; e 26,1% (1076 estudantes) gastaram entre 251 e 350€. 14,1% gastou mais de 350€ mensais em despesas relativas ao alojamento. 31,6% dos estudantes do sexo masculino gastaram com o alojamento menos de 150€, e 35,1% dos estudantes do sexo feminino gastaram 151 a 250 €.

**Quadro 25 – Gastos mensais em alojamento dos estudantes Erasmus**

Unid.Monet. €	Sexos Reunidos		Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	N	%	N	%	N	%
<150	1089	26,4	568	31,6	521	22,4
151-250	1378	33,4	560	31,2	818	35,1
251-350	1076	26,1	437	24,3	639	27,4
351-450	381	9,2	157	8,7	224	27,4
451-550	128	3,1	50	2,8	78	3,3
551-650	36	0,9	10	0,6	20	1,1
> 650	38	0,9	13	0,7	25	1,1
Total	4126	100,0	1795	100,0	2331	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

No conjunto dos gastos mensais totais (Quadro nº26) verifica-se, todavia, que os estudantes se afastam dos valores mais baixos, ou seja, cerca de 33,3% (1342 estudantes) dos gastos se situam acima de 650€, enquanto que apenas 0,6% (25 estudantes) gastaram menos de 150€ mensais totais. É ainda de destacar o facto de 20,4% (822) dos estudantes situar os seus gastos entre os 451e os 550€ mensais.

Pode-se também, verificar que tanto os estudantes do sexo masculino (37,5%) como os do sexo feminino (30,1%) tiveram gastos totais acima dos 650€, enquanto que 0,6% despendeu valores inferiores a 150€ mensais.

**Quadro 26 – Despesas mensais totais tidas pelos estudantes Erasmus**

Unid.Monet. €		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
< 150	N	9	16	25
	%Despesas mensais	36,0	64,0	100,0
	% Sexo	0,5	0,7	0,6
151-250	N	53	104	157
	%Despesas mensais	33,8	66,2	100,0
	% Sexo	3,0	4,6	3,9
251-350	N	148	224	372
	%Despesas mensais	39,8	60,2	100,0
	% Sexo	8,4	9,9	9,2
351-450	N	237	320	557
	%Despesas mensais	42,5	57,5	100,0
	% Sexo	13,4	14,2	13,8
451-550	N	345	477	822
	%Despesas mensais	42,0	58,0	100,0
	%Sexo	19,5	21,1	20,4
551-650	N	313	440	753
	%Despesas mensais	41,6	58,4	100,0
	% Sexo	17,7	19,5	18,7
> 650	N	662	680	1342
	%Despesas mensais	49,3	50,7	100,0
	% Sexo	37,5	30,1	33,3
Total	N	1767	2261	4028
	%Despesas mensais	43,9	56,1	100,0
	% Sexo	100,0	100,0	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

A diferença entre gastos totais e gastos em alojamento deve-se aos gastos extra, que não são possíveis de discriminar, tidos como transporte, alimentação, material escolar, entre outros.

No que concerne aos “Gastos Extra” (diferença entre o gasto total mensal e o gasto mensal em alojamento) (Quadro nº27), estes concentraram-se em torno de valores superiores a 650€ (33,5%), tanto para os estudantes do sexo masculino como para os de sexo feminino.

Por outro lado, cerca de 93,2% dos estudantes inquiridos, afirma que gastou mais comparativamente ao que "costuma gastar em sua casa", enquanto que apenas 6,8% afirmam ter gasto menos (Quadro nº28).

Esta constatação poderá estar relacionada com o facto de, obviamente, ao se sair de Portugal para um outro país estrangeiro, os gastos serem mais elevados, pois muitas vezes os estudantes ainda vivem em casa dos pais. Acresce a esta situação o facto de ainda terem de manter os encargos no país de origem (Propinas e manutenção de alojamento em caso de não viverem em casa dos pais). A pequena minoria de estudantes que gastou menos comparativamente a Portugal, poderá relacionar-se com o facto de terem familiares a viver no país de destino, baixando os custos, ou de se terem dirigido para países com custo de vida mais baixo que em Portugal.

**Quadro 27 – “Gastos Extra” dos estudantes Erasmus**

Nível	Sexos Reunidos		Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	N	%	N	%	N	%
< 150	23	0,6	8	0,5	15	0,7
151-250	361	3,7	52	3,0	97	4,3
251-350	144	9,1	145	8,3	216	9,7
351-450	550	13,8	232	13,3	318	14,2
451-550	810	20,4	335	19,2	475	21,3
551-650	750	18,9	312	17,9	438	19,6
> 650	1333	33,5	658	37,8	675	30,2
Total	3976	100,0	1742	100,0	2234	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

**Quadro 28 – Gastos totais dos estudantes Erasmus relativamente aos tido em Portugal**

Nível	N	%
Mais	3661	93,2
Menos	268	6,8
Total	3929	100,0

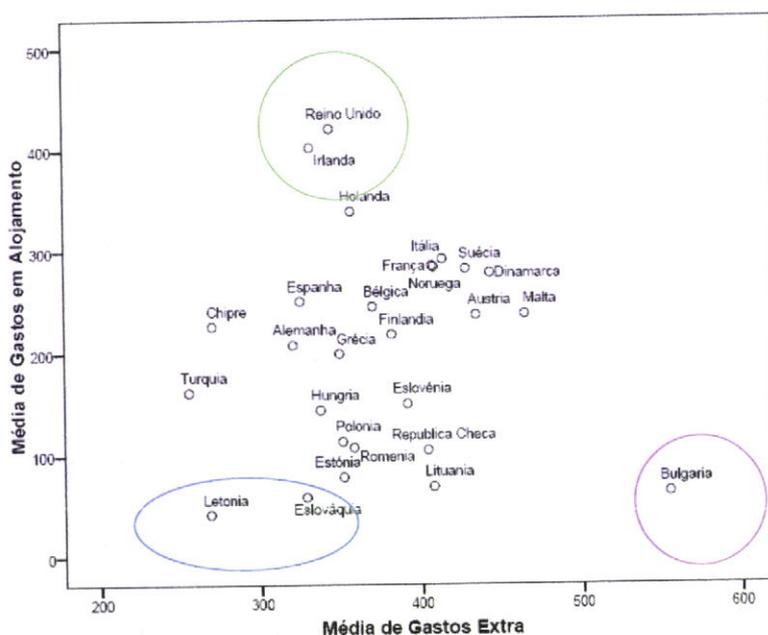
**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Sendo conhecida a diversidade de custos de vida no espaço europeu, importa perceber quais os países onde os estudantes despenderam mais em termos financeiros, bem como aqueles em que o custo de alojamento foi mais elevado, ou ainda aqueles em que o custo de vida incrementou o orçamento total.

Analisando a representação gráfica com a distribuição em função dos gastos médios despendidos com os "extras" e os gastos médios em alojamento (Gráfico nº15), verifica-se que é no Reino Unido e na Irlanda que se gastou mais, aos dois níveis, e onde os custos de alojamento foram mais elevados. Pelo contrário, na Bulgária gastaram pouco em alojamento, mas os seus gastos "extra" foram os mais elevados.

Destacaram-se ainda países como a Letónia e a Eslováquia, que são os países onde os custos com alojamento foram mais baixos.

**Gráfico 15 – Gastos médios em alojamentos e gastos extra médios dos estudantes Erasmus nos diversos países anfitriões**



**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Concluindo, os países onde os estudantes gastaram mais em alojamento foram o Reino Unido, a Irlanda e a Holanda. Pelo contrário, os gastos em alojamento mais baixos observam-se em todos os países da Europa de Leste, na Turquia e em Chipre. Relativamente aos gastos extra, excluindo a Bulgária e Malta (com poucos estudantes em missão) os países que exigiram uma maior capacidade financeira foram a Dinamarca, a Áustria e a Suécia, seguidos pela Itália e pela França. Os países onde os estudantes Erasmus gastaram menos, quer em alojamento quer em extras, foram a

Letónia e a Eslováquia.

Uma vez que, à partida, os gastos suportados pelos estudantes Erasmus serão superiores aos gastos que despenderiam em Portugal, torna-se essencial que estes tenham algum tipo de apoio para suportar os encargos. Logo, as bolsas de estudo atribuídas são de extrema importância para que a grande maioria consiga atingir os seus objectivos e para que as missões de mobilidade Erasmus não assumam um carácter elitista, em que apenas os estudantes que tenham possibilidades financeiras podem efectuar missões de estudo no estrangeiro.

De acordo com a informação recolhida, estima-se que cerca de 90% dos estudantes (3792) obtiveram bolsa, enquanto que os restantes 10% (423) que realizaram mobilidade usufruíram do estatuto "estudante bolsa zero" 15 (Quadro nº29).

**Quadro 29 – Estudantes Erasmus com e sem bolsa**

	N	%
Estudantes com bolsa	3792	90,0
Estudantes bolsa zero	423	10,0
Total	4215	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Para além da importância das bolsas para os estudantes, também é imprescindível que esta seja recebida atempadamente para que consigam fazer face a todas as despesas que suportam. Apenas 77,4% dos estudantes afirmaram ter recebido a bolsa Erasmus atempadamente (Quadro nº30).

**Quadro 30 – Estudantes Erasmus que receberam atempadamente as bolsas atribuídas**

	N	%
Atempadamente	2900	77,4
Não Atempadamente	849	22,6
Total	3749	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Em relação ao total, 25,1% dos estudantes Erasmus recebeu a bolsa em dois pagamentos e, por fim, apenas 0,7% dos estudantes recebeu a bolsa em mais de dois pagamentos.

**Quadro 31 – Estudantes Erasmus que receberam a bolsa em um, dois ou mais pagamentos**

	N	%
Um pagamento	2729	74,2
Dois pagamentos	924	25,1
Mais de dois pagamentos	26	0,7
Total	3679	100,0

Fonte: Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Quando classificada a forma de como a bolsa Erasmus ajudou a financiar as despesas dos estudantes durante o período de estudos no estrangeiro, 48,8% dos estudantes atribuiu classificação negativa e 30,5% (1176) atribuiu uma classificação “Razoável (Quadro nº32).

**Quadro 32 – Classificações atribuídas pelos estudantes Erasmus aos montantes das bolsas**

	N	%
Fraco	711	18,5
Insuficiente	1165	30,3
Razoável	1176	30,5
Bom	450	11,7
Excelente	348	9,0
Total	3850	100,0

Fonte: Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Em muitos casos, as bolsas Erasmus atribuídas foram insuficientes para fazer face a todos os encargos envolvidos na estadia e o estudante viu-se “obrigado” a recorrer a outro tipo de financiamento.

Tendo em conta os outros tipos de financiamento aos quais recorreram os estudantes Erasmus (Quadro nº33), verifica-se que 3569 obtiveram “financiamento através de contribuição familiar”, enquanto que 1774 obtiveram “financiamento através de poupanças pessoais”. Revelaram-se assim, os dois principais meios de financiamento a que recorreram os estudantes. O financiamento ao qual menos recorreram foi o do empréstimo privado (80 estudantes).

Esta situação confirma-se também, se analisado segundo o sexo, pois não existem grandes diferenças entre estudantes do sexo masculino e estudantes do sexo feminino.

**Quadro 33 – Outras fontes de financiamento dos estudantes Erasmus**

Tipologia	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Financiado por bolsa/empréstimo estatal	62	135	197
Financiado por contribuição familiar	1551	2018	3569
Financiado por poupanças pessoais	830	944	1774
Financiado por empréstimo privado	41	39	80
Financiado por trabalho em tempo parcial	160	159	319
Outros financiamentos	140	148	288
Total	1737	2250	3987

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

A grande maioria dos estudantes usufruiu de uma bolsa Erasmus que, em 23% dos casos, não é recebida a tempo e que não satisfaz os encargos associados à estadia no estrangeiro. Deste modo, grande parte dos estudantes viu-se assim na necessidade de recorrer a outros tipos de financiamento, particularmente ao apoio familiar e recursos de poupanças pessoais (resultante de trabalho em tempo parcial).

#### 5.3.4- Grau de Satisfação do Estudante com o Nível de Apoio da Instituição de Origem

Apesar de a uma missão de mobilidade Erasmus se encontrar associada a saída para um país diferente do de proveniência, a Instituição de Origem detém também um papel fundamental no apoio prestado, a todos os níveis, aos seus estudantes.

Ao serem questionados acerca de como tomaram conhecimento da Acção Erasmus, os estudantes declararam que este conhecimento foi principalmente proporcionado pela "Universidade de Origem" (49,3% -1709 dos estudantes), e pelos seus "Colegas", (45,1% - 1543 estudantes). A "Universidade Anfitriã" surge em último lugar (Quadro nº34).

**Quadro 34 – Origem do conhecimento da acção Erasmus por parte dos estudantes**

Tipologia	Fraco		Insuficiente		Suficiente		Bom		Excelente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Instituição de Origem	175	5,0	212	6,1	496	14,3	876	25,3	1709	49,3	3468	100,0
Instituição Anfitriã	2085	66,5	425	13,6	328	10,5	180	5,7	115	3,7	3133	100,0
Colegas	214	6,3	178	5,2	480	14,0	1006	29,4	1543	45,1	3421	100,0
Meios de Comunicação Social	1436	44,4	655	20,3	659	20,4	628	10,1	156	4,8	3234	100,0
Internet	1038	33,4	595	18,3	823	25,4	500	15,4	244	7,5	3245	100,0
Agência Nacional Só crates/Erasmus	1790	59,4	522	17,3	372	12,3	195	6,5	136	4,5	3015	100,0

Fonte: Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Quando observada a classificação que os estudantes atribuíram às fontes de informação mais relevantes na preparação do seu período de estudos (Quadro nº35), verifica-se que o “Gabinete de Relações Internacionais da Instituição de Origem” foi classificado como "Excelente" por 35,8% dos estudantes (1472), tendo sido esta fonte de informação aquela que obteve uma classificação mais positiva em termos relativos. Importa contudo destacar que, na sua maioria, os estudantes consideraram as restantes fontes de informação também de forma positiva. A informação prestada pelas “Organizações de Estudantes” foi aquela que menos importância teve, tendo obtido uma classificação bastante negativa, em 58,2% dos casos (2155 estudantes).

**Quadro 35 – Classificação das fontes de informação na realização da missão**

Tipologia	Fraco		Insuficiente		Suficiente		Bom		Excelente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
GRI da Instituição Anfitriã	274	6,7	328	8,0	808	19,7	1227	29,9	1472	35,8	4109	100,0
Faculdade/Professores da Instituição de Origem	603	14,8	687	16,9	1018	25,0	1064	26,2	695	17,1	1067	100,0
Plano de Estudos	603	15,5	674	17,3	1170	30,1	983	25,3	463	11,9	3893	100,0
Amigos/Colegas Estudantes	413	10,4	439	11,0	1014	25,6	1215	30,5	902	22,6	3988	100,0
Website Comercial de informação a estudantes	1969	52,6	729	19,5	668	17,9	273	7,3	101	2,7	3740	100,0
Organização de Estudantes	2155	58,2	652	12,6	491	13,3	274	7,4	131	3,5	3703	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

No que respeita à prévia elaboração de um "Contrato de Estudos" antes da saída para o estrangeiro, 87,7% dos estudantes tiveram garantido este procedimento atempadamente. Contudo, é de salientar que 12,3% (480) dos estudantes iniciou a sua mobilidade sem esta formalidade devidamente regularizada (Quadro nº36).

**Quadro 36 – Elaboração de um Contrato/Plano de estudos**

	N	%
Sim	3414	87,7
Não	480	12,3
Total	3894	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Ao serem analisadas as questões relacionadas com o reconhecimento académico, destaca-se o facto dos estudantes possuírem uma grande incerteza a este nível. No entanto, há que referir que esta incerteza se deveu ao próprio estudante, ou seja, a realização de uma missão de mobilidade Erasmus é mais enriquecedora para o próprio e assim sendo será seu dever tentar reunir a maior quantidade de informações correctas para decidir o caminho a seguir. Este facto torna-se bastante evidente nas respostas a

seguir analisadas, demonstrando de certa forma uma falta de preocupação por parte dos estudantes e/ou falta de comunicação com as instituições intervenientes nas missões Erasmus.

Quando questionados sobre se o Sistema Europeu de Transferência de Créditos (ECTS) foi utilizado em alguma disciplina, verificou-se que em mais de metade dos casos a resposta foi afirmativa, correspondendo a 57,8% (2305 estudantes) (Quadro nº37). Todavia, destaca-se que 24,3% (969) dos estudantes não sabiam se este sistema teria sido usado ou não, e 17,9% (712) dos estudantes afirmou não existir a utilização deste tipo de sistema.

Quanto à concessão de créditos, pela instituição de origem, aos Cursos de Línguas, verificou-se que 43,8% dos estudantes (1733) “não sabiam”, enquanto que 39,2% (1550) afirmou que “não” e apenas os restantes 17,1% (676) declararam que “sim”.

Por outro lado, e de acordo com 82,1% dos estudantes inquiridos (3384), verifica-se que a grande maioria pensa vir a obter reconhecimento académico pelas disciplinas efectuadas no estrangeiro, o que revela uma maior flexibilidade por parte das instituições envolvidas, apesar de 14,9% dos estudantes (603) terem afirmado não saber responder à questão, e apenas 3,0% (122) responderam que não existe reconhecimento pelas disciplinas elaboradas no estrangeiro.

Relativamente ao facto de o estudante saber se recebeu créditos relevantes para o grau académico efectuado, verifica-se uma resposta maioritariamente positiva, representando cerca de 59,0% (2326) dos respondentes 30,3% dos estudantes (1193) desconheciam se esta situação se iria verificar ou não.

Por fim, no que respeita à preocupação sobre se o período Erasmus poderia atrasar ou não o seu progresso académico, 69,2% (2865) dos estudantes afirmou que este não se iria atrasar, enquanto que apenas 14,7% (607) dos estudantes respondeu de forma afirmativa a essa questão e, 16,1% (666) dos estudantes afirmou não saber.

**Quadro 37 – Reconhecimento académico por parte das instituições de origem das formações obtidas pelos estudantes Erasmus**

Opções	Sim		Não		Não Sei		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
O Sistema Europeu de Transferência de Créditos (ECTS) foi utilizado nalguma disciplina?	2305	57,8	712	17,9	969	24,3	3986	100,0
A Universidade de origem dará créditos académicos pelos cursos de línguas?	676	17,1	1550	39,2	1733	43,8	3959	100,0
A Universidade de origem dará reconhecimento académico pelas disciplinas efectuadas no estrangeiro?	3334	82,1	122	3,0	603	14,9	4059	100,0
Receberá créditos relevantes para o grau académico que efectua?	2326	59,0	424	10,8	1193	30,3	3943	100,0
O seu progresso académico atrasar-se-á por ter efectuado um período de estudos Erasmus?	607	14,7	2865	69,2	666	16,1	4138	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Resumindo, os estudantes reconheceram a importância e qualidade dos Gabinetes de Relações Internacionais (GRI's), e a pouca intervenção das Associações de Estudantes, enquanto fontes de informação para o processo de mobilidade. Uma elevada percentagem de estudantes evidenciou desconhecimento acerca das tramitações académicas dos processos de mobilidade Erasmus: 12,3% dos estudantes iniciaram as missões sem um contracto formalizado, 24,3% não sabia se o sistema ECTS foi utilizado nalguma disciplina e 19,7% afirmou que tal utilização não tinha tido lugar. Acresce que 83,0% dos estudantes não sabiam se as instituições de origem creditavam as competências linguísticas adquiridas e avaliadas através dos cursos de línguas efectuados nas instituições anfitriãs,

Ainda, 14,9% não sabia se terá havido reconhecimento académico relativamente à disciplinas tidas com sucesso no estrangeiro e 3,0% afirmou mesmo não ter havido tal reconhecimento. Finalmente, é de salientar que 30,3% dos estudantes afirmou não saber se os créditos recebidos seriam relevantes para o grau académico em causa, que 16,1% não sabia se o período de estudos no estrangeiro iria atrasar o seu progresso académico e que 14,7% considerou ter tal atraso.

## 5.3.5– Grau de Satisfação do Estudante com a Experiência de Mobilidade

### 5.3.5.1 - Questões Académicas

Neste ponto analisam-se os métodos de ensino, e as formas de avaliação inerentes aos diferentes sistemas de ensino superior, pretendendo conhecer as grandes diferenças entre os sistemas vigentes nas instituições anfitriãs por forma a melhor compreender a avaliação efectuada pelos estudantes Erasmus portugueses.

No que diz respeito ao tipo de exames que os estudantes realizaram (Quadro nº 38), e tendo em conta que esta é uma resposta de escolha múltipla, verifica-se que, do total de respostas obtidas (6380), 1660 estudantes realizaram exames orais, 2157 realizaram exames escritos. 1222 estudantes não realizaram quaisquer exames, 701 realizaram exames de escolha múltipla e 640 realizaram outro tipo de exame. Observa-se uma acentuada predominância dos exames escritos e orais, situação esta que poderá indicar algumas facilidades concedidas na avaliação dos estudantes, Erasmus, na medida em que parece ter havido alguma facilidade/oportunidade diferente da que é normalmente proporcionada ao estudante nacional (29,2% dos estudantes não foram submetidos a provas de avaliação tradicionais).

**Quadro 38 – Tipos de exames realizados pelos estudantes Erasmus**

Tipologia	Respostas	
	N	%
Não efectuou nenhum exame	1222	19,2
Efectuou exames escritos	2157	33,8
Efectuou exames Oraís	1660	26,0
Efectuou exames de escolha múltipla	701	11,0
Efectuou outro tipo de exames	640	10,0
Total	6380	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

No que se refere às formas de ensino tidas no estrangeiro (Quadro nº39), a mais utilizada foi a “Aprendizagem através de Aulas” (3359 estudantes), seguida pela “Aprendizagem através de Estudo Individual” (2278 estudantes), e pela “Aprendizagem através de Trabalhos de Grupo” (2162). A forma menos utilizada terá sido a “Aprendizagem através de Ensino On-line”, referida apenas por 257 estudantes.

**Quadro 39 – Formas de Ensino a que foram sujeitos os estudantes Erasmus**

Tipologia	Respostas	
	N	%
Aulas	3359	27,2
Seminários	1199	9,7
Laboratórios	1051	8,5
Trabalhos de Grupo	2162	17,5
Estudo Individual	2278	18,5
Projectos	1509	12,2
Ensino Online	257	2,1
Outras Metodologias	524	4,2
Total	12339	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Tentando estabelecer uma relação entre as “Formas de Ensino” e os “Tipos de Exame” efectuados pelos estudantes Erasmus verificou-se, que além de uma forte predominância da realização de exames escritos ou orais, em todas as formas de ensino, a maioria dos estudantes que realizaram a sua aprendizagem através de “Outras Metodologias”, não foram submetidos a qualquer tipo de exame (Quadro nº40).

**Quadro 40 – Relação entre Formas de Ensino e Tipos de Exames**

Formas de Ensino	Tipos de Exames					Total
	Não efectuou nenhum Exame	Exames Escritos	Exames Oraís	Escolha Múltipla	Outro Tipo de Exames	
Aulas	678	2064	1532	682	506	3276
Seminários	286	710	553	259	196	1172
Laboratórios	314	529	408	191	183	1026
Trabalhos de Grupo	453	1390	901	484	362	2100
Estudo Individual	517	1369	1012	485	357	2218
Projectos	447	754	567	200	332	1464
Ensino Online	62	163	95	58	51	250
Outras Metodologias	298	117	125	35	81	503
Total	1195	2150	1652	700	639	4052

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Quando questionados acerca da "Qualidade de Ensino" da sua "Área de Estudos" na Instituição Anfitriã (Quadro nº41), 49,9% dos estudantes atribuiu o nível de "Bom", o que reflecte algum grau de satisfação com o ensino no País de Acolhimento. Esta satisfação poderá dever-se quer às diferentes formas de ensino, quer às diferentes tipologias de exames, ou a ambos, provavelmente com as acentuadas diferenças entre Portugal e alguns Países da Europa.

**Quadro 41 – Classificação atribuída pelos estudantes Erasmus à Qualidade do Ensino na Área**

	N	%
Fraco	49	1,2
Insuficiente	156	3,8
Razoável	881	21,4
Bom	2052	49,9
Excelente	971	23,6
Total	4109	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

A fim de discriminar as classificações atribuídas no estrangeiro à Qualidade de Ensino em função dos Países de destino dos estudantes Erasmus, apenas foram considerados os que acolheram mais de 100 estudantes.

A todas as Instituições, nos diversos países foi atribuída uma classificação bastante positiva, sendo que apenas 5,2% dos estudantes atribuíram classificações negativas (Fraco ou Insuficiente), particularmente no caso das instituições italianas.

**Quadro 42 – Classificação atribuída pelos estudantes Erasmus face aos Países de Destino**

Países		Qualidade de ensino da sua área de estudos na Instituição Anfitriã					Total
		Fraco	Insuficiente	Razoável	Bom	Excelente	
Espanha	N	9	27	183	571	221	1011
	% País Anfitrião	0,9	2,7	18,1	56,5	21,9	100,0
França	N	5	13	75	143	72	308
	% País Anfitrião	1,6	4,2	24,4	46,4	23,4	100,0
Itália	N	16	54	256	333	85	744
	% País Anfitrião	2,2	7,3	34,4	44,8	11,4	100,0
Bélgica	N	2	5	34	110	46	197
	% País Anfitrião	1,0	2,5	17,3	55,8	23,4	100,0
Alemanha	N	0	9	23	92	60	184
	% País Anfitrião	0,0	4,9	12,5	50	32,6	100,0
Holanda	N	0	2	21	111	95	229
	% País Anfitrião	0,0	0,9	9,2	48,5	41,5	100,0
Reino Unido	N	1	7	19	75	50	152
	% País Anfitrião	0,7	4,6	12,5	49,3	32,9	100,0
República Checa	N	3	4	41	97	52	197
	% País Anfitrião	1,5	2,0	20,8	49,2	26,4	100,0
Total	N	36	121	652	1532	681	3022
	% País Anfitrião	1,2	4,0	21,6	50,7	22,5	100,0

Fonte: Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Analisando as opiniões dos estudantes Erasmus sobre as principais diferenças, ao nível do ensino, entre o praticado em Portugal e nos diversos países de destino, constatou-se que apenas 2,3% consideraram haver melhor qualidade de ensino no estrangeiro (Quadro nº43).

As principais diferenças observadas pelos estudantes neste referem-se a “Diferentes metodologias de ensino” (42,6%) bem como de “Avaliação” (21,4%). 1,6% dos estudantes referiram que o ensino nos países anfitriões foi menos exigente que em Portugal.

**Quadro 43 – Principais diferenças assinaladas pelos estudantes Erasmus relativamente aos ensinos nas instituições anfitriãs**

Opções	N	%
Melhor qualidade de ensino	87	2,3
Diferentes metodologias de ensino	1579	42,6
Disponibilidade do material de estudo de forma facilitada	59	1,6
Proximidade aluno docente	202	5,4
Semelhanças de ensino	286	7,7
Diferentes metodologias de avaliação	795	21,4
Nível de exigência inferior ao português	59	1,6
Outras	643	17,3
Total	3710	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

No que respeita à classificação da experiência Erasmus, do ponto de vista académico, a maioria dos estudantes (42,4%) classificou esta experiência como “Excelente”, 1,6% classificou como “Fraco” e 4,0% como “Insuficiente”. Não se observaram diferenças assinaláveis entre sexos nesta apreciação: 40,0% dos estudantes do sexo masculino e 44,2% do sexo feminino atribuíram classificações de “Excelente” (Quadro nº44).

**Quadro 44 – Classificação da Experiência do ponto de vista académico**

Nível	Categorias	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Fraco	N	31	35	66
	% Experiência Erasmus do ponto de vista académico	47,0	53,0	100,0
	% Sexo	1,7	1,5	1,6
Insuficiente	N	93	73	166
	% Experiência Erasmus do ponto de vista académico	56,0	44,0	100,0
	% Sexo	5,1	3,1	4,0
Razoável	N	332	362	694
	% Experiência Erasmus do ponto de vista académico	47,8	52,2	100,0
	% Sexo	18,2	15,3	16,5
Bom	N	639	853	1492
	% Experiência Erasmus do ponto de vista académico	42,8	57,2	100,0
	% Sexo	35,0	36,0	35,6
Excelente	N	731	1047	1778
	% Experiência Erasmus do ponto de vista académico	41,1	58,9	100,0
	% Sexo	40,0	44,2	42,4
Total	N	1826	2370	4196
	% Experiência Erasmus do ponto de vista académico	43,5	56,5	100,0
	% Sexo	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Aprofundando um pouco mais esta análise, e tendo em conta os países que acolheram mais de 100 estudantes Erasmus (Quadro nº45), constata-se que, na generalidade, a experiência Erasmus do ponto de vista académico foi considerada muito positiva em todos os países. O facto de os estudantes terem estado em contacto com outras formas de ensino e de avaliação poderá ter sido considerada uma mais-valia.

**Quadro 45 – Classificação da experiência dos estudantes do ponto de vista acadêmico, em função do país anfitrião**

Países		Classificação da experiência Erasmus do ponto de vista acadêmico					Total
		Fraco	Mediano	Razoável	Bom	Excelente	
Espanha	N	16	40	171	384	429	1040
	% País Anfitrião	1,5	3,8	16,4	36,9	41,3	100,0
França	N	5	15	60	106	129	315
	% País Anfitrião	1,6	4,8	19,0	33,7	41,0	100,0
Itália	N	19	42	190	257	245	753
	% País Anfitrião	2,5	5,6	25,2	34,1	32,5	100,0
Bélgica	N	3	5	32	80	81	201
	% País Anfitrião	1,5	2,5	15,9	39,8	40,3	100,0
Alemanha	N	3	9	27	70	79	188
	% País Anfitrião	1,6	4,8	14,4	37,2	42,0	100,0
Holanda	N	2	6	18	81	130	237
	% País Anfitrião	0,8	2,5	7,6	34,2	54,9	100,0
Reino Unido	N	2	8	15	49	80	154
	% País Anfitrião	1,3	5,2	9,7	31,8	51,9	100,0
Polónia	N	1	10	34	101	105	251
	% País Anfitrião	0,4	4,0	13,5	40,2	41,8	100,0
Suécia	N	5	5	8	32	61	111
	% País Anfitrião	4,5	4,5	7,2	28,8	55,0	100,0
República Checa	N	1	7	26	77	88	199
	% País Anfitrião	0,5	3,5	13,1	38,7	44,2	100,0
Total	N	57	147	581	1237	1427	3449
	% País Anfitrião	1,7	4,3	16,8	35,9	31,4	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

### 5.3.5.2 - Experiência Pessoal

No plano de experiência Erasmus do ponto de vista pessoal, 84,5% dos estudantes consideraram-na “Excelente” e apenas 0,9% a consideraram negativamente, independentemente do sexo (Quadro nº46).

**Quadro 46 – Classificação da experiência Erasmus do ponto de vista pessoal**

Nível	Categorias	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Fraco	N	9	12	21
	% Experiência Erasmus do ponto de vista pessoal	42,9	57,1	100,0
	% Sexo	0,5	0,5	0,5
Insuficiente	N	7	9	16
	% Experiência Erasmus do ponto de vista pessoal	43,8	56,3	100,0
	% Sexo	0,4	0,4	0,4
Razoável	N	26	50	76
	% Experiência Erasmus do ponto de vista pessoal	34,2	65,8	100,0
	% Sexo	1,4	2,1	1,8
Bom	N	211	325	536
	% Experiência Erasmus do ponto de vista pessoal	39,4	60,6	100,0
	% Sexo	11,5	13,7	12,8
Excelente	N	1577	1973	3550
	% Experiência Erasmus do ponto de vista pessoal	44,4	55,6	100,0
	% Sexo	86,2	83,3	84,5
Total	N	1830	2369	4199
	% Experiência Erasmus do ponto de vista pessoal	43,6	56,4	100,0
	% Sexo	100,0	100,0	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Quando analisadas as questões correspondentes aos aspectos da mobilidade que o estudante Erasmus apreciou particularmente (Quadro nº47), verificou-se que em 50,0% das respostas o mais apreciado foi o “Intercâmbio cultural”, e que em 31,0% foram “Outros” aspectos. A aprendizagem de “Novos métodos de trabalho” e o “Companheirismo entre os estudantes Erasmus” foram referidos por 13,6% e 5,1%, respectivamente.

Relativamente ao grau de satisfação no conjunto de todos os aspectos que envolveram a experiência Erasmus observa-se maioritariamente uma classificação de “Excelente” (50,8%).

Esta análise demonstra que, por um lado, os estudantes apreciaram particularmente a interação com culturas e populações diferentes das de origem, mas

por outro lado, demonstraram alguma dificuldade em interagir com outros estudantes da própria instituição anfitriã. Há ainda a destacar a importância dada às “Outras questões” apreciadas, pois reuniu cerca de 31,0% de respostas, o que corresponde a 2042 estudantes Erasmus. Verifica-se que existe uma grande disparidade de respostas registadas neste item, sendo impossível referi-las todas. No entanto, pode-se salientar que os estudantes referem acima de tudo a "Oportunidade de viajar", a "Independência dos pais" e o "Diferente tipo de alimentação". A diversidade destas respostas pode indicar que a experiência Erasmus é única, variando muito de estudante para estudante.

**Quadro 47 – Questões mais apreciadas pelos estudantes Erasmus na mobilidade**

Opções	Respostas	
	N	%
Intercâmbio Cultural	3315	50,3
Companheirismo entre Estudantes	338	5,1
Aprendizagem de novos métodos de trabalho	894	13,6
Outras questões	2042	31,0
Total	6589	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Na sequência, torna-se relevante verificar se os estudantes se sentiram ou não satisfeitos com todos os aspectos que envolveram a Experiência Erasmus. Pode-se concluir que esta foi bastante positiva, pois 50,8% classificou de “Excelente” e 41,1% de “Bom”. Apenas 1,2% manifestaram um grau de satisfação negativa (Quadro nº48).

**Quadro 48 – Nível de satisfação dos estudantes Erasmus quanto a todos os aspectos que envolveram a experiência Erasmus**

	N	%
Fraco	13	0,3
Insuficiente	39	0,9
Razoável	285	6,8
Bom	1716	41,1
Excelente	2123	50,8
Total	4176	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

### 5.3.5.3 - Expectativas do Estudante

Comparativamente às expectativas dos estudantes antes de efectuarem a mobilidade, a maioria afirmou que os seus objectivos foram atingidos (80,3%) (Quadro nº49), existindo ainda alguns que os superaram (13,9%) e, um pequeno número de estudantes (5,7%) não viu atingidos os objectivos inicialmente fixados.

**Quadro 49 – Expectativas iniciais e resultados finais da missão de mobilidade**

Nível	N	%
Atingiu os objectivos	3173	80,3
Não atingiu os objectivos	227	5,7
Superou os objectivos	550	13,9
Total	3950	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Após a realização da mobilidade Erasmus, verifica-se que, em 90,5% dos casos observados, os estudantes esperavam que a experiência lhes pudesse proporcionar uma hipótese de trabalho num outro país europeu (Quadro nº50). Esta foi considerada de forma bastante clara uma mais valia potencial para a sua carreira, visto que aproximadamente metade (48,6%) dos estudantes lhe atribuiu a classificação de “Bom” e 24,8% de “Excelente” (Quadro nº51)



#### Quadro 50 – Opiniões sobre a possibilidade da experiência Erasmus noutro País

	N	%
Sim	3675	90,5
Não	385	9,5
Total	4060	100,0

Fonte: Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

#### Quadro 51 – Classificação da possibilidade da experiência Erasmus ao nível da Carreira

	N	%
Fraco	24	0,6
Insuficiente	122	3,0
Razoável	953	23,0
Bom	2011	48,6
Excelente	1025	24,8
Total	4135	100,0

Fonte: Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

A avaliação feita pelos estudantes dos resultados finais da missão Erasmus, em relação às expectativas iniciais, foi claramente positiva: 94,2% atingiram ou superaram os seus objectivos. Em termos de possibilidades profissionais num futuro próximo, 90,5% dos estudantes esperam que a realização da mobilidade Erasmus lhes possa vir a proporcionar trabalho num país europeu e 96,4% têm a expectativa de que possa vir a agir positivamente sobre a carreira profissional.

#### 5.3.5.4- Sugestões por parte do Estudante

No que respeita aos conselhos/sugestões para futuros estudantes Erasmus (Quadro nº52), 42,2% sugeriram “Melhor preparação linguística”, 37,0% sugeriram “Outras” questões, 10,6% referiram a “Definição prévia do plano de estudos”, 7,0% a “Procura antecipada de alojamento”, 2,2 % “Mais e melhor informação actualizada”, e 0,9% “Melhor relação entre o GRI da Universidade Anfitriã e de Origem”. É de destacar que as “Outras questões” englobam um diferente conjunto de problemáticas como: “tratar de toda a documentação com antecedência”; “necessidade de falar com

colegas que já tenham realizado Erasmus”; “menos burocracia na resolução de problemas”; “maior predisposição por parte dos estudantes que pretendem realizar uma mobilidade Erasmus para “Viajarem sozinhos e em busca do desconhecido”.

**Quadro 52 – Sugestões deixadas a futuros estudantes Erasmus**

Sugestões	Respostas	
	N	%
Preparação linguística	2070	42,2
Definição pré via do plano de estudos	522	10,6
Procura antecipada de alojamento	342	7,0
Melhor informação actualizada	110	2,2
Melhor relação entre o GRI da Universidade de Origem e da anfitriã	42	0,9
Outras <sup>38</sup>	1816	37,0
Total	4902	100,0

Fonte: Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Já no que se refere à sugestão dos estudantes quanto ao ponto de vista social no país anfitrião (Quadro nº53), observa-se que a maioria aconselhou “Preparação linguística” (39,4%), seguido de perto pelo aconselhamento “Outras questões” (33,5%) (nestas incluem-se questões como o “tipo de alimentação”, o “nível de vida social”, o “tipo de vestuário adequado ao clima esperado”, e “ir preparado para estar sozinho”).

Evidencia-se ainda a “Integração nas diferentes culturas e conhecimento prévio das mesmas” (26,0%) e, por fim, “Mais apoio na procura de alojamento” (1,1%).

**Quadro 53 – Conselhos deixados a futuros estudantes Erasmus do ponto de vista social**

Conselhos	Respostas	
	N	%
Preparação linguística	1381	39,4
Integração nas diferentes culturas, e conhecimento prévio das mesmas	912	26,0
Mais apoio na procura de alojamento	38	1,1
Outras questões <sup>39</sup>	1175	33,5
Total	3506	100,0

Fonte: Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

<sup>38</sup> Outras: “tratar de toda a documentação com antecedência”; “necessidade de falar com colegas que já tenham realizado Erasmus”; “menos burocracia na resolução de problemas”; maior predisposição por parte dos estudantes que pretendem realizar uma mobilidade Erasmus para viajarem sozinhos e em busca do desconhecido”

<sup>39</sup> Outras: “Tipo de alimentação”; “nível de vida social”; “tipo de vestuário adequado ao clima esperado”; “ir preparado para estar sozinho”

Por último, referem-se as sugestões finais propostas pelos estudantes, sendo de notar uma grande disparidade a este nível, visto que a categoria “Outras sugestões” foi aquela que reuniu uma maior concentração de respostas (41,3%) (Quadro nº54). Englobam-se nesta categoria questões como “viagens mais baratas”, “melhor preparação linguística” e “melhor capacidade de resposta por parte de estruturas orgânicas vocacionadas para o sucesso da mobilidade internacional”. No entanto, é ainda de referir que 18,8% dos estudantes sugeriu um aumento do valor das bolsas atribuídas, não tendo as restantes sugestões atingido os 10% de representatividade.

**Quadro 54 – Sugestões finais**

Sugestões	Respostas	
	N	%
Bolsas mais elevadas	764	18,8
Bolsas atempadamente	111	2,7
Maior coordenação entre departamentos e Universidades	226	5,6
Maior coordenação entre os GRI'S	268	6,6
Mais e melhores informações	196	4,8
Mais informação sobre o alojamento	283	7,0
Mais informações sobre o plano curricular	330	8,1
Nada a acrescentar	138	3,4
Alargar a escolha de países/universidades	72	1,8
Outros <sup>40</sup>	1683	41,3
Total	4071	100,0

Fonte: Elaboração própria com base no Inquérito de mobilidade (2005/06); dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

Em termos de sugestões finais evidencia-se o facto de os estudantes terem sugerido um aumento do montante das bolsas e o pagamento atempado das mesmas (21,5%). Os estudantes requerem ainda uma maior eficácia do sistema. 19,9% dos respondentes sugerem melhor circulação de informação (mais informações sobre o Plano curricular - 8,1%; mais informações sobre o alojamento - 7,0% e mais informações no geral - 4,8%) e 12,4% sugerem melhor comunicação entre Instituições e estudantes (maior coordenação entre os GRI's - 6,8% e maior coordenação entre Departamentos e Universidades - 5,6%).

Resta salientar que 1,8% dos estudantes desejariam ter acesso a uma maior diversidade de opções de escolha no que respeita a Países/Instituições de destino.

<sup>40</sup> Outras sugestões: “Viagens mais baratas”; “melhor preparação linguística”; “melhor capacidade de resposta por parte de estruturas orgânicas vocacionadas para o sucesso da mobilidade internacional”

## 6 - Resultados - Chave

- No ano lectivo de 2005/2006, dos 4215 inquiridos a estudantes Erasmus, 2381 eram do sexo feminino. Do total de estudantes do ensino superior português inscritos apenas 1,15%, usufruiu de missões Erasmus (1,11% do sexo masculino e 1,17% do sexo feminino). A relação entre estudantes Erasmus do Ensino Politécnico e Universitário foi de 1:2;
- As regiões de Lisboa, Norte e Centro foram as que, estiveram mais representadas, consequência do maior número de estudantes inscritos nas suas instituições de ensino superior;
- As áreas das “Ciências Médicas”, “Engenharia e Tecnologia”, “Estudos Comerciais e Ciências de Gestão” e “Ciências Sociais” foram as que mais se destacaram, surgindo num patamar intermédio as áreas de “Arquitectura, Planeamento Urbanístico e Regional”, “Arte e Design”, “Comunicação e Ciências de Informação” e, por fim, “Direito”;
- Os países de destino preferenciais dos estudantes Erasmus foram Espanha e Itália, que detêm o estatuto de países “sobre representados”, dado captarem mais fluxos, seguidos por países como a França, Holanda, Bélgica, Alemanha, Polónia e a República Checa;
- As motivações que conduziram à decisão de mobilidade Erasmus por parte dos estudantes portugueses foram, por ordem de importância: a “Possibilidade de contactar novas culturas”; a “Perspectiva de melhorar as competências profissionais”; a “Melhoria da proficiência linguística” e, por fim, a “Possibilidade de poderem mudar de ambiente”;
- Menos de metade dos estudantes Erasmus frequentaram cursos de preparação linguística, sendo a maioria do sexo feminino. Os estudantes das áreas da “Comunicação e Ciências da Informação” e “Arquitectura, Planeamento Urbanístico e Regional” foram os que tiveram maior formação linguística prévia.

- Os apoios concedidos e mais valorizados pelos estudantes Erasmus foram, por ordem de representatividade, o concedido por "Estudantes estrangeiros Erasmus nas Instituições Anfitriãs" e o "Apoio prestado pela Universidade Anfitriã", enquanto que os menos apreciados foram os "Serviços prestados a estudantes deficientes na instituição de acolhimento";
- O maior contributo para a integração social foi o facultado por "Outros estudantes na Universidade Anfitriã", seguido pela "Cultura local/Sociedade em geral" e, por último, pelos "Estudantes nacionais na Universidade Anfitriã";
- O tipo de alojamento mais utilizado pelos estudantes Erasmus, foi o "Apartamento ou casa privada, partilhada com outros estudantes" seguido da "Residência Universitária", tendo-se verificado alguma diferenciação de acordo com o sexo. As residências universitárias predominaram na República Checa, Polónia, Alemanha e Holanda. O alojamento privado predominou em Espanha e Itália. A classificação dada pelos estudantes à qualidade dos alojamentos foi, na sua maioria "Boa";
- Quanto aos aspectos financeiros, os custos variaram de acordo com os destinos, salientando-se a este respeito que a esmagadora maioria gastou mais comparativamente ao que costumava gastar no país de origem. Os países que mais recursos financeiros exigiram aos estudantes Erasmus foram o Reino Unido e a Irlanda. Os países mais acessíveis economicamente foram a Letónia e a Eslováquia;
- Embora a maioria dos estudantes que beneficiaram de missões de mobilidade Erasmus tenham tido uma bolsa, 10,0% não beneficiou deste tipo de apoio. A maioria dos estudantes beneficiários recebeu a bolsa num único pagamento, apesar de um número ainda significativo (25,8%) ter recebido a bolsa em duas ou mais fracções;
- Atendendo à totalidade dos encargos suportados, metade dos beneficiários avaliaram negativamente os montantes das bolsas e 30,5% consideraram o montante "Razoável", o que revela que os montantes envolvidos foram pouco ajustados às necessidades;

- O grau de satisfação dos estudantes em relação ao apoio da instituição de origem no apoio à organização da missão foi elevado, os apoios prestados pelas “Organizações de Estudantes” das instituições de origem mereceram uma apreciação bastante negativa;
- Quanto ao reconhecimento académico, 82,1% afirmou que a instituição de origem daria reconhecimento académico pelas disciplinas efectuadas no estrangeiro, embora 83,0% tenha dito que não, ou que não sabia, relativamente à concessão de créditos académicos pelos cursos de línguas;
- A experiência Erasmus em termos académicos foi classificada pela maioria dos estudantes (78,0%) como “Excelente” ou “Bom”, enquanto que apenas 5,6% a classificaram como “Fracas”. Também a experiência Erasmus do ponto de vista pessoal teve uma elevada satisfação, com 84,5% a considerá-la “Excelente”.

## Capítulo VI - CONCLUSÕES

Da análise efectuada aos dados recolhidos no âmbito da investigação realizada ao nível da caracterização da mobilidade dos estudantes Erasmus portugueses em 2005/06, foi possível identificar um conjunto de aspectos, considerados mais relevantes.

No ano lectivo de 2005/2006, dos 4215 inquéritos a estudantes Erasmus, 2381 eram do sexo feminino.

Em termos do total de estudantes do ensino superior português inscritos apenas 1,15%, usufruiu de missões Erasmus (1,11% do sexo masculino e 1,17% do sexo feminino), sendo esta ao nível dos estudantes Erasmus do Ensino Politécnico e Universitário de 1:2.

Em termos de regiões, Lisboa, Norte e Centro foram as que, naturalmente, estiveram mais representadas, consequência do maior número de estudantes inscritos nas suas instituições de ensino superior.

As áreas das “Ciências Médicas”, “Engenharia e Tecnologia”, “Estudos Comerciais e Ciências de Gestão” e “Ciências Sociais” foram as que mais se destacaram, surgindo num patamar intermédio as áreas de “Arquitectura, Planeamento Urbanístico e Regional”, “Arte e Design”, “Comunicação e Ciências de Informação” e, por fim, “Direito”.

Ao nível das Instituições de Ensino Superior, as Universidades do Porto, Coimbra e a Universidade Nova de Lisboa, foram as que envolveram mais estudantes, enquanto que a Universidade Técnica e a Universidade de Lisboa ocuparam uma posição intermédia. Não foi possível determinar estas representações em percentagem dos estudantes inscritos em cada instituição.

No que respeita à duração média do período das missões Erasmus verificou-se que o período com maior representatividade se situou nos cinco (5) meses.

Os países de destino preferencial dos estudantes Erasmus, foram os já identificados pela Agência Nacional para os Programas Comunitários Sócrates e Leonardo Da Vinci. Espanha e a Itália detêm o estatuto de países sobre-representados, dado captarem mais fluxos, seguidos por países como a França, Holanda, Bélgica, Alemanha, Polónia e a República Checa.

Em termos das instituições que, em cada um dos oito (8) países mais representados, mais estudantes Erasmus portugueses receberam foram: Espanha – Universitat Autònoma de Barcelona e Universidad de Santiago de Compostela; Itália –

Università degli Studi di Firenze e Università degli studi di Roma - La Sapienza; França – Université Paris X – Nanterre, Paris XII – Val de Marne e a Ecole Nationale des Ponts et Chaussées; Holanda – Technische Universiteit Delft Universiteit Utrecht e a Universiteit Van Amsterdam; Bélgica - Katholieke Universiteit Leuven, Université Libre de Bruxelles, Université de Liège e a Université Catholique de Louvain; Alemanha - Universitaet Hamburg, Technische Universitaet Darmstadt, Technische Universitaet Berlin, Universitaet Zu Koeln, Humboldt – Universitaet Zu Berlin, Frei Universitaet Berlin e a Universitaet Leipzig ; Polónia - Akademia Pedagogiczna Im. Ken W Krakowie, Politechnica Bialostocka, Uniwersytet Warszawski e Politechnika Gdansk; República Checa - Univerzita Karlova V Praze, Ceske Vysoke Uceni Technicke V Praze e Vysoká Skola Chemico – Technologická V Praze.

As motivações que conduziram à decisão de mobilidade Erasmus por parte dos estudantes portugueses, foram por ordem de importância: a “Possibilidade de contactar novas culturas”; a “Perspectiva de melhorar as competências profissionais”; a “Melhoria da proficiência linguística” e, por fim, a “Possibilidade de poderem mudar de ambiente”.

Tais motivações encontram-se, também, espelhadas no estudo “Exchange Students Rights” (2006).

Verificou-se que menos de metade dos estudantes Erasmus frequentaram cursos de preparação linguística, sendo a maioria do sexo feminino. Os estudantes das áreas da “Comunicação e Ciências da Informação” e “Arquitetura, Planeamento Urbanístico e Regional” foram os que tiveram maior formação linguística prévia.

Ao nível do apoio prestado no vector da preparação linguística, as “Instituições de Ensino Superior Anfitriãs” foram as que mais apoiaram os estudantes Erasmus, seguidas de “Outras Entidades”. Foi evidenciada a falta de apoios prestados pelas Instituições de Ensino Superior de Origem (Portuguesas);

Em termos de duração a média dos cursos de preparação linguística, foi menor ou igual a cinco semanas. As missões Erasmus permitiram a melhoria da proficiência linguística, em especial ao nível da língua inglesa e castelhana, dado terem sido estas as mais utilizadas durante as missões de mobilidade.

Este facto é, igualmente, salientado no estudo “The Professional Value of Erasmus Mobility”, (2006), em que 99% dos respondentes consideraram ter melhorado a proficiência linguística.

Verificou-se uma elevada satisfação, por parte dos estudantes Erasmus, com os serviços prestados pelas instituições anfitriãs, nomeadamente no que respeita à

“Recepção, ajuda à chegada” e “Sessões de Esclarecimento”. Destacaram-se, neste aspecto a Universitat Autònoma de Barcelona e a Universidad Complutense de Madrid em Espanha, e o Politecnico di Milano em Itália.

Os apoios concedidos mais valorizados pelos estudantes Erasmus foram, por ordem de representatividade, o concedido por "Estudantes estrangeiros Erasmus nas Instituições Anfitriãs" e o "Apoio prestado pela Universidade Anfitriã", enquanto que os menos apreciados foram os "Serviços prestados a estudantes deficientes na instituição de acolhimento.

Os apoios mais valorizados na procura de alojamento foram os concedidos pelos serviços da “Instituição Anfitriã” e o apoio das “Famílias/Amigos” e, por fim, “Outras ajudas”. Em termos qualitativos, 25,1% dos estudantes atribuíram a este tipo de apoios a classificação de “Fraco” e 31,7% atribuiu o nível de “Excelente”. A Itália, a Espanha, e a França, foram os países que facultaram um nível mais “Fraco” de apoio ao alojamento, contrastando com o nível de “Excelente” atribuído à Suécia, República Checa e Polónia.

Em termos do acesso/disponibilidade dos recursos materiais e informáticos, a maioria dos estudantes classificou-o com “Excelente”.

O maior contributo para a integração social foi o facultado por “Outros estudantes na universidade Anfitriã”, seguido pela “Cultura local/Sociedade em geral” e, por último, pelos “Estudantes nacionais na universidade Anfitriã”.

O tipo de alojamento mais utilizado pelos estudantes Erasmus, foi o “Apartamento ou casa privada, partilhada com outros estudantes” seguido da “Residência Universitária”, tendo-se verificado alguma diferenciação de acordo com o sexo. As Residências Universitárias predominaram na República Checa, Polónia, Alemanha e Holanda. O alojamento privado predominou na Espanha e Itália. A classificação dada pelos estudantes à qualidade dos alojamentos foi na sua maioria “Boa”.

Quanto aos aspectos financeiros, os custos variaram de acordo com os destinos, salientando-se a este respeito que a esmagadora maioria gastou mais comparativamente ao que costumava gastar no país de origem. Os países que mais recursos financeiros exigiram aos estudantes Erasmus foram o Reino Unido e a Irlanda. Os países mais acessíveis economicamente foram a Letónia e a Eslováquia.

Embora a maioria dos estudantes que beneficiaram de missões de mobilidade Erasmus tenham tido uma bolsa, 10,0% não beneficiou deste tipo de apoio. A maioria dos estudantes beneficiários recebeu a bolsa num único pagamento, apesar de um

número ainda significativo (25,8%) ter recebido a bolsa em duas ou mais fracções.

Atendendo à totalidade dos encargos suportados, metade dos beneficiários avaliaram negativamente os montantes das bolsas e, 30,5% consideraram o montante “Razoável”, o que revela que os montantes envolvidos foram pouco ajustados às necessidades.

Os financiamentos suplementares a que os estudantes recorreram foram, por ordem de representatividade: “Financiamento através de contribuições familiares” e “Financiamento através de poupanças pessoais”. Aquele a que menos recorreram foi o “Empréstimo privado”.

As dificuldades sentidas pelos estudantes Erasmus, face às insuficiências do financiamento, estão bem evidenciadas nos diversos estudos/investigação existentes sobre esta temática, já citadas, anteriormente nesta investigação.

*«Os obstáculos são de vária ordem – linguística, económica, académica, fiscal ou administrativa, podendo a sua combinação aniquilar um projecto de mobilidade. Esses obstáculos apelam a respostas práticas e concertadas por parte de todos os responsáveis a todos os níveis, do local ao Europeu.»<sup>41</sup>*

Os estudantes tomaram conhecimento da existência do programa Erasmus principalmente através da “Universidade de Origem” e dos “Colegas”.

O grau de satisfação dos estudantes em relação ao apoio da instituição de origem no apoio à organização da missão foi elevado, enquanto que os apoios prestados pelas “Organizações de Estudantes” das instituições de origem mereceram uma apreciação bastante negativa.

Ao nível da componente académica, verificou-se que 87,7% dos estudantes Erasmus tiveram acesso a um contrato/plano de estudos antes da realização das missões, e que 12,3% iniciou o período de estudos no estrangeiro sem esta formalidade regularizada.

Quanto ao reconhecimento académico, 82,1% afirmou que a instituição de origem daria reconhecimento académico pelas disciplinas efectuadas no estrangeiro, embora 83,0% tenham dito que não, ou que não sabiam, relativamente à concessão de créditos académicos pelos cursos de línguas.

---

<sup>41</sup> <sup>41</sup> REDING, Viviane (2001), Passaporte para a mobilidade - Aprender de outro modo formar-se noutra lugar, Comissão Europeia

Relativamente a eventuais atrasos no percurso académico, resultantes da frequência de missões Erasmus, 69,2%, considerou que este não seria um problema, e 16,1% disse não saber.

A barreira do reconhecimento académico encontra-se, igualmente, identificada nalguns estudos, anteriormente citados, nomeadamente no Relatório “Key issues for the European Higher Education Area – Social Dimension and Mobility”, (2007), assim como no estudo “The Professional Value of Erasmus Mobility” (2006).

Quanto à tipologia dos exames realizados no estrangeiro, os “Exames Orais” detiveram maior representatividade, surgindo num segundo plano os “Exames Escritos” e, por fim, a “Não realização de qualquer Exame”.

Relativamente às metodologias de ensino prosseguidas no estrangeiro, a predominante foi a “Aprendizagem através de aulas”, seguindo-se o auto-estudo, ou seja, “Aprendizagem através de estudo individual” e a “Aprendizagem através de trabalhos de grupo”.

Nas respectivas áreas científicas de estudo, quase metade dos estudantes (49,9%) consideraram o nível “Bom”, e, 23,6% “Excelente” reflectindo um elevado grau de satisfação geral, sendo a apreciação positiva para a grande maioria das instituições estrangeiras.

Os factores que diferenciaram os níveis de ensino, e que obtiveram uma apreciação mais positiva foram, do mais para o menos importante: as “diferentes metodologias de ensino” e os “diferentes sistemas de avaliação”. Apenas uma pequena minoria considerou que o sistema de ensino no estrangeiro foi menos exigente.

A experiência Erasmus em termos académicos foi classificada pela maioria dos estudantes (78,0%) como “Excelente” ou “Bom”, enquanto que apenas 5,6% a classificaram como “Fracá”.

Este aspecto foi, igualmente salientado por Teichler (2000), em que 70% a 80% dos estudantes afirmaram que obtiveram reconhecimento académico no termo da missão.

Também a experiência Erasmus do ponto de vista pessoal teve uma elevada satisfação, com 84,5% a considerá-la “Excelente”.

As questões pessoais mais valorizadas foram o “Intercâmbio cultural”, os “Outros aspectos”, a “Aprendizagem de novos métodos de trabalho” e, por fim, o “Companheirismo entre os Estudantes Erasmus”.

Outro factor que reforça a elevada satisfação dos beneficiários de missões Erasmus evidencia-se com a análise efectuada às expectativas iniciais e aos

resultados concretizados: a grande maioria dos estudantes (80,3%) considerou ter atingido os objectivos, existindo ainda alguns que consideraram ter ultrapassado os objectivos previamente delineados (13,9%).

Quanto à possibilidade da experiência Erasmus poder vir a proporcionar uma experiência de trabalho no estrangeiro, a maioria dos estudantes considerou-a uma possibilidade (90,5%). Este aspecto encontra-se, igualmente, evidenciado no estudo “The Professional Value of Erasmus Mobility”, (2006), no qual é referido que os Estudantes no final das missões estão melhor preparados para a vida profissional.

Os conselhos/sugestões a facultar a futuros estudantes Erasmus foram, por ordem de importância: “Melhor preparação linguística”, “Outras questões”, “Definição prévia do plano de estudos”, “Procura antecipada de alojamento”, “Mais e melhor informação actualizada” e, por fim, “Melhor relação dos Gabinetes de Relações Internacionais das Instituições Anfitriãs com os das de Origem”.

Do ponto de vista social, no país anfitrião, os conselhos foram direccionados maioritariamente para a “Preparação linguística”, “Outras questões” (que se prendem essencialmente com as questões de alimentação, vestuário e nível de vida), “Integração nas diferentes culturas e conhecimento prévio das mesmas” e, por último, “Mais apoio na procura de alojamento”.

Finalmente, embora, em menor número, os estudantes sugeriram também o aumento do valor das bolsas para a assunção dos encargos inerentes à missão Erasmus.

## Capítulo VII – Sugestões/Recomendações

Tendo por base os factores mais limitantes identificados neste estudo sugere-se a necessidade das diversas entidades envolvidas no processo atenderem a tais factores no sentido de os eliminar ou minimizar.

Sugerem-se algumas medidas susceptíveis de potenciarem o processo de mobilidade Erasmus:

- 1- As instituições de origem deverão ter em consideração os países e as áreas científicas consideradas sobre-representadas, a fim de permitir um equilíbrio entre fluxos. Com efeito, Espanha e Itália têm capitalizado o maior número de estudantes Erasmus portugueses<sup>42</sup>;
- 2- As instituições de origem deverão investir mais na oferta de cursos de preparação linguística, de forma gratuita (dos estudantes respondentes apenas 8,0% frequentaram cursos na instituição de origem). Este factor é considerado de grande importância para a integração do estudante no seio da comunidade académica de destino, e no ambiente social envolvente, e para a qualidade e reconhecimento do trabalho académico realizado. De notar a elevada taxa de oferta/frequência de cursos de preparação linguística ministrados pelas Instituições anfitriãs (71,9%).

Ainda, a este respeito sugere-se que as instituições de origem se empenhem na criação de módulos formativos numa língua estrangeira para os alunos Erasmus Estrangeiros, possibilitando em simultâneo a opção de frequência aos alunos da instituição de origem que pretendam futuramente apostar numa missão de mobilidade internacional. Deste modo, uma preparação linguística especificamente vocacionada para as respectivas áreas científicas poderá proporcionar excelentes resultados ao nível da qualidade da componente científica;

---

<sup>42</sup> Agência Nacional (2005), Plano de Acção Nacional 2006/2007

- 3 - As instituições de origem/anfitriãs deverão dinamizar e apoiar a mobilidade de estudantes portadores de deficiência, fomentando a igualdade de oportunidades. Da análise efectuada foi possível constar grande insatisfação dos estudantes relativamente a este tipo de apoio. A reduzida taxa de respostas a esta questão prende-se, essencialmente, com o reduzido universo de estudantes portadores de deficiência que participaram no processo de mobilidade em 2005/2006;
- 4 – Face às dificuldades na oferta informativa e na eficácia da comunicação entre as Instituições participantes sugerimos que sejam melhorados os aspectos relacionados com:
- O Sistema Europeu de Transferência de Créditos (ECTS) aos planos de estudos, para o conseqüente reconhecimento;
  - A garantia do reconhecimento académico do trabalho realizado, aquando do regresso à instituição de origem (30% dos respondentes demonstraram total desconhecimento);
  - Criação de redes informativas no que concerne à procura de alojamento com qualidade para os estudantes Erasmus. As instituições de ensino superior poderão vir a considerar nas suas Estratégias de Política vocacionadas para o processo de internacionalização a criação/adaptação de espaços para residências universitárias destinadas a este efeito;
  - Apoio à criação/fomento de Movimentos/Associações Estudantis Erasmus, vocacionadas para ajudar os estudantes que pretendam investir numa carreira internacional ou para a integração dos estudantes Erasmus Estrangeiros. A este respeito salienta-se, pela negativa, a avaliação efectuada pelos estudantes beneficiários do estatuto Erasmus, no que concerne ao grau de satisfação relativo ao apoio prestado pelas “Organizações de Estudantes”;

- **Maior envolvimento Gabinetes de Relações Internacionais Erasmus em algumas Instituições, onde esta avaliação foi mais fraca. Considera-se que tais estruturas são as mais capacitadas para a criação/implementação de “Boas Práticas” que fomentem a Vertente da Mobilidade Internacional Estudantil, proporcionando missões de elevada qualidade. Tais estruturas/unidades orgânicas deverão fornecer indicadores de base científica, relativamente aos “mais acolhedores” Países e Universidades Anfitriãs por Áreas de Estudo, evidenciando as possíveis dificuldades nos restantes destinos;**
  
- **Aumento do valor das bolsas de mobilidade, para que os estudantes possam usufruir de condições condignas para este tipo de missão (cerca de 30,5% do estudantes efectuaram uma avaliação negativa dos montantes atribuídos). A este respeito, deverá salientar-se que as regras do Programa Sócrates consideram como prioritária a atribuição de bolsas a alunos com dificuldades económicas. Ora, apesar de os alunos bolseiros dos Serviços de Acção Social poderem em simultâneo usufruir de uma Bolsa do Programa Erasmus, deverá considerar-se que para determinados países com custos de vida muito elevados, em que as despesas são diferenciadamente superiores aos financiamentos concedidos, os estudantes com menores recursos económicos continuam penalizados o que pode vir a afectar de forma negativa a concretização dos objectivos definidos por aqueles estudantes. Ainda a este nível, sugere-se que os responsáveis das instituições de origem encontrem formas de financiamento, internas e/ou através de entidades externas (patrocínios), por forma a complementar as diminutas bolsas. Tal factor (reforço de bolsas), considera-se de extrema importância, de forma a eliminar a imagem de programa “elitista”, por vezes conotado com um apoio selectivo, em que apenas são seleccionados os estudantes com melhores condições financeiras;**
  
- **Aposta na Vertente do e-learning nas Instituições participantes (Origem/Parceira), onde as taxas identificadas foram bastante reduzidas. Deste modo, e em conformidade com as conclusões resultantes das “Comemorações do 20º Aniversário do Programa Erasmus no âmbito da**

Presidência de Portugal da União Europeia” (04 e 05 de Outubro de 2007), sugere-se um maior investimento em particular no caso do Ensino do Primeiro Ciclo.

Decorrente da análise bibliográfica e documental, poderá concluir-se que apesar de alguns críticos mais cépticos desvalorizarem o impacto do programa Erasmus, por se traduzir apenas em 5% da mobilidade total estudantil, deverá salientar-se que o mesmo, no decorrer de 20 anos de existência, possibilitou a mobilidade internacional de cerca de dois milhões de estudantes, e de cento e cinquenta mil professores, envolvendo, ainda, a participação de aproximadamente de três mil cento e cinquenta instituições de ensino superior. Consequentemente, o Programa Erasmus traduziu-se em melhores competências humanas e profissionais dos recursos humanos envolvidos; melhores instituições de ensino superior, dado as mesmas se terem tornado menos fechadas e “ciosas dos seus pequenos hábitos”, sendo, assim, possível de uma forma mais natural a aproximação entre o ensino e a investigação. É neste contexto de aproximação de culturas, competências linguísticas, diferentes formas de ensino, etc., que se tem construído um novo conceito de “Universidade para a Europa”.

Apesar de se pretender um acréscimo considerável ao nível da mobilidade internacional, que só será possível com o contributo e total envolvimento dos interlocutores mais directamente envolvidos no processo de internacionalização (Comissão Europeia, Governos dos diversos Estados-Membros; Responsáveis Institucionais da diversas Instituições de Ensino Superior; Comunidades Académicas Alunos, Professores e Investigadores; Associações/Movimentos Estudantis, considera-se justo salientar que até à presente data nunca a Comissão Europeia tinha criado um Programa/Ação Comunitária que tivesse tido tanto sucesso ao nível da promoção do “Verdadeiro Espírito Europeu de Cidadania”.

As pessoas deverão estar no centro da políticas da União, aumentando o seu nível de conhecimento, e qualificações, apostando-se num modelo de aprendizagem, que esteja sempre presente, por forma a garantir o surgimento de oportunidades ao longo da vida. Só através da aposta numa política de educação que proporcione recursos humanos altamente qualificados, capazes de enfrentar os novos desafios, em termos de competitividade, fomentando-se a inovação e o empreendedorismo, será possível o desenvolvimento das “Sociedades Modernas Europeias”.

## **Recomendações de Alteração/Adaptação do modelo de Questionário**

Considera-se, igualmente, pertinente salientar as grandes limitações/insuficiências resultantes do modelo de questionário adoptado, que não permite aferir outros agentes considerados de grande relevância para uma análise mais aprofundada, completa e ajustada à situação real dos estudantes e às restrições e constrangimentos que enfrentam.

O modelo de questionário deve ser profundamente reestruturado, entrando-se em linha de conta com as especificidades das Instituições de Ensino Superior de Origem (Universidades, Politécnicos, Escolas Superiores de Educação e Academias). Na verdade, no momento da inserção da informação na base de dados informática, foi possível constatar algumas dificuldades sentidas por diferentes entidades em termos do posterior tratamento estatístico. Algumas Instituições efectuaram mesmo alterações substanciais ao modelo de questionário, através da inserção de novas questões (não tendo estas sido consideradas no presente estudo).

Apesar das dificuldades inerentes a questionários extensos, considera-se de vital importância a inserção de questões que permitam uma análise mais ajustada da situação de mobilidade, suas causas e constrangimentos. Além da identificação daquelas questões, apresenta-se em simultâneo a categorização feita às perguntas abertas o que poderá, numa reformulação futura do questionário, servir de orientação para o alargamento de algumas categorias já existentes

- Na caracterização do estudante, incluir informação sobre:
  - Idade;
  - Ano de Estudo/Frequência no Ensino Superior;
  - Nível de rendimento do agregado familiar;
  - Dimensão do agregado familiar;
  - Nível de instrução do agregado familiar;
  - Categoria profissional do agregado familiar;
  - Identificação do Nível de Ensino (Licenciatura/Mestrado);
  - Identificação do estudante portador de deficiência;

- **Informação e Procedimentos de Carácter Geral:**
  - Seria extremamente importante que cada questionário, ao ser entregue ao beneficiário, incluisse correctamente o Código Erasmus da Instituição Anfitriã, dado que os alunos prestam pouco cuidado a esta formalidade, o que dificulta a sua identificação exacta;
  - A inserção de uma variável para indicação do País de destino permitiria retirar algumas dúvidas resultantes do deficiente preenchimento inserção do Código Erasmus da Instituição Anfitriã.
- **Na secção do questionário “Motivação e Preparação”:**
  - Em primeiro lugar deve referir-se que estas questões são compostas por várias opções, incluindo a categoria “outras” que não dispõe de espaço para se atribuir classificação (1-Fraco, 5-Excelente) e podendo apenas ser sujeita a uma descrição simples;
  - Também relativamente às questões em que é necessário atribuir valor, além da sua designação não se encontrar bem visível, esta não é a mais correcta (segundo o que foi observado ao longo da introdução dos questionários na base de dados), deixando como alternativa: “1 – Muito Fraco, 2 – Fraco, 3 – Suficiente, 4 – Bom, 5 – Muito Bom”;
  - Relativamente à quinta questão surgem algumas “dificuldades”, na medida em que muitos alunos ao referirem a sua preparação linguística, fazem-no muito em função do que aprenderam durante o período Erasmus e não antes da partida, o que conduz a considerar muitas respostas como *não respostas*; o mesmo acontece com a pergunta “quantas semanas”, pois muitos estudantes respondem, por exemplo, “1 ano”. Se esta questão fosse categorizada seria muito mais correcto o tratamento das respostas;

- No que respeita à questão número sete, tratando-se da primeira *questão aberta*, foram identificadas 6 categorias, tendo por base as respostas mais frequentes por parte dos alunos:
  - Preparação linguística;
  - Definição prévia do plano de estudos;
  - Mais e melhor informação actualizada;
  - Melhor relação entre o GRI da Universidade Anfitriã e o GRI da Universidade de Origem;
  - Outros conselhos. Nesta última categoria distinguiram-se algumas respostas pertinentes, tais como: ir antecipadamente para o país anfitrião; tratar de toda a documentação com muita antecedência; necessidade de falar com colegas que já tenham realizado missões Erasmus, entre outros.
  
- Na secção do questionário “Alojamento, Serviços e Custos”:
  - Em relação à questão onze, verifica-se que esta também deveria ser reformulada, perguntando-se em primeiro lugar se o aluno gastou mais ou menos em relação a Portugal, e só depois qual o valor da diferença;
  - Entre as questões doze e catorze surge uma grande lacuna do questionário. Tendo em conta que estas questões são direccionadas para os estudantes que receberam bolsa Erasmus, deveria existir uma questão anterior para poder saber se os alunos teriam tido ou não bolsa (são colocadas três questões relativas ao pagamento da bolsa que não têm resposta quando os alunos não tiveram direito a bolsa; o mesmo acontece no caso da resposta à questão “se receberam a bolsa a tempo ou não”, uma vez que não tiveram bolsa).

- Na secção do questionário “Experiência Global”:

Na questão número três, verifica-se também alguma confusão, pois seria muito mais fácil que as questões aqui colocadas fossem formuladas de forma separada, ou apenas fosse colocada a questão considerada mais pertinente. Esta questão é composta por três sub-perguntas que acabam por desaparecer quando os alunos respondem aos questionários, já que estes apenas respondem se atingiram ou não os seus objectivos. Assim, e tendo em conta que os alunos não respondem sequer à parte restante da questão teve de optar-se por considerar somente uma única variável relativa a saber se os alunos atingiram ou não os seus objectivos.

Face ao exposto resta salientar que os objectivos inicialmente delineados nesta investigação foram integralmente atingidos, dado ter sido possível identificar ao nível da caracterização da mobilidade dos estudantes Erasmus portugueses, no ano lectivo 2005/2006, os factores de motivação, experiências vividas e os factores limitativos à mobilidade internacional. Tais informações consideram-se fundamentais para o processo de internacionalização de qualquer Estado-Membro.

Assim, poderá considerar-se o Programa Erasmus como um vector estratégico para a Comissão Europeia, apesar de serem conhecidas barreiras, que afectam a qualidade das missões de mobilidade, as missões de mobilidade acabam por ser extraordinariamente importantes para os interlocutores mais directamente envolvidos. Para as instituições de ensino superior, no que concerne à transferência de conhecimento e do contacto com novas práticas pedagógicas, que possibilitam a criação de melhores instituições de ensino. Para os estudantes que acabam por ficar melhores preparados para os novos desafios, resultantes do fenómeno da globalização (através de melhores competências linguísticas, académicas, pessoais e profissionais). Por fim para a União Europeia, através da promoção do espírito de cidadania europeia, assim como ao nível da criação de um “Grande Espaço Europeu de Conhecimento”, fundamental para a coesão económica e social.



## **Bibliografia**

- Agência Nacional Sócrates e Leonardo Da Vinci (1988), *Relatórios Anuais sobre a Aplicação do Programa Erasmus em 1987 e 1988*, Lisboa, Portugal;
- Agência Nacional Sócrates e Leonardo Da Vinci (2002), *A Experiência da Mobilidade Erasmus, Conclusões*, Lisboa, Portugal;
- Agência Nacional Sócrates e Leonardo Da Vinci (2005), *Guia do Estudante Erasmus*, Lisboa, Portugal;
- Agência Nacional Sócrates e Leonardo Da Vinci (2006), *Plano de Acção Nacional 2006-07*, Lisboa, Portugal;
- Agência Nacional Sócrates e Leonardo Da Vinci (2007), *Relatório Estatístico Anual 2000/2001*, Título on-line. Disponível em: [http://www.socleo.pt/old/menu/socrates/docs\\_erasmus.htm](http://www.socleo.pt/old/menu/socrates/docs_erasmus.htm);
- American Council on Education (2006), *Students on the Move: The Future of International Students in the United States*, Título on-line. Disponível em: <http://www.acenet.edu/AM/Template.cfm?Section=InfoCenter&CONTENTID=18573&TEMPLATE=/CM/ContentDisplay.cfm>;
- BODE, Christian (2006), *International Mobility and cooperation: The impact of Bologna*, German Academic Service, Título on-line. Disponível em: [http://www.daad.de/presse/de/int\\_co-operation\\_mobility\\_GS.pdf](http://www.daad.de/presse/de/int_co-operation_mobility_GS.pdf);
- BOHM, Anthony (2007), *Global Student Mobility 2025: Analysis of Global Competition and Market Share*, IDP Education Pty Ltd., Título on-line. Disponível em: <http://www.idp.com/aiec/pastpapers/2003Melb/wednesday/research/bohmweds11.pdf>;
- BRACHT, Oliver, et al (2006), "The Professional Value of ERASMUS Mobility", International Centre for Higher Education Research – University of Kassel, Germany;
- CATITA, Manuel (2000), *Expectativas/Versus Resultados Obtidos dos Alunos Integrados no âmbito do Programa SOCRATES/ERASMUS – Estudo de um Caso – Universidade de Évora/Universidades Europeias – 1998/99 – 1999/00*, NAACI, Universidade de Évora, Évora, Portugal;
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors (2005), *Agenda Social Europeia 2005*, Título on-line. Disponível em: [http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_sub=4&p\\_cot\\_id=391&p\\_est\\_id=6662](http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=391&p_est_id=6662);
- Coimbra Group & Victorious (2006), "Project Seminar 'Student Mobility in a Digital World'", Título on-line. Disponível em: [123](http://www.coimbra-</a></li></ul></div><div data-bbox=)

group.eu/victorious/PDF/Victorious%20-%20060518%20-%20Tartu%20-%20SeminarReport.pdf;

- Comissão das Comunidades Europeias (2003), *Comunicação da Comissão: O papel das universidades na Europa do conhecimento*, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas;
- Comissão Europeia (2000), “Pensar o Futuro da Educação, Promover a Inovação através das novas Tecnologias”, Título on-line. Disponível em: <http://ec.europa.eu/education/archive/elearning/rappt.pdf>;
- Comissão Europeia (1997), *Estratégia Europeia para o Emprego 1997*, Título on-line. Disponível em: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11318.htm>;
- Comissão Europeia (2001), *New perspectives for Learning – Briefing Paper 2, Improving Human Research Potential & the Sócio-economic Knowledge Base*, Título on-line. Disponível em: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11049.htm>;
- Comissão Europeia (2001), *Livro Branco sobre a Juventude 2001*, Título on-line. Disponível em: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11055.htm>;
- Comissão Europeia (2001), “Passaporte para a mobilidade – Aprender de outro modo – Formar-se noutra lugar”, Direcção-Geral da Imprensa e da Comunicação, Bruxelas;
- Comissão Europeia (2001), *Relatório sobre os Objectivos Concretos dos Sistemas de Educação e Formação*, Título on-line. Disponível em: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11049.htm>;
- Comissão Europeia (2001), *Tornar o Espaço Europeu de Aprendizagem ao Longo da Vida uma Realidade*, Bruxelas;
- Comissão Europeia (2002), *Plano de Acção em eEuropa 2000*, Título on-line. Disponível em: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24226a.htm>;
- Comissão Europeia (2002), *Plano de Acção em Matéria de Competências e Mobilidade*, Título on-line. Disponível em: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11056.htm>;
- Comissão Europeia (2002), *Os Programas de Educação, Formação e Juventude da União Europeia Após 2006*, Comissão Europeia, Direcção Geral da Educação e da Cultura, Bruxelas;
- Comissão Europeia (2003), “Designing the future programme of cultural cooperation for the European Union after 2006”, Título on-line. Disponível em: [http://ec.europa.eu/culture/eac/archive/pdf/consult\\_en\\_fin.pdf](http://ec.europa.eu/culture/eac/archive/pdf/consult_en_fin.pdf);
- Comissão Europeia (2003), *Para uma Europa do Conhecimento – A União Europeia e a Sociedade da Informação*, Direcção-Geral da Imprensa e Comunicação Publicações, Bruxelas;

- Comissão Europeia (2003), Trends in Learning Structures in European Higher Education III, Título on-line. Disponível em: [http://www.unifra.br/Utilitarios/arquivos/arquivos\\_prograd/gomes%20-%20bolonha.pdf](http://www.unifra.br/Utilitarios/arquivos/arquivos_prograd/gomes%20-%20bolonha.pdf);
- Comissão Europeia (2004), *Muitas línguas, uma só família – As línguas na União Europeia*, Direcção-Geral da Imprensa e Comunicação Publicações, Bruxelas;
- Comissão Europeia (2007), “2008: Europe’s big culture conversation”, Education and Culture DG, Bruxelas;
- Comissão Europeia (2007), “Estatísticas Erasmus – Erasmus Student and Teacher Mobility”, Título on-line. Disponível em: [http://ec.europa.eu/education/programmes/llp/erasmus/stat\\_en.html](http://ec.europa.eu/education/programmes/llp/erasmus/stat_en.html)
- Comissão Europeia (2007), *Jean Monnet – Casos de Sucesso, A Europa da Aprendizagem ao Longo da Vida*, Bruxelas;
- Comissão Europeia (2007), Tratado de Maastricht, Título on-line. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11992M/htm/11992M.html>;
- Commission of the European Communities (2000), “Final Commission Report on the Implementation of the Socrates Programme 1995-1999”, Brussels;
- Conselho e Comissão Europeia (2006) Jornal Oficial C 79 de 01.04.2006 “Educação e Formação para 2010”, Título on-line. Disponível em: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11091.htm>;
- CROSIER, David, PURSER Lewis, SMIDT, Hanne (2007), “Trends V: Universities Shaping the European Higher Education Area”, European University Association, Título on-line. Disponível em : [http://www.eua.be/fileadmin/user\\_upload/files/Publications/Final\\_Trends\\_Report\\_May\\_10.pdf](http://www.eua.be/fileadmin/user_upload/files/Publications/Final_Trends_Report_May_10.pdf);
- Decisão 2006/1720/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de Novembro de 2006;
- Decisão 819/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Março de 1995;
- Decisão 87/327/CEE do Conselho;
- Decisão do Conselho de 15, Junho 1987, 87/327/CEE;
- Decisão nº 253/2000/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (JOL 132 de 16.6.1999, pp 8-18));
- Eur-Lex (2007), Tratado de Amesterdão, Título on-line. Disponível em : <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11997D/htm/11997D.html>;

- GAERI, (2000), *A participação Portuguesa no Erasmus – 1987-1999*, Ministério da Educação, Lisboa, Portugal;
- Governo da Suíça (2007), Working Group on Social Dimension and Data on Mobility of Staff and Students in Participating Countries, Suíça;
- GRADDEN, Conor, (2007), Construction Paths to Staff Mobility in the European Higher Education Area, Título on-line. Disponível em : [http://www.ei-ie.org/highereducation/file/\(2007\)%20Constructing%20Paths%20to%20Staff%20Mobility%20in%20the%20European%20Higher%20Education%20Area%20en.pdf](http://www.ei-ie.org/highereducation/file/(2007)%20Constructing%20Paths%20to%20Staff%20Mobility%20in%20the%20European%20Higher%20Education%20Area%20en.pdf);
- Jornal Oficial C 79 de 01.04.2006;
- KRUPNIK, Seweryn, KRZAKLEWSKA, Ewa (2006), “Exchange Student’s Rights – Results of Erasmus Students Network Survey 2006”, Jagiellonian University and Erasmus Student Network;
- MALLEA, John (2007) “The University’s Role in Developing Global Citizens: An Innovative Canadian Case-Study, Brandon University, Canada, Título on-line. Disponível em : <http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&q=THE+UNIVERSITY%E2%80%99S+ROLE+IN+DEVELOPING+GLOBAL+CITIZENS&btnG=Pesquisar&meta=>;
- MARGINSON, Simon, WENDE, Marijk van der (2007), “Globalisation and Higher Education”, University of Melbourne, University of Twente Education, Título on-line. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/33/12/38918635.pdf>;
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2007), Base de Dados, Título on-line. Disponível em: <http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt>;
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2007), Programa Erasmus: 2 décadas a redesenhar os sistemas de ensino superior na Europa 4 – 5 Outubro 2007, Título on-line. Disponível em: [http://www.mctes.pt/index.php?id\\_categoria=66&id\\_item=3349&action=2](http://www.mctes.pt/index.php?id_categoria=66&id_item=3349&action=2);
- Ministério da Educação – GAERI (2000), A Participação Portuguesa no Erasmus 1987-1999, Disponível em : <http://www.acvl.pt/titulos.php?selecao=aut&id=3732#>;
- Ministros da Educação Europeus (1999), Declaração de Sorbone, Título on-line. Disponível em : <http://www.utl.pt/docs/DeclaracaoSorbonne.pdf>;
- OTERO, Manuel Souto and MCCOSHAN (2006), “Survey of the Socio-Economic Background of ERASMUS Students” – DG EAC 01/05, ECOTEC Research and Consulting Limited, United Kingdom;

- PACHECO, José ( ), Políticas Educativas para o Ensino Superior na União Europeia: Um Olhar do Lado Português, Título on-line. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a02v24n82.pdf>;
  
- Parlamento Europeu e Conselho (2006), Decisão 2006/1720/CE, “Programa De Acção no domínio da Aprendizagem ao Longo da Vida”, Título on-line. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/lex/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:327:0045:0068:PT:PDF>;
  
- Parlamento Europeu e Conselho (2006), Decisão nº 1720/2006/CE, Estabelece um Programa de Acção no domínio da Aprendizagem ao Longo da Vida, Título on-line. Disponível em: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11082.htm>;
  
- Parlamento Europeu (2000), *Inquérito sobre a Situação Socioeconómica dos Estudantes Erasmus*, Comissão Europeia, Bruxelas;
  
- PESSOA, Costa (2007), Programa Erasmus: intercâmbio crescente no espaço europeu, Janus 2003, Título on-line. Disponível em: [http://www.janusonline.pt/2003/2003\\_1\\_4\\_11.html](http://www.janusonline.pt/2003/2003_1_4_11.html);
  
- Portal do Governo (2007), Apresentação do Programa da Presidência portuguesa da EU para a Educação e Formação, Título on-line. Disponível em: [http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos\\_Constitucionais/GC17/Ministerios/ME/Comunicacao/Intervencoes/20070717\\_ME\\_Int\\_PPUE\\_PE.hm](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/ME/Comunicacao/Intervencoes/20070717_ME_Int_PPUE_PE.hm)
  
- QUEIRÓ, João (2005), *Universidade e Mercado*, Revista nº 9, Edição Universidade de Coimbra;
  
- Reitores de Universidades Europeias (1988), “Magna Charta Universitatum”, Título on-line. Disponível em : [http://www.bologna-bergen2005.no/Docs/00-Main\\_doc/880918\\_Magna\\_Charta\\_Universitatum.pdf](http://www.bologna-bergen2005.no/Docs/00-Main_doc/880918_Magna_Charta_Universitatum.pdf);
  
- RIVZA, Baiba and TEICHLER, Ulrich (2007), The Changing Role of Student Mobility, Título on-line. Disponível em: <http://www.palgrave-journals.com/hcp/journal/v20/n4/full/8300163a.html#aff2>;
  
- ROSA, Rui (2007), “O Ensino Superior e o Processo de Bolonha”, Título on-line. Disponível em: [http://www.janelanaweb.com/digitais/rui\\_rosa12html](http://www.janelanaweb.com/digitais/rui_rosa12html);
  
- SAMPAIO, Jorge (2007), Conferência de lançamento dos programas comunitários Leonardo da Vinci II, Sócrates II e Juventude Aprendizagem ao longo da vida, Título on-line. Disponível em: <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-25.html>
  
- SEIXAS, Ana (2003), “Políticas Educativas e Ensino Superior em Portugal”, Quarteto Editora, Coimbra, Portugal;
  
- SITOE, Reginaldo (2006), “Aprendizagem ao Longo da Vida: Um conceito utópico”, Título on-line. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/cog/v12n2/v12n2a09.pdf>;

- SMITH, Alan (2007), “O Ensino Superior no Sec. XXI”, Título on-line. Disponível em: [http://www.ipv.pt/millennium/Millennium21/21\\_pt2.htm](http://www.ipv.pt/millennium/Millennium21/21_pt2.htm);
- Sociedade Portuguesa de Inovação, S.A. (2003), “Avaliação Intercalar da 2ª fase do Programa Sócrates”, Lisboa, Portugal;
- SZARKA, Judit (2003), “Student Mobility in the EU”, Institute for Economic Theories, University of Miskolc, Hungary, Título on-line. Disponível em: <http://www.ceeol.com/aspx/getdocument.aspx?logid=5&id=C939FDEB-0EDF-4FE1-B3E5-74EB842C0556>;
- TEICHLER, Ulrich, (2007), The Changing Role of Student Mobility, Título on-line. Disponível em: <http://www.ingentaconnect.com/content/pal/09528733/2007/00000020/0000004/art00007>;
- The European Commission (2001), “New Perspectives for Learning – Briefing Paper 2 – Student Mobility in Europe”, Título on-line. Disponível em: <http://www.pjb.co.uk/npl/bp2.htm>;
- The National Unions of Students in Europe (2007) “Policy Paper on ECTS compatible Credit Transfer and Accumulation Systems”, Título on-line. Disponível em: [http://www.eua.be/fileadmin/user\\_upload/files/EUA1\\_documents/ESIB%20Policy%20Paper%20on%20ECTS.1068808486478.pdf](http://www.eua.be/fileadmin/user_upload/files/EUA1_documents/ESIB%20Policy%20Paper%20on%20ECTS.1068808486478.pdf);
- The National Unions of Students in Europe (2007), “Bologna Process Creating a European Higher Education Area for and with Students”, Título on-line. Disponível em: [http://www.ub.es/ub/europa/documents2/3\\_Documents\\_del\\_mon/03\\_DOCM\\_ESIB\\_Bolonya.pdf](http://www.ub.es/ub/europa/documents2/3_Documents_del_mon/03_DOCM_ESIB_Bolonya.pdf);
- TREMBLAY, Karine (2007), “Student Mobility Between and Towards OECD Countries in 2001 a Comparative analysis”, Directorate for Education Indicators and Analysis Division (OECD), Título on-line. Disponível em : [http://www.uniroma1.it/internazionale/relazioni/conferenza\\_51203/proceedings/Tremblay.pdf](http://www.uniroma1.it/internazionale/relazioni/conferenza_51203/proceedings/Tremblay.pdf);
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation (UNESCO) (2005), Tertiary Student Abroad: Learning without Borders, Institute of Statistics (UIS), Montreal, Canada, Título on-line. Disponível em: [http://www.unesco.org/education/factsheet\\_foreingstudents.pdf](http://www.unesco.org/education/factsheet_foreingstudents.pdf);
- University of Heidelberg (2007), Financing your studies, Título on-line. Disponível em: [http://www.zuv.uni-heidelberg.de/AAA/english/info\\_hd\\_fina.htm](http://www.zuv.uni-heidelberg.de/AAA/english/info_hd_fina.htm)
- University of Kassel (2006), Final Report – The Professional Value of Erasmus Mobility, Título on-line. Disponível em: <http://ec.europa.eu/education/programmes/socrates/erasmus/evalcareer.pdf>;

- URL: <http://ec.europa.eu/education/erasmus20>, 2007;
- URL:  
[http://www.mctes.pt/index.php?id\\_categoria=66&id\\_item=3349&action=2](http://www.mctes.pt/index.php?id_categoria=66&id_item=3349&action=2);
- URL:  
[http://www.ub.es/ub/europa/documents2/3\\_Documents\\_del\\_mon/03\\_DOCM\\_E\\_SIB\\_Bolonya.pdf](http://www.ub.es/ub/europa/documents2/3_Documents_del_mon/03_DOCM_E_SIB_Bolonya.pdf);
- URL: <http://www.utl.pt/docs/ComunicadodePraga.pdf>;
- VERBIK, Line & LASANOWSKI (2007), Veronica, “International Students Mobility: Patterns and Trends”, The Observatory on Borderless Higher Education, United Kingdom;
- WENDE, Marijk (2007), “European Responses to Global Competition in Higher Education”, University of California at Berkeley, Título on-line. Disponível em: <http://www.utwente.nl/cheps/documenten/2007wendeeuropeanresponses.pdf>.

